



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)**

RICARDO JOSÉ FERREIRA DE BRITO

**MISSÃO E FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: O
CAMPUS CORRENTE NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DIRECIONADA ÀS DEMANDAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO
DE CORRENTE - PIAUÍ**

Brasília
2024

RICARDO JOSÉ FERREIRA DE BRITO

**MISSÃO INSTITUCIONAL E FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DO
PIAUI: O CAMPUS CORRENTE NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DIRECIONADA ÀS DEMANDAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO
DE CORRENTE - PIAUI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Ensino. Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Orientadora: Profa. Dra. Keila Lima Sanches

Brasília

2024

B862 Brito, Ricardo José Ferreira de.

Missão e função social do Instituto Federal do Piauí: o campus Corrente na promoção de uma Educação Profissional direcionada às demandas sociais do município de Corrente - Piauí. / Ricardo José Ferreira de Brito. – Brasília, 2024.
206 f. : il. color.

Orientador: Keila Lima Sanches.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

1. IFPI. 2. Egressos. 3. Desenvolvimento Socioeconômico. I. Sanches, Keila Lima. (orient.). II. Título.

CDU 377(812.2)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA


No dia 19 de setembro de 2024, às 10h, no(a) Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública de dissertação do(a) mestrando(a) Ricardo José Ferreira de Brito, intitulada “MISSÃO E FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: O CAMPUS CORRENTE NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DIRECIONADA ÀS DEMANDAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CORRENTE - PIAUÍ”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Keila Lima Sanches (presidente e orientador(a)), Dra. Débora Leite Silvano, Dr. Eliezer Moreira Pacheco e Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente), a fim de arguirm o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:

(X) aprovada.


() não aprovada.

Observações/Recomendações: Nada a declarar.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **KEILA LIMA SANCHES**
Data: 20/09/2024 05:03:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Keila Lima Sanches
(presidente e orientador(a))


 **ELIEZER MOREIRA PACHECO**
Data: 11/11/2024 11:36:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eliezer Moreira Pacheco

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA LEITE SILVANO**
Data: 23/09/2024 14:47:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Débora Leite Silvano

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente)

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO JOSE FERREIRA DE BRITO**
Data: 11/11/2024 12:17:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno(a): Ricardo José Ferreira de Brito

Brasília, 19 de setembro de 2024.

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO PRODUTO EDUCACIONAL


No dia 19 de setembro de 2024, às 10h, no(a) Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública do Produto Educacional do(a) mestrando(a) Ricardo José Ferreira de Brito, intitulado “Portal do Egresso”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Keila Lima Sanches (presidente e orientador(a)), Dra. Débora Leite Silvano, Dr. Eliezer Moreira Pacheco e Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente), a fim de arguirem o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado(a) pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram o produto educacional:

(X) validado.


() não validado.

Observações/Recomendações: Nada a declarar.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **KEILA LIMA SANCHES**
Data: 20/09/2024 05:03:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Keila Lima Sanches
(presidente e orientador(a))


 **ELIEZER MOREIRA PACHECO**
Data: 11/11/2024 11:28:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eliezer Moreira Pacheco

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA LEITE SILVANO**
Data: 23/09/2024 14:47:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Débora Leite Silvano

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (suplente)

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO JOSE FERREIRA DE BRITO**
Data: 11/11/2024 12:17:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Candidato:

Aluno(a): Ricardo José Ferreira de Brito

Brasília, 19 de setembro de 2024.

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação e realização deste trabalho. Em especial, à minha esposa, amigos e professores, que me apoiaram e incentivaram ao longo deste percurso. A Deus toda a honra e glória!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder o dom da vida, a saúde, sabedoria e força para superar os desafios e alcançar mais esta vitória em minha jornada. Sem a Sua graça e proteção, nada disso seria possível.

Aos meus pais, dedico meu mais profundo reconhecimento e gratidão por me ensinarem os valores fundamentais e por todo amor e apoio incondicional.

À minha amada esposa, meu sincero e verdadeiro agradecimento. Obrigado por ser minha companheira, pelo amor, paciência e apoio inabalável. Você esteve ao meu lado em todos os momentos, compartilhando alegrias e superando desafios juntos. Seu encorajamento foi essencial para que eu pudesse alcançar esta conquista.

Aos meus amigos, que tornaram esta caminhada mais leve e prazerosa. Obrigado por cada palavra de incentivo, pelas risadas compartilhadas e pelos momentos de descontração que foram essenciais para manter o equilíbrio.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Keila Lima Sanches. Sua orientação, paciência e dedicação foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Mesmo em meio às lutas, não desistiu de mim. Obrigado por compartilhar seu conhecimento, por cada feedback construtivo e por me guiar com sabedoria, e muito bom humor. Sua confiança foi um grande motivador ao longo de todo o processo.

Aos professores, meu sincero agradecimento. Vocês foram mais que meros transmissores de conhecimento; foram guias e mentores que me inspiraram e motivaram a alcançar a vitória. A cada um de vocês, que dedicou tempo e esforço para meu crescimento, minha eterna gratidão.

Aos colegas de trabalho, que me compreenderam durante todo este período. Agradeço pelos conselhos, a paciência e colaboração. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse conciliar minhas responsabilidades profissionais e acadêmicas.

E, por fim, agradeço ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), Campus Corrente por proporcionar um ambiente acadêmico de excelência e por todo o suporte ao longo desta jornada. Serás sempre uma parte importante e especial da minha trajetória.

A todos vocês, meu muito obrigado!

“Em tudo que fizerem, trabalhem de bom ânimo, como se fosse para o Senhor, e não para os homens.” (Colossenses 3.23)

RESUMO

Esta pesquisa se estabeleceu por meio de um recorte no universo de perspectivas e instâncias que compõem a EPT, e situa-se nas implicações advindas da natureza e objetivos do IFPI que são norteados pela missão e visão institucionais e evidenciadas à medida em que se relaciona com o ambiente onde se localiza. Assinala sua realidade e se propõe a contribuir para o seu fortalecimento e desenvolvimento, cumprindo assim sua função social estabelecida e pretendida por meio da Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Este estudo teve como objetivo compreender de que maneira o IFPI Campus Corrente está promovendo uma educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, direcionada às demandas sociais e aos arranjos socioprodutivos, com vista ao desenvolvimento local e regional, compatível com sua missão institucional e função social. A metodologia utilizada possui natureza aplicada, dotada de uma abordagem qualitativa e descritiva no que tange aos objetivos pretendidos. O lócus da pesquisa foi o Campus Corrente, situado no extremo sul do Piauí e contou como participantes, a atual equipe gestora do campus, coordenadores e docentes, além dos pró-reitores de Ensino e Extensão do IFPI, PROEN e PROEX. Foram adotados como instrumentos de coleta de dados questionários, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os resultados apontam que o campus desempenha um papel vital ao oferecer uma educação profissional que responde às necessidades locais e apoia o desenvolvimento socioeconômico na cidade e região. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão conectam os estudantes ao mundo do trabalho, e as parcerias com instituições locais proporcionam valiosas oportunidades de estágio e pesquisa. O comprometimento dos docentes é notável, mas desafios como a sobrecarga de trabalho, falhas na comunicação interna e limitações financeiras precisam ser abordados e aprofundados. Superar esses obstáculos exige uma gestão eficiente de recursos (materiais e humanos), melhor comunicação e a busca de novas parcerias e fontes de financiamento. A partir da análise dos dados obtidos na pesquisa foi possível propor como produto educacional, um modelo de plataforma de acompanhamento de egresso desenvolvido com base em vários modelos já utilizados por outras instituições de ensino públicas e privadas. A plataforma aproxima os egressos da instituição, promovendo um espaço de interação e comunicação entre ambos, gerando feedbacks valiosos para a instituição, dentro de um processo de retroalimentação. O produto educacional mostrou-se como ferramenta muito útil e necessária, dada a dificuldade encontrada no campus de estabelecer um contato mínimo e aproximado com seus egressos, verificando e analisando periodicamente os resultados alcançados a partir da educação oferecida e do contexto atualizado das demandas no mundo do trabalho. Ademais, foi possível concluir que este estudo promoveu uma ampla reflexão e despertar a respeito do real papel da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico na construção de uma sociedade mais desenvolvida social e economicamente, através de uma educação voltada às demandas sociais e visando o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, uma vez que a instituição tem o dever de agir como agente promotor do desenvolvimento socioeconômico local e regional e foi planejada para esta finalidade.

Palavras-chave: IFPI; Egressos; Desenvolvimento Socioeconômico.

ABSTRACT

This research was established through a selection of perspectives and instances that make up the EPT, and is situated in the implications arising from the nature and objectives of the IFPI, which are guided by its institutional mission and vision and evidenced as it relates to the environment in which it is located, marks its reality and proposes to contribute to its strengthening and development, thus fulfilling its established and intended social function through Federal Law No. 11,892 of December 29, 2008, which institutes the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. This project aims to understand how the IFPI Campus Corrente is promoting a high school-level technical professional education, directed to social demands, in the face of productive arrangements, with a view to local and regional development in the period from 2018 to 2023, corroborating its institutional mission and vision, as well as its social function provided for in its law of origin. The methodology used has an applied nature, endowed with a qualitative and descriptive approach regarding the intended objectives. The research site was the Corrente campus, located in the extreme south of Piauí, and included the current campus management team, coordinators and faculty, as well as the Vice-Rectors of Education and Extension of IFPI, PROEN and PROEX. The data collection instruments used were questionnaires, semi-structured interviews and document analysis. The research results indicate that the campus plays a vital role in offering professional education that responds to local needs and supports socioeconomic development in the city and region. Its teaching, research and extension activities connect students to the job market, and partnerships with local institutions provide valuable internship and research opportunities. The commitment of faculty is remarkable, but challenges such as work overload, internal communication failures and financial limitations need to be addressed. Overcoming these obstacles requires efficient resource management, better communication and the search for new partnerships and sources of funding. A model of a graduate platform developed based on several models used by other educational institutions, both public and private, was also proposed as an educational product. The platform aims to bring graduates and the institution closer together, promoting a space for interaction and communication between both, generating valuable feedback for the institution. The educational product proved to be a very useful and necessary tool, given the difficulty encountered on campus in establishing even minimal contact with its graduates. The research promoted a broad reflection and awakening regarding the real role of the Federal Education Network in building a more socially and economically developed society, through education focused on social demands and the strengthening of local productive arrangements, since the institution has the duty to act as agents promoting local and regional socioeconomic development and is endowed with the means to do so.

Keywords: IFPI; Former students, Socioeconomic Development.

LISTA DE SIGLAS

ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
APL	Arranjo Produtivo Local
AT	Análise Textual
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSUP	Conselho Superior
COVID-19	Doença do coronavírus instaurado em 2019
DE	Dedicação Exclusiva
DESUP	Diretoria de Educação Superior
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ES	Ensino Superior
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBI	Instituto Batista Industrial
IDEB	Índice de Educação Básica
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFs	Institutos Federais
IFSULDE	Institutos Federal do Sul de Minas
MINAS	
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MEC	Ministério da Educação
MVV	Missão, Visão e Valores

NDE	Núcleo Docente Estruturante
OSUPCOL	Órgão Colegiado Superior
PAE	Programa de Acompanhamento do Egresso
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGED	Programas de Pós-graduação na área do Ensino
PPP	Parceria público-privada
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PSAD	Plano Semestral de Atividades Docentes
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SAPIENS	Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMGEAPI	Simpósio de Gestão Ambiental
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNCT	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos participantes docentes	91
Gráfico 2 - Cor e raça dos participantes docentes	92
Gráfico 3 - Idade dos participantes docentes	93
Gráfico 4 - Áreas de atuação dos participantes docentes	94
Gráfico 5 - Escolaridade dos participantes docentes	94
Gráfico 6 - Experiência docente	95
Gráfico 7 - Cumprimento da missão institucional	96
Gráfico 8 - Cumprimento da função social	97
Gráfico 9 - Atuação em Projetos de Ensino.....	99
Gráfico 10 - Atuação em Projetos de Pesquisa.....	100
Gráfico 11 - Atuação em Projetos de Extensão.....	101
Gráfico 12 - Distribuição da carga horária com o Ensino	102
Gráfico 13 - Distribuição da carga horária com o Pesquisa.....	104
Gráfico 14 - Distribuição da carga horária para a Extensão.....	105
Gráfico 15 - Adequação do plano de trabalho aos objetivos institucionais.....	106
Gráfico 16 - Contribuição docente para o desenvolvimento socioeconômico local	107
Gráfico 17 - Grau de conhecimento sobre os missão, visão, valores e função social	110
Gráfico 18 - Gênero dos participantes egressos	112
Gráfico 19 - Cor ou raça dos participantes egressos	112
Gráfico 20 - Idade dos participantes egressos	113
Gráfico 21 - Ano de conclusão do EMI.....	114
Gráfico 22 - Destino após conclusão do EMI	115
Gráfico 23 - Mundo do trabalho e ocupação profissional	116
Gráfico 24 - Situação atual.....	117
Gráfico 25 - Localização atual	118
Gráfico 26 - Objetivos ao ingressar no campus.....	120
Gráfico 27 - Objetivos alcançados.....	121
Gráfico 28 - Atuação docente.....	122
Gráfico 29 - Ações proporcionadas pelo campus.....	123
Gráfico 30 - Usabilidade do portal	152
Gráfico 31 - Importância do portal.....	153

Gráfico 32 - Proposta do portal	153
Gráfico 33 - Expectativas sobre o portal.....	154
Gráfico 34 - Destaques do portal.....	155
Gráfico 35 - Recomendação para outros egressos	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional (2018)	28
Figura 2 - Expansão da Rede Federal de Ensino	30
Figura 3 - MVV do IFPI	50
Figura 4 - Percurso Metodológico	61
Figura 5 - Localização geográfica de Corrente	64
Figura 6 - Imagem aérea da fachada do Campus Corrente	66
Figura 7 - Visão Gerencial	75
Figura 8 - Visão Docente	76
Figura 9 - Objetivos Estratégicos PDI (2020-2024)	78
Figura 10 - Desafios estruturais	82
Figura 11 - Desafios de gestão	84
Figura 12 - Canais de comunicação	86
Figura 13 - Comunicação Institucional externa	88
Figura 14 - Comunicação Institucional interna	89
Figura 15 - Nuvem de palavras	124
Figura 16 - Relação vagas/inscritos - 2017 a 2023	127
Figura 17 - Taxa de evasão - 2017 a 2023	127
Figura 18 - Página inicial Portal do Egresso	139
Figura 19 - Menu “Egressos”	140
Figura 20 - Menu “Cursos”	140
Figura 21 - Mensagem de boas-vindas aos egressos	141
Figura 22 - Menu “Eventos e Notícias”	142
Figura 23 - Depoimentos dos egressos	143
Figura 24 - “Mural dos Egressos”	144
Figura 25 - Questionário de acompanhamento do egresso	145
Figura 26 - Dashboard	146
Figura 27 - Menu “Nossos Cursos”	146
Figura 28 - Menu “Resolução Normativa”	147
Figura 29 - Menu “Acervo”	148
Figura 30 - Menu “Entre em Contato”	148
Figura 31 - Resultado da avaliação do portal pelos especialistas	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percurso Histórico da EPT no Brasil	31
Quadro 2 - Exemplos de Missão Institucional.....	41
Quadro 3 - Distribuição da amostra da pesquisa.....	74
Quadro 4 - Estratégias do PDI e as ações desenvolvidas na instituição	79
Quadro 5 - Funcionalidades presentes nos portais de egresso.....	136

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Mercado de Trabalho Formal por Setores - Anos 2018 a 2022.	130
---	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1.1 Tema.....	14
1.2 Problema	18
1.3 Objetivos.....	23
1.3.1 Geral	23
1.3.2 Específicos.....	24
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Contexto histórico da Educação Profissional no Brasil.....	24
2.1.1 Síntese da história da EPT no Brasil.....	30
2.2 Trabalho e educação: conceitos e princípios.....	33
2.3 Missão institucional.....	38
2.4 Função social.....	44
2.5 Instituto Federal do Piauí: Da missão à função social	50
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
3.1 Aspectos éticos e legais da pesquisa	62
3.1.1 Critérios de inclusão e exclusão.....	62
3.2 IFPI Campus Corrente: Lócus da pesquisa	62
3.3 Descrição da amostra	66
3.4 Técnicas de coleta de dados	68
3.4.1 Entrevistas	69
3.4.2 Questionários	71
3.5 Procedimentos de interpretação e análise dos dados	72
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
4.1 Resultado das entrevistas.....	73
4.2.1 Assimilação e tradução dos missão e objetivos institucionais.....	74
4.2.2 Implementação.....	77
4.2.3 Desafios institucionais.....	81
4.2.4 Canais de comunicação	85
4.3 Questionário Direcionados aos Docentes.....	90
4.3.1 Caracterização do perfil dos entrevistados	90
4.3.2 Experiência docente.....	95
4.3.3 Prática Docente.....	98
4.4 Questionário Direcionado aos Egressos.....	111
4.4.1 Caracterização dos participantes	111

4.4.2 Destino após conclusão do EMI	114
4.4.3 Mundo do trabalho e ocupação profissional.....	115
4.4.4 Situação atual.....	116
4.4.5 Localização atual.....	117
4.4.6 Objetivos ao ingressar no campus	119
4.4.7 Objetivos alcançados	120
4.4.8 Atuação docente	121
4.4.9 Contribuições	123
4.5 Análise e contextualização dos resultados	124
4.5.1 Dados internos	125
4.5.2 Dados externos	128
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	131
5.1 Concepção do produto educacional: <i>Portal do Egresso</i>	133
5.2 Apresentação do produto educacional: Portal do Egresso - IFPI Campus Corrente.....	139
5.3 Avaliação do Produto Educacional	149
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
7. REFERÊNCIAS	161
APÊNDICES	172
APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	172
APÊNDICE II - Roteiro de entrevista com gestores locais e Pró-reitores.....	174
APÊNDICE III - Questionário direcionado aos docentes	176
APÊNDICE IV - Questionário direcionado aos Egressos	182
APÊNDICE V - Atividades desempenhadas pela instituição	186
APÊNDICE VI - Quadro comparativo de vagas 2010 - 2024.....	189
APÊNDICE VII - Lista das instituições de ensino pesquisadas	190
APÊNDICE VIII - Questionário de Acompanhamento de Egressos.....	192
APÊNDICE IX - Questionário semiestruturado para especialistas	195
APÊNDICE X - Questionário de avaliação do portal de egressos.....	200
ANEXOS	202
ANEXO A - Evolução Populacional - Anos 1991 a 2022.....	202
ANEXO B - Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	203
ANEXO C - Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense	204
ANEXO D - Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes 204	
ANEXO E - PIB per capita (Unidade: R\$)	205
ANEXO F - Índice de Educação Básica - IDEB /Corrente.....	205
ANEXO G - IDEB IFPI Campus Corrente	206

APRESENTAÇÃO

1.1 Tema

Esta pesquisa se estabelece por meio de um recorte no universo de perspectivas e instâncias que compõem a EPT, e situa-se nas implicações advindas da natureza e objetivos do IFPI que são norteadas pela sua missão institucional e evidenciadas à medida em que se relaciona com o ambiente onde se localiza, assinala sua realidade e se propõe a contribuir para o seu fortalecimento e desenvolvimento. Esse progresso inicia no indivíduo em ambiente escolar de ensino, perpassa as organizações e se estende por toda a sociedade.

Assim sendo, esta pesquisa pretende analisar as ações adotadas pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI campus Corrente, que buscam atingir o cumprimento de sua missão e função social que, em resumo, propõe-se a ofertar uma educação, voltada para o atendimento das necessidades e o preenchimento das lacunas sociais existentes em cada realidade apresentada, nos diferentes espaços que atuam dentro do Estado do Piauí, que lhe compete enquanto instituição de Ensino.

Para tanto, faz-se necessário conhecer a natureza do IFPI, suas características, estrutura e proposta de atuação e intervenção na sociedade, como agente capacitador, que possui uma natureza jurídica e institucional além de outras competências que possibilitam o cumprimento e alcance dos seus objetivos institucionais.

A respeito dos Institutos federais, sua melhor e mais completa definição encontra-se na sua própria lei de criação. A Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, expressa em seu artigo 2º que os IFs são:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. (Brasil, 2008)

Percebe-se o caráter abrangente, único, complexo, e ao mesmo tempo desafiador que esta instituição possui. Não obstante seus desafios, de igual modo, marcham na mesma proporção, fazendo com que seja necessário atentar-se para a sua identidade institucional na medida de sua natureza.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFPI, em sua versão atual (2020 - 2024), descreve missão Institucional como sendo a promoção de uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais. Já a sua visão institucional, isto é, os objetivos que ela almeja alcançar enquanto instituição é: *Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País* (IFPI /PDI 2020-2024, p. 32). Desse modo, fica evidente que a razão de existir do IFPI está intimamente ligada ao atendimento dessas necessidades e carências sociais, (locais e regionais), e que por meio dessa educação de excelência por ela oferecida, têm-se potencial para transformar essa realidade.

Tais elementos juntos, Missão e Visão, e também os Valores, são as bases norteadoras de qualquer organização, não importando sua área de atuação ou finalidade. Estes pressupostos organizacionais precisam ser constantemente transmitidos e assimilados por todos os membros pertencentes à organização. No caso do IFPI, envolvem não apenas os gestores juntamente com o corpo docente e técnicos administrativos, mas abrange concomitantemente a comunidade discente, bem como os demais profissionais que desempenham alguma função na instituição. Desta forma, na ausência de um objetivo comum, alinhado a uma razão e propósito de existência clara e consistente que orienta e direciona, os colaboradores tenderão a focar em seus próprios objetivos e metas, sobrepondo-os aos da organização. Quando esses valores deixam de ser difundidos a instituição pode, ainda que lentamente, distanciar-se do seu propósito original, ficando à mercê das subjetividades e interesses difusos dos seus membros.

Por outro lado, quando a missão, visão e os valores são corretamente assimilados e incorporam ao discurso da equipe gestora, e quando esta se compromete a compartilhar junto a seus pares, internalizando a razão de existir da instituição, estes, por sua vez, conseguem moldar o comportamento dos indivíduos,

norteando suas ações com vistas à aproximação e alcance dos objetivos e metas institucionais. (Chiavenato, 2014).

No que tange ao IFPI campus Corrente, entende-se que o alcance dos seus objetivos envolve necessariamente o aprimoramento humano e profissional dos seus discentes, em seus respectivos níveis e modalidades de ensino, associado ao desenvolvimento e fortalecimento local, frente à sociedade externa ao lócus de atuação do campus.

Admite-se também que o êxito em promover o estudante em um indivíduo consciente e pleno como cidadão capacitado, para o pleno exercício no mundo do trabalho deve ser distribuído entre a instituição de ensino, as instituições pertencentes à sociedade, de algum modo ligadas ao indivíduo e ele próprio. Posto isso, resta então compreender o papel de cada um desses agentes envolvidos, e direcionar-se rumo à implementação desse projeto de desenvolvimento humano.

Os egressos desempenham um papel vital em uma instituição educacional como o IFPI, pois representam o impacto e a qualidade do ensino oferecido. Eles não apenas são uma expressão dos resultados do investimento em educação, mas também atuam como defensores da instituição, contribuindo positivamente para sua reputação e interação com a comunidade e o para com o mundo do trabalho.

Os egressos quando alcançam seus objetivos em nível educacional, cultural, social e financeiro, validam a eficácia do programa educacional oferecido pelo campus, reforçando sua missão de formar profissionais qualificados e cidadãos engajados com a transformação social. Além disso, o feedback dos egressos fornece insights valiosos para melhorar continuamente os currículos, métodos de ensino e serviços oferecidos pela instituição. Portanto, nutrir uma relação positiva com os graduados, acompanhando e apoiando seus caminhos profissionais, é fundamental para consolidar a reputação e a excelência do IFPI no ambiente educacional e no mercado de trabalho.

As palavras de Martins et al (2020) capturam muito bem a necessidade de se pesquisar sobre os egressos, sobretudo em questão, os egressos do EMI:

Pesquisar sobre egressos de cursos técnicos profissionalizantes, portanto torna-se cada vez mais relevante para que possamos verificar como a formação recebida, tem impactado a vida dos estudantes nas dimensões: pessoais, econômicas, acadêmicas e profissionais. Assim, acreditamos ser

de grande importância sistematizar informações sobre egressos dos cursos técnicos profissionalizantes da RFEPT, para que possamos obter e demonstrar a influência da formação técnica profissionalizante na vida dos egressos desses cursos (Martins *et al*, 2020, p 167).

Sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) estes são definidos pela concentração de empresas, predominantemente de pequeno e médio porte, que se dedicam a atividades correlatas ou complementares em uma região específica. Essa concentração facilita a maximização de recursos, a troca de saberes e o estímulo a inovações que favorecem o desenvolvimento.

De modo geral, no Brasil, os APLs destacam-se não apenas por sua habilidade em gerar empregos e renda, mas também pelo seu potencial em fomentar a inovação tecnológica. A inovação é uma base essencial para a competitividade e longevidade de qualquer segmento econômico, consolidando-se como um assunto de grande importância para o progresso econômico e social brasileiro (Cassiolato; Lastres, 2005).

Baseado nisto, há, portanto, uma reconhecida relação de cumplicidade e interesses correlatos entre ambos, uma vez que a inovação tecnológica é um forte aspecto enraizado e característico dentro da Rede Federal de Ensino e os APLs são, por definição, mais sensíveis e receptivos à incorporação dessas tecnologias, transformando-as em benefícios para a sociedade.

Como já mencionada na lei de criação dos Institutos Federais, o diálogo aproximado junto ao setor produtivo local, soma-se aos demais objetivos e características institucionais e, portanto, deve ser buscado para que a instituição efetivamente alcance sua finalidade.

Nesta esteira, é imperativo avaliar se o IFPI está efetivamente cumprindo sua missão institucional e sua função social, garantindo que suas atividades realizadas estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos e contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento da sociedade e o progresso individual dos discentes que a compõem.

A constante reflexão e análise crítica sobre as práticas e resultados da instituição são essenciais para assegurar que ela esteja verdadeiramente cumprindo seu papel e atendendo às necessidades da comunidade. Ao promover essa avaliação

contínua, o IFPI pode reafirmar seu compromisso com a excelência acadêmica e o serviço público, fortalecendo sua relevância e impacto no cenário educacional e social. Como também pode perceber fragilidades e inconsistências em sua trajetória e ajustar possíveis desvios, guiando a instituição em sua missão original.

Portanto, lançar um olhar sobre a maneira como a instituição se percebe, compreende e busca cumprir a sua missão institucional e avança no cumprimento de sua função social, será de grande relevância, inicialmente para toda a rede federal de educação, ciência e tecnologia do Piauí, e conseqüentemente para todas as instituições de ensino que atuam com a formação profissional e tecnológica, a EPT, pois se trata de avaliar e refletir sobre o resultado do seu próprio trabalho e o cumprimento da sua missão que lhe deu origem.

1.2 Problema

Devido a estrutura e composição únicas da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto instituição de ensino, o IFPI possui características que necessitam ser relatadas e consideradas para melhor compreensão do problema em estudo e seu contexto.

É composto por um corpo docente sobremodo eclético, atuando simultaneamente na educação básica e ensino superior, perpassando pelo ensino de nível médio, nas modalidades integrada, concomitante/subsequente, PROEJA, além dos cursos de formação inicial e continuada - FIC; esses docentes dispõem de uma formação técnica e ou propedêutica, como bacharéis, licenciados e tecnólogos; são graduados, especialistas, mestres, doutores e pós doutores, em suas mais diversas áreas de concentração do conhecimento; atuam colaborativamente para atender as demandas de seus *campi* e precisam necessariamente dialogar entre si, dentro e fora da sala de aula; distribuem suas atividades de trabalho nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, permitindo-lhes atuar dentro e fora da sala de aula, e nas mais variadas e dinâmicas atividades propostas pela instituição na qual faz parte.

Estes docentes terão pela frente a responsabilidade de receber, ensinar, acompanhar e desenvolver os alunos ingressantes, dotados de realidades socioeconômicas e culturais diversas; que residem desde centros urbanos aos mais

distantes bairros e zonas rurais; deslocam-se diariamente por quilômetros, das cidades vizinhas ou optam por alugar um local temporário que lhes possibilitem dar início e continuidade aos seus estudos.

Aqueles mais ávidos pelo conhecimento e que desfrutam de alguma condição que lhes proporcionem a oportunidade de se dedicarem mais aos estudos, geralmente buscam a ampliação através da continuação do ensino que lhe é oferecido na própria Rede por meio da verticalização. Outros, por necessidade ou em busca por melhorias em suas condições de vida, focam seus esforços em se qualificar para o mundo do trabalho, uma vez que este se encontra num estado de acirramento crescente e constante.

Neste contexto, também se encontram aqueles que, por decisão própria optam por não seguir carreira nos estudos, seja por não se encaixarem nessa realidade, seja por não reconhecerem que esse esforço lhes proporcionará maiores oportunidades no futuro.

No atual momento em que se tem evidenciado o domínio do capitalismo, com o foco na produção e no consumo, seus efeitos são percebidos constantemente. O mundo do trabalho tornou-se um ambiente cada vez mais competitivo e, ao mesmo tempo, promove desigualdades que assolam, de modo mais intenso e severo os menos favorecidos, perpetuando o controle daqueles já estabelecidos ao longo do tempo.

Sobre isso, Ricardo Antunes (2018) acrescenta que:

O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e na precarização do trabalho. São mudanças impostas pelo processo de financeirização e mundialização da economia num grau nunca antes alcançado, pois o capital financeiro passou a dirigir todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as suas práticas e os modos de gestão do trabalho. (Antunes, 2018, p. 173)

Este mesmo autor em sua obra: “Os sentidos do trabalho” estabelece um paralelo entre a classe proletária que havia na época do surgimento da Revolução Industrial com o trabalhador do século XX, destacando que as mesmas bases que sustentavam o capital naquele período ainda permanecem latentes nos dias atuais.

Ele o define como o subproletariado e precarizado no que diz respeito às suas condições de trabalho desprovidas de direitos, usados como seringas descartáveis, inseridos em um novo contexto de fordismo e taylorismo moderno. (Antunes, 2009).

Apesar das mudanças e transformações ocorridas no âmbito social e tecnológico, não foi possível, de modo contundente romper com o paradigma que se arrasta desde o século passado. O que se verifica é um conjunto de adaptações e novas configurações dos espaços produtivos e dos meios de produção existentes, que impuseram novas condições de empregabilidade sobre o perfil do trabalhador, imprimindo-lhes a necessidade de maior qualificação intelectual e flexibilização de atividades, bem como a jornada de trabalho (Antunes, 2009).

A partir da constatação dessa realidade emerge a necessidade inerente de qualificar essa mão de obra do trabalhador para o atendimento dos interesses puramente mercadológicos. Consequentemente, surgem os espaços educativos e de formação técnica para suprir inicialmente essa lacuna emergente e urgente.

Os institutos Federais têm sua gênese também embasada nesses pressupostos, trazendo consigo um viés assistencialista e alienante (Pacheco, 2010). Somado a esses pressupostos, havia também um problema comum em todos os momentos da sociedade organizada, sempre presente, ainda que de modo oscilante, que é o desemprego e a pobreza.

Muitos destes que buscam nas instituições de ensino, apenas uma possibilidade de obter qualificação técnica que lhes permitam o ingresso e permanência no mundo do trabalho, suas dificuldades se estendem desde questões financeiras, até a garantia dos meios de sobrevivência.

Diante deste cenário, e ao verificar as bases e concepções em que se sustentam o IFPI, como sua lei de criação e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, é possível verificar mecanismos internos que, somados ao ensino, devem atuar no alcance de sua missão institucional e no cumprimento da sua função social.

O tripé constituinte da Rede - Ensino, Pesquisa e Extensão - é um forte exemplo. Além desses, há outros instrumentos e iniciativas que também promovem uma interação e aproximação entre o IFPI e a comunidade, como as parcerias público-privadas - PPP, programas de estágio e demais atividades de extensão.

Outro problema que suscita a necessidade desta pesquisa e que se percebe empiricamente é a falta de alinhamento entre a atuação docente em relação à identidade do IFPI, no que corresponde à sua natureza, finalidades e atuação. Pacheco (2010) traz à tona essa discussão, afirmando que, a Rede Federal de Ensino apresenta uma proposta completamente nova e única no cenário educacional nacional, uma vez que os IFs não são universidades como também não são escolas técnicas de nível médio. E como os docentes que nela atuam, em maioria, provêm de universidades, estes tendem a reproduzir naturalmente as mesmas concepções que receberam em seus ambientes acadêmicos de formação, sejam eles tanto para a docência quanto para o mercado. Tal comportamento promove um “divórcio” entre o ensino superior e a formação técnica de nível médio.

Pacheco (2015) afirma que há uma forte influência das universidades sobre os docentes que atuam na Rede Federal, pois uma parcela significativa provém exatamente desse meio e, naturalmente tendem a replicar a mesma cultura recebida nos centros universitários no seu ambiente de trabalho.

Moura (2014) aponta algumas categorias distintas de docentes que atuam nas instituições de ensino e dentre elas encontram-se os bacharéis e tecnólogos graduados não licenciados e os graduados e licenciados.

Nesse sentido, Brito *et al.* (2020), enfatizam que os bacharéis e tecnólogos não licenciados não tiveram contato com as ciências da educação e a prática sistemática docente, e por esta razão, tendem a reproduzir práticas e experiências vividas durante sua formação. De modo análogo, aqueles que tiveram formação pedagógica e, portanto, considerados licenciados, não possuem o domínio dos pressupostos teórico-práticos para a atuação no âmbito da EPT, e por isso apresentam limitações para correlacionar o conteúdo da formação geral com os conteúdos específicos.

Essas nuances podem ser percebidas quando docentes acabam por priorizar algumas modalidades de ensino em detrimento de outras, sem levar em consideração as demandas institucionais com o ensino, nem a correlação existente entre a instituição e os demais agentes e arranjos produtivos locais. Há uma perceptível preferência por lecionar nos cursos superiores e em programas de pós-graduação ao

invés dos cursos integrados de nível médio, e mais resistência se percebe com relação à modalidade PROEJA.

Em se tratando dos recursos humanos que atuam na EPT, com foco nos docentes com suas individualidades e experiências de atuação e formação distintas, estes tendem naturalmente, quando não orientados e devidamente acompanhados, a reproduzirem práticas, hábitos e métodos que nem sempre estão alinhados à proposta da Instituição.

Neste sentido, Pacheco (2015) é assertivo em apontar que uma das contradições a ser superada pela rede está na falta compromisso por parte de seus integrantes:

Ao chegar aos Institutos Federais, os nossos docentes, recém egressos das universidades, muitas vezes tentam reproduzir a cultura acadêmica de descompromisso social, projetos pessoais de pesquisa, reclamação das condições “precárias”, sem considerar a urgência necessária para a inclusão de milhares de jovens e colocando suas condições de trabalho acima dos interesses desses jovens que estamos retirando da exclusão e da marginalização (Pacheco, 2015, p. 37).

Sobre essas distâncias, a Lei 11.982/2008 em seu artigo 6º, corrige e norteia ambos, ao descrever a finalidade e características dos IFs:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; (BRASIL, 2008).

Com base na exposição da letra da lei supracitada, fica evidente a responsabilidade do IFPI de atuar colaborativamente junto à sociedade onde está inserido, cabendo-lhe o compromisso de colaborar com o desenvolvimento local e regional. Investido não apenas no dever de ensinar e formar cidadãos críticos e humanizados, mas, concomitantemente a isso, buscar estratégias e meios capazes

de dialogar com os demais agentes econômicos à sua volta, em prol do desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Essas questões levantadas corroboram para o problema central deste estudo, que situa-se sobre a responsabilidade do IFPI Campus Corrente quanto ao cumprimento de sua missão institucional, no exercício da sua função social, que se verifica através do desenvolvimento humano e socioeconômico por meio da interação com a sociedade e demais instituições e arranjos produtivos situados à sua volta.

De forma sucinta, observa-se que a responsabilidade pelo sucesso e protagonismo do egresso, como sujeito e participante direto do processo de transformação e desenvolvimento social projetado pelo IFPI, não deve estar em desequilíbrio, ora lançando toda a responsabilidade sobre a Instituição de ensino que o formou, e que tem por obrigação torná-lo desejável às instituições privadas ou plenamente apto para fazer frente ao mercado por meio do empreendedorismo; nem tampouco, indo na direção diametralmente oposta, atribuindo ao egresso seus infortúnios na busca pela sobrevivência e manutenção da vida, em condições básicas e dignamente aceitável, que pode ser determinado a grosso modo, pela ociosidade laboral e estagnação, seja ela de ordem pessoal, profissional ou acadêmica, ou até mesmo na prática de atos ilícitos.

Tais percepções são latentes e pretende-se constatá-las e estudá-las dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí com afinco, focando na análise e descrição dessa realidade, tendo como lócus de pesquisa o campus Corrente.

Diante do cenário exposto, o presente trabalho visa responder à seguinte indagação: **De que modo o IFPI Campus Corrente está promovendo uma educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, direcionada às demandas sociais e socioprodutivas, do município de Corrente Piauí?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Compreender de que maneira o Campus Corrente-IFPI está promovendo uma educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, direcionada às demandas sociais, com vista ao desenvolvimento local e regional, compatível com sua missão institucional e função social.

1.3.2 Específicos

- Evidenciar a Missão Institucional e a Função Social, descrevendo as iniciativas estratégicas e metas prioritárias do Instituto Federal previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que promovem o desenvolvimento da educação profissional técnica e tecnológica de nível médio.
- Identificar experiências exitosas e articulações desenvolvidas na região, em especial no Campus Corrente, que atendem à sua missão e função social.
- Investigar junto aos participantes da pesquisa como a instituição, a partir da educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, está atendendo às demandas sociais junto aos arranjos produtivos com vista ao desenvolvimento local.
- Desenvolver, aplicar e avaliar uma plataforma digital de acompanhamento e monitoramento de egressos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto histórico da Educação Profissional no Brasil

Até o século XIX não há registros concretos de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como a Educação Profissional. Existia uma educação voltada apenas para a inserção do jovem na universidade. O perfil desses estudantes quase sempre em sua totalidade, era formado pelas elites que dispunham de meios necessários e condições favoráveis, sendo educados para preencherem os melhores espaços como dirigentes inseridos na sociedade. (Ramos, 2014).

No Brasil, entre o século XVIII e início do século XIX foi marcado pela subserviência nacional aos interesses portugueses, que além de saquear as riquezas, ainda impuseram entraves comerciais que atrasaram o progresso e o crescimento nacional. Albuquerque nessa perspectiva assevera tal proposição ao citar o famoso “Alvará de 1785” que dizia: “Julgo por bem ordenar que todas as feitorias, fábricas ou lojas sejam extintas e abolidas em qualquer lugar que possam ser encontradas em meus domínios no Brasil.” (Albuquerque, 1977, p. 32).

Com a chegada de D. João VI juntamente com a corte portuguesa e a assinatura da Carta Régia em 1808 que, continha uma série de medidas, dentre elas a abertura dos portos e a abolição do Alvará de 1785 que proibia todas as atividades manufatureiras, dá-se início a um novo momento na história brasileira.

Apesar dos reais interesses terem sido basicamente atender aos interesses da coroa portuguesa e dos seus aliados britânicos, tais medidas foram úteis para nutrir e dar crescimento ao “gigante pela própria natureza” que culminaram, tempos depois, na sua independência no ano de 1822 (Albuquerque, 1977).

A criação do Colégio das Fábricas foi consequência direta do pacote de ações implementadas em 1808, que permitiu novamente o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, que tinha como objetivos “promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria que multiplicam e melhoram e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes” (Brasil, 1891, p. 10). Neste marco histórico, tem-se a gênese da EPT no Brasil.

Moura (2012) ao analisar as origens históricas da educação profissional no cenário brasileiro, reforça mais uma vez que a intenção de sua criação era puramente assistencialista, oferecendo a princípio, uma possibilidade de sobrevivência para os artífices e aprendizes vindos de Portugal, como também para os órfãos e abandonados, por meio do aprendizado de um ofício que lhe possibilitaria uma atividade remunerada.

Já a Educação Profissional e Tecnológica deu início à sua trajetória há pouco mais de um século, precisamente no ano de 1909, com a Escola de Aprendizes e Artífices. Sua gênese foi marcada por uma série de transformações, desde a estrutura, perpassando pelas propostas de atuação, até a sua nomenclatura.

Ramos (2014), aponta que, após esse importante passo, ampliou-se o horizonte da educação profissional no Brasil, voltada para as necessidades de capacitação técnica, inicialmente direcionadas para os campos da agricultura e da indústria, por volta dos anos 30 e 40. Nesse período o país iniciava uma transição econômica entre o modelo semicolonial para o neoliberalismo, lastreado num capitalismo subserviente de economias mais desenvolvidas e avançadas, como os EUA.

Ramos (2014) chama de capitalismo dependente, o formato inicialmente adotado no Brasil nesse período, e que perdura até os dias de hoje, porém com algumas ressalvas. Em resumo, este consistia na importação de tecnologias e capital dos países mais avançados tecnologicamente, sob a ideia de um desenvolvimento em associação, mas, que segundo a autora, apenas mascarava uma dependência e subserviência aos interesses externos.

Para a educação, tal comportamento se configurava numa perpetuação do ensino dual, direcionando o ensino técnico e tão necessário naquele momento para os filhos dos operários e outros menos favorecidos, e a educação intelectual voltado para as classes dominantes (Ramos, 2014).

Durante todo o período que se segue, tanto a educação básica quanto a profissional e, até mesmo o ensino superior incorrem em inúmeras e sucessivas modificações, muitas delas, vistas como avanços e outras como vastos retrocessos. Neste enredo, vários agentes munidos de interesses múltiplos, fazendo uso de seu poder e influência promoveram um período de entraves acirrados e contundentes. Dentre essas forças destacam-se o capital estrangeiro em forma de financiamentos; transferência de tecnologias e outros acordos bilaterais, que trataram o Brasil como uma colônia imperial de exploração, a serviço dos interesses internacionais; a ascensão de uma classe burguesa que detinha os meios de produção, porém carecia de mão de obra cada vez mais qualificada e quantitativa para o alcance dos seus objetivos empresariais; e uma elite governamental mandatária dos interesses de uma aristocracia conformada em seu *status quo*, protegendo e perpetuando sua posição por meio da defesa de um ensino dual e excludente (Rios; Costa; Urbanetz, 2014).

Somadas a essas mudanças, a EPT também serviu a interesses distintos, ora, sob a orientação de governos, ora alinhados aos interesses de mercado e do desenvolvimento industrial e econômico (Pacheco, 2010).

Desde os tempos mais primórdios da EPT no Brasil, esse contexto citado tem sido uma realidade. Mesmo tomando as providências em prol da ruptura desse paradigma ora instaurado, ainda é notório sua presença.

Após sucessivas conquistas e retrocessos, que marcaram a educação profissional no país desde a sua gênese, dá-se início de modo mais contundente, a partir da redemocratização do país e a promulgação da nova constituição cidadã, uma guinada no desenvolvimento social, onde se percebe a retomada da democracia e do pensamento progressista tanto na economia quanto para a educação profissional tecnológica. Pode-se destacar três marcos significativos que demonstram essa mudança.

A primeira é a implementação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, sob a lei 9.394 de dezembro de 1996, que revogou a antiga, expressa pela Lei nº 4.024, de 1961, na qual apresentava como principal medida significativa, a equivalência entre o ensino médio e a educação profissional. A nova LDB mesmo inacabada no sentido pleno do que se desejava para o momento, buscava superar as contradições existentes, numa concepção de educação humanística, integrada, unitária e politécnica (Cunha; Pimentel, 2022). Ela pretendia trazer mudanças consistentes no que concerne à democratização e universalização da educação para todos sem exceção e com qualidade.

O segundo marco relevante para a história da EPT encontra-se na revogação do Decreto nº 2.208 de 1997, que regulamenta os artigos 37 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da nova LDB, que havia instituído a separação curricular entre o Ensino médio e a Educação Profissional por meio da extinção da modalidade integrada, adormecendo esta última, para direcionar-se prioritariamente aos interesses do mercado. O Decreto nº 5.154 de 2004 criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, retoma a possibilidade de integração entre o ensino técnico e o médio, por meio da articulação entre ambos, restabelecendo as bases teórico-epistemológicas, que se consubstanciam não apenas numa sobreposição ou empilhamento de saberes dispostos entre a formação geral e específica, mas “um novo enfoque na construção

curricular e no tratamento dos conteúdos escolares” (Rios; Costa; Urbanetz, 2014, p. 79).

Um terceiro e último acontecimento importante foi a criação da Lei nº 11.892 em dezembro de 2008, concebendo assim os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, como preconiza Pacheco (2010), possui uma identidade única, jamais implementada em nenhum lugar no mundo neste formato. Esta, por sua vez, supera a antiga prática de reprodução de modelos externos, sempre à sombra de economias e países mais desenvolvidos. Com os IFs têm-se a oportunidade de “inovar a partir das nossas próprias características, experiências e necessidades” (Pacheco, 2010, p. 15).

Tal acontecimento possibilitou a expansão e a interiorização da Rede Federal em todo o país. Martins (2017), sobre esse aspecto confirma que:

[...] essa expansão significou um passo importante para a democratização da educação, que se traduz, aqui, pela tentativa de construir escolas profissionalizantes em municípios mais distantes dos centros, com o objetivo de garantir o acesso de mais pessoas às ações educativas, desenvolver as potencialidades e dinamizar os arranjos produtivos locais com a qualificação da mão de obra local (Martins, 2017, p. 142).

Na figura 1 é possível constatar a abrangência da expansão da Rede Federal em todo o território nacional, partindo dos centros para os interiores.

Figura 1 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional (2018)



Fonte: Editora CRV ¹

Com base nos teóricos que estudam a Rede Federal como Ramos, (2014); Frigotto, (2001); Moura, (2012); Pacheco (2015), dentre outros, é possível inferir que existe uma concordância ao se afirmar que essa expansão se concretizou e avançou com mais intensidade a partir da Lei 11.892/2008.

Essa expansão permitiu uma significativa ampliação da Rede, fazendo-se presente em lugares e regiões tanto urbanas como interiorizadas, visando não apenas o desenvolvimento nacional, mas também com vistas ao contexto local.

A Rede Federal continuou sua expansão avançando seus campi em todo o território nacional. Tal fato evidencia o compromisso assumido pelos órgãos competentes em proporcionar mais oportunidades de acesso a uma educação profissional e tecnológica transformadora e comprometida em educar e desenvolver vidas.

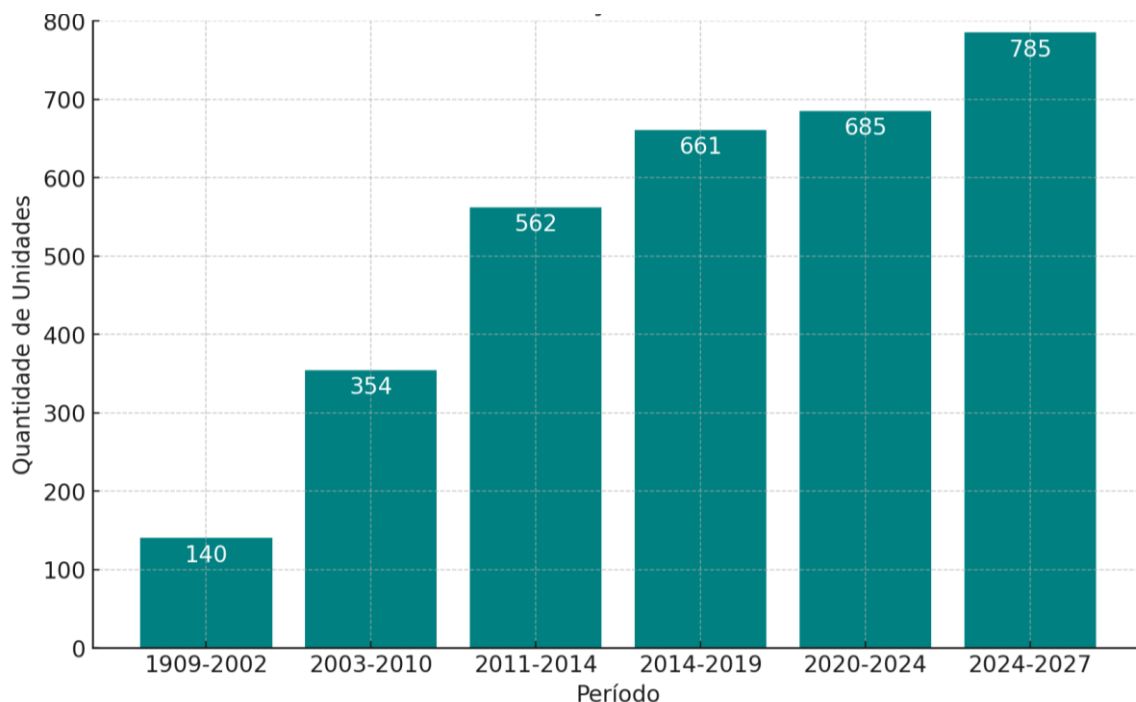
E mais recentemente, em março do corrente ano, foi autorizado pelo governo federal a criação de 100 novos Institutos Federais até 2027, dos quais 3 deles estarão no Estado do Piauí, iniciando uma nova fase de expansão da Rede Federal. Essa iniciativa representa um passo importante na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Segundo o portal do governo, com a nova expansão o país conseguirá ofertar cerca de 140 mil novas vagas, sendo a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Com isso, a Rede proporcionará condições favoráveis à formação e qualificação profissional em diversos níveis, à difusão do conhecimento científico e tecnológico, à geração de emprego e renda para a juventude e à classe trabalhadora do país (Brasil, 2024).

A figura 2 resume a trajetória de expansão da Rede Federal de Ensino, desde a sua origem até o vigente plano de expansão, com a proposta de conclusão de 100 novas unidades em conformidade com o PPA 2023-2027 (Brasil, 2024).

¹ Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/35895-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil-brda-historia-a-teoria-da-teoria-a-praxis-brbrcolecao-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasilbr-volume-1>. Acesso em 02. fev 2023.

Figura 2 - Expansão da Rede Federal de Ensino



Fonte: MEC/SETEC, (2024) (Adaptado pelo autor)

Resta verificar, no que tange ao cumprimento da missão institucional e função social que foi incumbido, se cada uma das unidades federais de educação profissional e tecnológica está e estará verdadeiramente comprometida com a transformação social no local onde se encontra ou se apenas subsiste de modo apático e medíocre ocupando-se majoritariamente na manutenção do *status quo*.

2.1.1 Síntese da história da EPT no Brasil

Ao longo do século XX, o Brasil testemunhou uma significativa evolução na educação profissional, começando em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices, por meio do Decreto nº 7.566. Estas instituições visavam preparar a mão de obra para atender às demandas da emergente indústria brasileira (Brasil, 1909).

A partir de então, uma série de marcos regulatórios e institucionais foram estabelecidos, incluindo a obrigatoriedade do ensino profissional em escolas primárias subvencionadas pela União em 1927 e a criação do Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, consolidando a importância da formação técnica

A década de 1960 marcou a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961, que abriu caminho para a inclusão de concluintes de cursos de educação profissional no ensino superior. Posteriormente, em 1968, a legislação permitiu a oferta de cursos superiores para Tecnólogos, ampliando ainda mais as oportunidades de formação profissional no país. Enquanto isso, o ensino médio ganhava destaque com a Lei nº 5.692/71, que incluía uma habilitação profissional técnica ou de auxiliar técnico como parte integrante do currículo (Brasil, 2018).

No final do século XX e início do século XXI, a educação profissional continuou a evoluir, com a promulgação da segunda LDB em 1996 e a definição de diretrizes curriculares para a educação profissional em 2004-2008. A aprovação do novo Plano Nacional de Educação em 2014 e as alterações na LDB em 2017, que incluíram ênfase técnica e profissional no ensino médio, destacam-se como marcos importantes na contínua busca por uma formação profissional de qualidade e alinhada às demandas do mercado de trabalho brasileiro (Brasil 2018).

Em 2018, uma reforma significativa no Ensino Médio foi implementada, visando flexibilizar o currículo e direcionar uma parte substancial do aprendizado para a formação técnica e profissionalizante. Essa medida reflete um reconhecimento crescente da importância da educação profissional na preparação dos jovens para o mercado de trabalho, proporcionando-lhes habilidades práticas e conhecimentos específicos para diferentes áreas de atuação (Brasil, 2018).

Além disso, em 2024, uma proposta de nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi confirmada, ampliando em mais 100 novas unidades, indicando um compromisso contínuo com o fortalecimento e a ampliação do acesso à educação profissional de qualidade em todo o país (Planalto, 2024).

Quadro 1 - Percurso Histórico da EPT no Brasil

Ano	Marco
1909	Criação das Escolas de Aprendizes e Artífices pelo Decreto nº 7.566.
1927	Estabelecimento do ensino profissional obrigatório em escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União.
1937	A Constituição Federal enfatiza o dever do Estado na educação profissional e industrial.
1942	A Lei Orgânica do Ensino Industrial define o ensino em dois ciclos e cria o SENAI.
1946	Criação do SENAC e definição da obrigação das empresas em oferecer aprendizagem
1959	Instituição das escolas técnicas federais como autarquias
1961	Promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
1968	Lei Federal permite oferta de cursos superiores para Tecnólogos
1971	Lei define que o ensino médio deve incluir uma habilitação profissional
1975	Incentivos fiscais para treinamento profissional pelas empresas.
1978	Transformação de Escolas Técnicas Federais em Cefets.
1991	Criação do SENAR
1996	Promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
2004-2008	Definição de diretrizes curriculares para a educação profissional
2014	Aprovação do novo Plano Nacional de Educação
2017	Alterações na LDB incluem ênfase técnica e profissional no ensino médio.
2018	Reforma do Ensino Médio, flexibilizando o currículo com foco na formação técnica e profissionalizante.
2024	Proposta de nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

2.2 Trabalho e educação: conceitos e princípios

Segundo Neves *et al.* (2018, p. 319), “trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão.” Deste modo, explorar as multiplicidades dos conceitos existentes, não é o foco deste trabalho. Porém, faz-se necessário estabelecer as bases fundamentais sobre trabalho, ancorado nos principais autores que compõem o arcabouço teórico da EPT.

No âmbito das discussões sobre o trabalho, Coutinho (2009) o define como uma atividade humana, podendo ser realizada de forma individual ou coletiva. Essa característica o distingue de outras práticas animais, pois o trabalho humano é permeado por um caráter social intrínseco. Através do trabalho, os indivíduos se relacionam entre si, cooperam, dividem tarefas e constroem relações sociais complexas.

Já em um contexto político, o mesmo afirma que trabalho é o “exercício humano que configura um elemento fundamental na realização de bens e/ou serviços”. Ambos os conceitos apontam para a existência de uma atividade, isto é, algo que precisa ser feito por alguém. Em seguida, as definições apontam para um propósito, uma finalidade ou objetivo: a realização/produção desse algo que pode ser um bem ou serviço. Este trabalho atenderá basicamente dois propósitos: a satisfação pela criação e o usufruto do bem produzido pelo indivíduo, ou a troca pelo salário, quando este não detém os meios de produção.

No campo de estudos econômicos, o trabalho é classificado como um dos fatores de produção, que pertence primariamente aos indivíduos e famílias. Juntamente com os demais fatores como a capital e terra, compõem uma parte do fluxo circular da renda de uma economia simplificada, estabelecendo uma relação entre as unidades produtoras e as unidades apropriadoras. Nesse modelo econômico, os indivíduos oferecem seus serviços em troca de retribuições pecuniárias, para, em seguida, adquirirem os bens de produção produzidos pelas empresas. O fator trabalho

assume um caráter essencial para a existência de uma economia e conseqüentemente o desenvolvimento e manutenção da sociedade de produção e consumo, pois ela tanto depende quanto, ao mesmo tempo, usufrui daquilo que é produzido (Vasconcellos, 2015).

Continuando com os sentidos atribuídos ao trabalho, Dalri e Vieitez (2009), acrescentam uma definição mais crítica e ideológica ao conceito, ao caracterizá-lo como um instrumento de dominação capitalista que aliena e desumaniza o homem, expropriando-o de sua força de trabalho – a mais-valia – há muito já teorizado por Marx e Engels. Para eles, o trabalho é um princípio educativo que age nos indivíduos, desenvolvendo-os e proporcionando sua libertação/emancipação, por meio de uma formação integral, alcançada através da educação. Esses mesmos autores apontam para uma fusão simbiótica entre o trabalho e a educação, onde esta última, por meio da integração entre as funções manuais, técnicas e intelectuais ensinadas e aprendidas, permite aos educandos a possibilidade de sua elevação da condição de executores à dirigentes.

A concepção do pensamento marxiano sobre trabalho é de que este atua como um instrumento constitutivo do ser humano, haja vista que o homem se relaciona com a natureza modificando-a e sendo modificado por ela. Por meio dessa interação entre o homem e a natureza, manifesta-se o crescimento e desenvolvimento cognitivo do ser humano, ao criar meios de vida, “produzindo indiretamente sua própria vida material” (Marx & Engels, 1974, *apud* Saviani, 2007, p. 154).

Saviani (2007, p.3), complementa o pensamento de Marx e Engels sintetizando de modo claro que trabalho é o “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas”. Segundo esse mesmo autor, o trabalho é a essência do homem, uma vez que este se constitui num elemento ontológico de constituição puramente humana.

Ao contrário dos animais que se adaptam e se modificam a partir da natureza, o homem se destaca dentre os demais seres vivos ao desenvolver a capacidade de transformar a natureza para esta ajustar-se às suas necessidades (Saviani, 2007).

Para Bloise e Loureiro (2020), há uma vinculação do trabalho à forma própria de ser dos seres humanos. Assim sendo, é um imperativo socializar o princípio do trabalho como produtor de valores. O homem produz e reproduz sua sobrevivência

através do trabalho na interação com a natureza, onde ambos se transformam mutuamente.

Já Frigotto (2001) aponta que o trabalho é a capacidade humana que possibilita a criação e recriação da esfera natural e das condições materiais de existência, não apenas no aspecto econômico, mas também na arte e na cultura, na linguagem e nos símbolos.

Uma vez que o trabalho é a essência do homem, e este não pode viver em desassociação deste ato, o passar do tempo mostrou-se favorável para o surgimento da propriedade privada e a divisão do trabalho, que por sua vez possibilitou que um pequeno e seletivo grupo, usando-se de instrumentos subversivos diversos, alcançou a condição sobrevivência a partir do usufruto do trabalho de seus pares que, dadas as circunstâncias limitantes e contraditórias, além de escolhas individuais imprecisas, não conseguiram acompanhá-los. É neste contexto que se tem a raiz embrionária que, tempos mais tarde, culminaria na classe burguesa, detentora dos meios de produção, que enriquecem demasiadamente, através da apropriação do trabalho alheio (Saviani, 2007).

A união entre a educação e o trabalho já era tema presente em alguns textos de Marx, e desde então, fixou-se como proposta integrante do projeto de sociedade futura ideal nos moldes do pensamento marxista. O próprio Marx afirmava que a sociedade ideal do futuro não pode ser concebida sem combinar educação com trabalho produtivo. Para ele, o trabalho ocupa um lugar de centralidade dentro do que se refere a uma proposta pedagógica nos moldes marxianos (Manacorda, 2007). Lenin, como discípulo de Marx ao assumir o poder juntamente com os bolchevistas na revolução russa de 1917, trazia engendrado consigo alguns princípios marxistas sobre educação e esta, de forma articulada com o trabalho. Para ele:

Nem o ensino isolado do trabalho produtivo, nem o trabalho produtivo isolado do ensino poderiam pôr-se à altura do atual nível da técnica e do presente estado de conhecimento científico (Manacorda, 2006, p. 314).

Assim, com o surgimento da divisão social entre a classe burguesa e a trabalhadora, de modo análogo, também manifestou-se a divisão do trabalho e conseqüentemente elevou-se o modelo de escola dual. Como conseqüência desse

movimento histórico instaura-se a escola, criada pela classe dominante, como instrumento de perpetuação no poder através da dominação sobre a classe proletária. Havia então, segundo Saviani (2007), uma escola destinada à educação para uma formação intelectual, e outra voltada à criação de mão-de-obra técnica específica e qualificada para suprir as necessidades da indústria, que neste momento da história, crescia numa velocidade jamais vista pelo homem.

Na escola para a classe trabalhadora, ensinava-se apenas conhecimentos característicos de atividades operacionais e a arte técnica para o aperfeiçoamento do trabalho manual/profissional, concomitantemente ao próprio processo de trabalho. Já na escola destinada às elites eram garantidos conhecimentos e atividades intelectuais. O início da Escola formal se dá num contexto de conflito entre a classe dominante e classe dominada, intensificada pela Revolução Industrial, estabelecendo e reafirmando a proposta dualista, formada por escolas puramente técnicas para trabalhadores e a escola humanista para os futuros dirigentes. (Saviani, 1994).

Manacorda (2007), para fins de compreensão sintetiza o pensamento de Marx ao dedicar boa parte dos seus escritos na crítica à divisão do trabalho, como instrumento causador da desumanização e alienação humana, num movimento histórico e contraditório, onde o homem se apropria da totalidade das forças de produção e, a partir do chão da fábrica, estendendo-se ao seio da sociedade institui e fomenta a cisão, expressa social e economicamente pelo domínio daqueles que detém o controle dos meios produtivos.

Ao analisar as contribuições de Gramsci no que tange a educação e o mundo do trabalho, este possui uma compreensão mais elevada a respeito do tema, entendendo que ambos são necessários e devem coexistir de maneira harmoniosa. Também defende o trabalho com um princípio educativo através do que ele chamava de escola unitária, que irrompe a segregação há muito defendida pelas classes mais privilegiadas, fazendo com que o trabalho e educação sejam compreendidos como unidades indissociáveis para o alcance da omnilateralidade (Saviani, 2007). A escola unitária deveria se propor à tarefa de “inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.” (Gramsci, 1979, p. 121).

Como dito anteriormente, a educação para a formação humanista pressupõe a junção do ensino dos conhecimentos elementares à vida em sociedade, com o ensino dos fundamentos e técnicas diversificadas utilizadas na produção, formando ao final desse processo educativo, politécnicos e não apenas técnicos especializados (Saviani, 2007). A compreensão que ora se chega, a partir dos teóricos analisados, é que a visão que melhor integra educação e o mundo do trabalho, e que se apresenta como solução alternativa para a superação da crise provocada pela ruptura ocorrida entre esses dois pressupostos básicos à existência humana, é a politecnia.

Sobre politecnia entende-se que a perspectiva conceitual marxiana apresentada por Laudares e Quaresma (2007) se assemelha à mesma concepção delineadora deste trabalho. Segundo eles:

A politecnia constitui-se no desenvolvimento de uma cultura geral para a compreensão do processo produtivo dentro e fora da fábrica, com domínio da técnica e da tecnologia dos processos produtivos. Para o trabalhador significaria a superação da divisão do trabalho intelectual e manual e a apropriação técnica e científica dos processos de produção. (Laudares; Quaresma, 2007, p. 519)

Em Saviani (2003), a ideia de politecnia envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual, implicando uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permite compreender o seu funcionamento.

Para Dias (2020), algumas contribuições da politecnia são a presença e o resgate dos conhecimentos históricos e sua assimilação e ressignificação de forma crítica, pois somente transformando o homem em um ser humanizado e de cultura se pode compreender o sentido do ensino politécnico. Essa contribuição relaciona-se diretamente com a formação do homem e sua personalidade, de acordo com as necessidades sociais e com a realidade da vida produtiva. Portanto, somente com horizonte politécnico, tem-se um estreito vínculo entre ensino e trabalho produtivo.

Diante deste contexto exposto, teóricos clássicos como Marx e Engels (1948); Gramsci (1979); Lenin (1954), até os mais contemporâneos como Saviani (2003); Manacorda (2007) e Pacheco (2015); apontam para a existência de uma modelo de educação que seja emancipadora e comprometida com a transformação social, que não apenas qualifica mão-de-obra de forma mecanicista e subserviente aos interesses

do capital, mas que proporciona uma educação igualitária, de qualidade; que promova uma formação humana, plena e integral; que prepare o indivíduo para pensar e agir criticamente. Só assim será então possível sonhar com a mudança, que se inicia com a quebra do paradigma secular imposto pelo capitalismo.

Sobre a formação humana e integral, como proposta educativa Pacheco (2015) esclarece que trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao adestramento para a execução de determinadas tarefas. No entanto, antes de formar o profissional, é necessário formá-lo como cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele e situá-lo dentro do contexto histórico, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos.

Ainda em Pacheco (2012), a concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la.

Dessa forma, a educação contribuirá para a construção de uma consciência coletiva que perceba as contradições do modelo capitalista, possibilitando que os indivíduos, com suas ações concretas e conscientes, façam um mundo mais justo e democrático.

2.3 Missão institucional

A missão institucional se configura como um instrumento que norteia suas ações, servindo como base para o planejamento estratégico, a comunicação com a comunidade interna, stakeholders e a sociedade em geral. Conforme Chiavenato

(2003), a missão é a razão de ser da organização, o que ela busca realizar no longo prazo, o seu propósito fundamental.

Nesse sentido, a missão institucional bem definida deve apresentar os valores, princípios e objetivos da instituição de forma clara, concisa e inspiradora, traduzindo sua identidade e seu compromisso com a sociedade. Segundo Maximiano (2010), a missão estabelece a utilidade da organização tanto para seus clientes quanto para a sociedade à sua volta, e sobre isso, entender qual a missão da organização significa compreender qual problema a esta irá resolver. Sem essa compreensão, tanto a instituição quanto as pessoas que atuam nela poderão ter dificuldade em canalizar seus máximos esforços rumo ao alcance do objetivo central da organização.

Ao analisar os conceitos de missão institucional apresentados por Chiavenato (2003) e Maximiano (2010), pode-se observar pontos em comum e diferenças importantes. Ambos os autores destacam a importância da missão como um norte para a instituição, definindo seu propósito fundamental e servindo como base para o seu planejamento estratégico. No entanto, Chiavenato enfatiza a função da missão como um elemento de comunicação, destacando seu papel na coesão interna da organização e na divulgação de sua identidade para o público externo.

Já Maximiano foca na missão como um guia para a tomada de decisões, ressaltando sua relevância no processo de tomada de decisões estratégicas da instituição.

A partir dessas comparações, pode-se inferir que a missão institucional deve ser um instrumento multifacetado que atenda às diversas necessidades da organização. Ela deve servir como um farol que guia as ações da instituição, inspirando a comunidade acadêmica, comunicando seus valores e princípios para a sociedade e norteando o processo de tomada de decisões estratégicas.

Em um cenário educacional em constante transformação, a missão institucional se apresenta como um fator de gestão significativo, que orienta as instituições de ensino em sua jornada rumo ao sucesso. Mais do que definir o propósito fundamental da organização, ela assume um papel multifacetado, norteando ações, inspirando a comunidade acadêmica, comunicando valores e princípios, servindo de base para o planejamento estratégico e facilitando a tomada de decisões.

De acordo com Drucker, (1975), a missão institucional atua como bússola para as ações da organização, servindo como guia para decisões, impulsionando o engajamento das partes interessadas e consolidando a identidade da empresa. Essa analogia traduz com precisão a função primordial da missão: fornecer uma referência clara e objetiva sobre os objetivos que a instituição almeja alcançar. Essa clareza se torna essencial para orientar decisões estratégicas, desde a oferta de cursos e a realização de pesquisas até a gestão administrativa e a interação com a comunidade.

A missão de uma organização, conforme destacam Takeski e Rezende (2000), é o alicerce que orienta todas as suas práticas e objetivos. De maneira geral, ao definir sua missão, uma instituição estabelece um compromisso com a sociedade, declarando quais serão suas contribuições para o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável. Em qualquer setor, seja ele educacional, empresarial ou governamental, a missão reflete a identidade da organização e a forma como ela pretende atuar no cenário em que está inserida.

Além disso, a missão contribui para a construção de uma cultura organizacional sólida. Quando bem definida e comunicada, ela engaja colaboradores, estudantes, clientes ou membros da comunidade a trabalharem juntos em torno de um propósito comum. Isso é fundamental para promover um senso de pertencimento e motivação entre os envolvidos, o que, por sua vez, resulta em maior eficiência e impacto nas atividades desenvolvidas pela instituição.

Ela fornece os parâmetros e diretrizes que norteiam a definição de metas, objetivos e ações estratégicas, como enfatiza Maximiano (2010). Dessa forma, garante que todas as atividades da instituição estejam alinhadas com seu propósito fundamental, otimizando o uso de recursos e maximizando seus resultados

Ela ainda serve como um instrumento de *accountability*, ou seja, prestação de contas, para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. A combinação da missão institucional com a *accountability*, conforme Sebrae (2021), contribui para o sucesso das organizações em diversos aspectos, incluindo performance, confiança dos stakeholders, engajamento dos colaboradores, sustentabilidade e legitimidade social.

Ao apresentar os objetivos e valores da instituição de forma clara e transparente, como enfatiza Chiavenato (2003), ela permite que a comunidade

acompanhe o desempenho da instituição e cobre o cumprimento de suas promessas. Essa transparência é fundamental para fortalecer a confiança na instituição e construir um relacionamento positivo com seus *stakeholders*.

Geralmente a missão de uma organização é sintetizada em forma de uma frase ou uma afirmação que consegue captar a essência do propósito de uma empresa em sua composição.

Abaixo são descritos exemplos da Missão de algumas empresas e instituições de ensino conforme quadro 2.

Quadro 2 - Exemplos de Missão Institucional

NOME	TIPO	MISSÃO
<i>Google</i>	Empresa Internacional	"Organizar as informações do mundo e torná-las universalmente acessíveis e úteis."
<i>Amazon</i>	Empresa Internacional	"Nos empenhamos todos os dias para sermos a empresa mais centrada no cliente do mundo, a melhor empregadora e o lugar mais seguro para se trabalhar no mundo".
Vale	Empresa Nacional	"Acreditamos que a mineração é essencial para o desenvolvimento do mundo e só servimos à sociedade ao gerar prosperidade para todos e cuidar do planeta".
Petrobras	Empresa Nacional	"Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção, com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável."
Harvard University	Instituição de Ensino internacional	"Educar cidadãos e líderes de cidadãos para a nossa sociedade, através do compromisso com o poder transformador de uma educação em artes liberais e ciências."
Universidade Internacional Iberoamericana - UNIB	Instituição de Ensino internacional	"Formar profissionais competentes e autônomos com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico em um contexto intercultural sob os princípios da educação para todos e da universalização do conhecimento, por meio de um modelo de ensino a distância de qualidade".

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Universidade Federal	“Contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.”
Universidade de Brasília - UNB	Universidade Federal	“Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãs e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência”.
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET - RJ	Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico	Promover excelência na definição, gerência e execução dos serviços e políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para atender a comunidade do Cefet/RJ e a sociedade.
Instituto Federal do Paraná - IFPR	Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico	“Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional”.
Instituto Federal de Piauí - IFPI	Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico	“Promover uma educação de excelência voltada às demandas sociais”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

No que se refere à missão institucional voltado para as Instituições de Ensino, este apresenta-se um guia que orienta suas ações e políticas educacionais, assegurando que suas atividades estejam alinhadas com os objetivos estratégicos de promover a educação, a ciência e a inclusão social. Essas instituições são responsáveis por fornecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades locais e nacionais, promovendo o desenvolvimento regional e a equidade social (Brasil, 2008).

A missão institucional é refletida em sua dedicação à formação de profissionais qualificados e ao estímulo da inovação e do empreendedorismo, preparando os alunos para contribuírem efetivamente para o avanço econômico, tecnológico, político e cultural do país (Pacheco, 2010).

Nas Instituições Federais de Ensino, essa missão pode ser aplicada através de uma abordagem educacional que integra ensino, pesquisa e extensão. O currículo é frequentemente atualizado para refletir as tendências e demandas emergentes, garantindo que os estudantes desenvolvam competências relevantes para o mercado de trabalho atual. A pesquisa é incentivada não apenas como uma atividade acadêmica, mas como um componente vital para o progresso científico e tecnológico. Projetos de extensão levam o conhecimento e as habilidades desenvolvidas nas instituições para a comunidade, promovendo a inclusão e o desenvolvimento social. Essa tríade de ensino, pesquisa e extensão assegura que as IFs não só formem profissionais competentes, mas também cidadãos conscientes e engajados (Pacheco, 2015).

Imbricado a isto destaca-se a formação humana no seu sentido mais amplo e ontológico, que compreende o trabalho como princípio educativo e que, nas palavras de Pacheco (2015) é tratada como a omnilateralidade.

A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho tem de ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção. (Pacheco, 2015, p. 29).

Essa abordagem integradora reconhece o trabalho não apenas como uma prática econômica essencial para o sustento e o desenvolvimento da sociedade, mas também como uma expressão ontológica da realização humana. O trabalho, neste sentido, transcende sua função econômica ao se tornar uma atividade que confere propósito e significado à vida das pessoas, refletindo sua capacidade criativa e produtiva.

Além disso, ao associar o trabalho ao modo de produção, Pacheco (2015) chama a atenção para as implicações sociais e econômicas mais amplas do trabalho, compreendendo-o no contexto das relações de produção e das estruturas de poder existentes. A inclusão da ciência e da cultura nessa formação amplia ainda mais a

perspectiva omnilateral, promovendo uma educação que desenvolve o pensamento crítico, a inovação e a apreciação cultural. Essa visão holística é crucial para preparar indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para serem cidadãos completos e conscientes, capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade em múltiplas esferas.

2.4 Função social

A função social das organizações refere-se ao papel que estas desempenham na sociedade, para além de seus objetivos econômicos e operacionais. Nesta esteira, Cheibub e Locke (2002), afirmam que a função social de uma empresa envolve atividades que atendem aos interesses diretos da própria empresa e que visam promover mudanças sociais, políticas e econômicas que possam impactar positivamente sua eficiência como unidade produtiva.

O conceito de função social da empresa, conforme descrito por Cheibub e Locke (2002), destacam a ideia de que as empresas não existem isoladamente, mas estão integradas a um tecido social mais amplo.

Ambos sugerem que as organizações podem e devem alinhar suas operações e estratégias com objetivos sociais mais amplos. Ao fazer isso, elas não apenas ajudam a promover o bem-estar geral, mas também garantem sua própria viabilidade e sucesso a longo prazo. Também significa dizer que a função social deve transcender o aspecto econômico tão estimado numa sociedade capitalista de consumo, e avança para uma maior conscientização do seu papel no meio em que está inserida, visando a melhoria social e o desenvolvimento coletivo (Souza; Freitas, 2015).

De Lucca (2009), ainda argumenta que desempenhar uma função social significa abraçar integralmente a responsabilidade social. Isso implica que, seja como cidadãos ou como gestores, existe o dever ético implícito e irrenunciável de adotar e implementar políticas sociais voltadas para a melhoria das condições de vida e da qualidade de vida social.

Assim, a função social vai além da mera conformidade com leis e regulamentos, ela envolve um compromisso ativo com a criação de um impacto positivo no ambiente social e econômico onde a empresa opera.

Émile Durkheim, apresenta um princípio importante sobre a natureza da função social da educação:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (Durkheim, 1982 p.40 *Apud* Viana 2000, p. 15)

Já para Weber (1994), *Apud* Viana (2000) em sua análise sociológica, vê a educação como desempenhando várias funções sociais cruciais que influenciam tanto a estrutura da sociedade quanto os indivíduos dentro dela. Estas em resumo convergem para a formação do homem culto, sustentado num sistema de valores éticos e regras impostas pela sociedade.

Analisando os autores citados, inicialmente, Durkheim argumenta que a educação é uma ação deliberada das gerações adultas sobre as crianças, destinada a prepará-las para a vida social, cultivando estados físicos, intelectuais e morais necessários para que se integrem e contribuam para a sociedade. A educação, nesse contexto, é vista como um mecanismo essencial para a continuidade e o desenvolvimento da sociedade, moldando indivíduos que possam agir de acordo com as necessidades sociais e políticas do seu tempo.

Max Weber, por sua vez, observa a educação como uma instituição que desempenha funções sociais essenciais, influenciando tanto a estrutura da sociedade quanto os indivíduos. Para Weber, a educação contribui para a formação de indivíduos cultos, sustentados por um sistema de valores éticos e regras sociais. Esse processo de socialização e inculcação de valores prepara os indivíduos para ocuparem papéis específicos dentro da estrutura social, similarmente ao papel que Cheibub e Locke atribuem às empresas na promoção de mudanças sociais e políticas que melhoram sua eficiência e sustentam a estrutura econômica.

A relação entre ambos se manifesta na visão comum de que tanto a educação quanto as empresas têm um papel crucial na formação e no desenvolvimento da sociedade. As empresas, ao atuarem em sua função social, contribuem para a

estabilidade e o progresso socioeconômico, assim como a educação, ao preparar os indivíduos, assegura que a sociedade continue a funcionar de maneira coesa e eficiente. Ambos os processos – empresarial e educacional – requerem um compromisso ético com o bem-estar coletivo e a promoção de valores que sustentem uma sociedade equilibrada e próspera.

Portanto, tanto a responsabilidade social das empresas quanto o papel da educação são indispensáveis para o desenvolvimento e a manutenção de uma sociedade saudável. A responsabilidade social institucional, como defendida por De Lucca, e a preparação educativa, conforme descrita por Durkheim e Weber, são dois lados da mesma moeda: ambos visam integrar os indivíduos em um sistema social que valoriza o bem-estar comum e a eficiência. Assim, a responsabilidade social nas empresas e a educação formam um tecido interdependente, onde as ações de um impactam diretamente o sucesso e a estabilidade do outro.

Moreira (2005) traz uma significativa reflexão por meio de indagações que são inquietantes, quando se pensa na função social das instituições de ensino, mais especificamente nos indivíduos que recebem e receberão a educação por elas fornecidas:

Como lidar com eles, como incluí-los? Como lidar com alunos tão distantes da visão idealizada de estudante que a escola sempre cultuou? Como lidar com alunos portadores de necessidades especiais, com problemas na justiça, com um pé na criminalidade, com dificuldades de aprendizagem, com condutas inesperadas e violentas? Como lidar com alunos pobres, negros, favelados, migrantes, homossexuais, membros de famílias desajustadas (Moreira, 2005, p. 31).

No trecho acima são abordados os complexos desafios que as instituições de ensino enfrentam ao lidar com a diversidade dos alunos que recebem. Moreira questiona como as escolas podem incluir de maneira eficaz alunos que vêm de diferentes contextos socioeconômicos, culturais e pessoais, e que muitas vezes se afastam da visão tradicional e idealizada de estudante. O autor sugere a necessidade de as escolas abandonarem a visão homogênea de aluno e adotarem uma abordagem mais inclusiva e diversificada, que reconheça e valorize essas diferenças.

Com isso, Moreira propõe o desafio de repensar a função social das instituições de ensino, promovendo a inclusão, o respeito e a igualdade para todos os

alunos. As escolas têm a responsabilidade de refletir esses valores e, ao fazê-lo, podem ajudar a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A escola está inserida em diversos contextos sociais e tem de lidar com essa realidade é desafiador. Fome, violência dentro e fora de casa, tráfico de drogas, desemprego, e muitos outros desafios são impostos às instituições de ensino público. Neste sentido ela deve buscar meios de enfrentar e contornar esses problemas e ao mesmo tempo, “pensar em melhorias nos processos de ensino-aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos, buscando elevar a autoestima por meio de resultados positivos” (Oliveira, 2017. p 53).

Em todo o território nacional, seja pública ou privada, federal ou municipal, grande ou pequena, as instituições de ensino desempenham um papel crucial na educação da sociedade, oferecendo oportunidades de aprendizado que podem e tem transformado a vida de muitos. No entanto, ampliar o acesso à educação de qualidade continua sendo um desafio significativo. Muitos jovens, especialmente aqueles de baixa renda e que residem em áreas distantes dos centros urbanos, enfrentam dificuldades para ingressar e permanecer no sistema educacional. Segundo um relatório do Ministério da Educação, "o acesso à educação de qualidade ainda é um desafio para muitos jovens em nosso país " (Brasil, 2018).

Este desafio exige uma abordagem multifacetada, incluindo políticas públicas eficazes, infraestrutura adequada e um compromisso contínuo para garantir que a educação seja acessível a todos.

No caso dos IFs, a pesquisa e a extensão são pilares fundamentais para o alcance de sua missão, proporcionando oportunidades para a aplicação prática do conhecimento e a interação com a comunidade. No entanto, ainda há uma necessidade significativa de fortalecer essas áreas (Bastos, *et al.*, 2020).

Formar cidadãos plenos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e sustentável é um dos objetivos centrais dos IFs. Para isso, é crucial promover a formação integral dos alunos, que vai além do currículo acadêmico tradicional.

Tendo por base as capacidades e potencialidades das instituições de ensino como os Institutos Federais, alinhada à sua capilaridade e abrangência territorial, e somadas às suas características e objetivos únicos, podem desenvolver diversas

ações estratégicas que por sua vez convergem para o cumprimento da sua função social. Algumas atividades podem ser descritas a título de exemplificação:

- **Programas de Inclusão Social:** Diversas instituições de ensino oferecem programas de inclusão social, como bolsas de estudo, cursos preparatórios e atendimento especializado, para garantir o acesso à educação para alunos de baixa renda ou com necessidades especiais (Baalbaki, 2024).
- **Projetos de Pesquisa e Extensão:** Escolas e universidades desenvolvem projetos de pesquisa e extensão que visam a solucionar problemas da comunidade local, promover o desenvolvimento regional e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Purcote, *et al.*, 2021).
- **Parcerias com o Setor Produtivo:** Instituições de ensino firmam parcerias com empresas e entidades do setor produtivo para oferecer cursos técnicos e superiores que atendam às demandas do mercado de trabalho e preparem os alunos para os desafios da vida profissional (Vieira; Silva, 2022).

As instituições de ensino têm uma função social crucial no desenvolvimento individual e social para garantir o acesso dos indivíduos ao mundo da cultura letrada a partir do trabalho com os conteúdos científicos (Saviani, 2001). Ao democratizar o acesso ao conhecimento, formar cidadãos conscientes e promover o desenvolvimento regional, as escolas e universidades contribuem para a construção de um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos.

Focando-nos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estes enfrentam inúmeros desafios ao tentar cumprir sua função social de promover o desenvolvimento local e regional e contribuir para a construção da cidadania. Sobre isso Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica sintetiza o desenvolvimento prático desta função social:

O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. (Brasil, 2010, p. 21).

Em primeiro lugar, a integração entre a dimensão local e a dimensão universal é um imperativo complexo. A necessidade de adaptar-se às especificidades de cada região enquanto se mantém uma perspectiva ampla e inclusiva exige dos IFs uma flexibilidade e inovação contínuas. Esses institutos têm a missão de oferecer uma educação que não apenas responda às demandas do mercado local de trabalho, mas que também prepare os estudantes para participarem de uma sociedade globalizada, promovendo uma cidadania crítica e ativa.

Outro desafio significativo é o combate à exclusão social e à desigualdade de acesso à educação. Em um país com tantas disparidades econômicas e sociais como o Brasil, os IFs devem atuar como agentes de transformação social. No entanto, isso muitas vezes esbarra em limitações de recursos, infraestrutura inadequada e falta de pessoal capacitado para atender às diversas necessidades de suas comunidades. Além disso, a manutenção de um diálogo constante e produtivo com a realidade local e regional é essencial, mas pode ser dificultada por barreiras culturais e sociais que perpetuam a exclusão e limitam a eficácia das políticas educacionais inclusivas (Pacheco; Morigi, 2012).

Por fim, os IFs precisam equilibrar suas funções educacionais e sociais com as expectativas e pressões externas, como as políticas públicas e as demandas econômicas regionais. A formação de uma cidadania plena não deve ser vista apenas como um objetivo educacional, mas como uma responsabilidade social mais ampla. Neste contexto, os IFs enfrentam a tensão de conciliar a formação técnica e profissional com a promoção de valores universais de equidade e justiça social. Essa tensão é agravada pelo desafio de inovar continuamente em metodologias pedagógicas que sejam capazes de transformar realidades sociais adversas. A missão dos IFs, portanto, vai além da simples oferta de cursos: ela envolve a criação de um ambiente educacional que responda de forma eficaz e sensível aos complexos desafios sociais e culturais do Brasil contemporâneo (Pacheco, 2010).

Cumprir a função social dos Institutos Federais (IFs) é uma necessidade urgente no Brasil contemporâneo. Eles desempenham um papel crucial como agentes de transformação e inclusão, especialmente em regiões marcadas pela vulnerabilidade social e econômica. Ao promover o acesso equitativo à educação e ao impulsionar o desenvolvimento local, os IFs não apenas preenchem lacunas

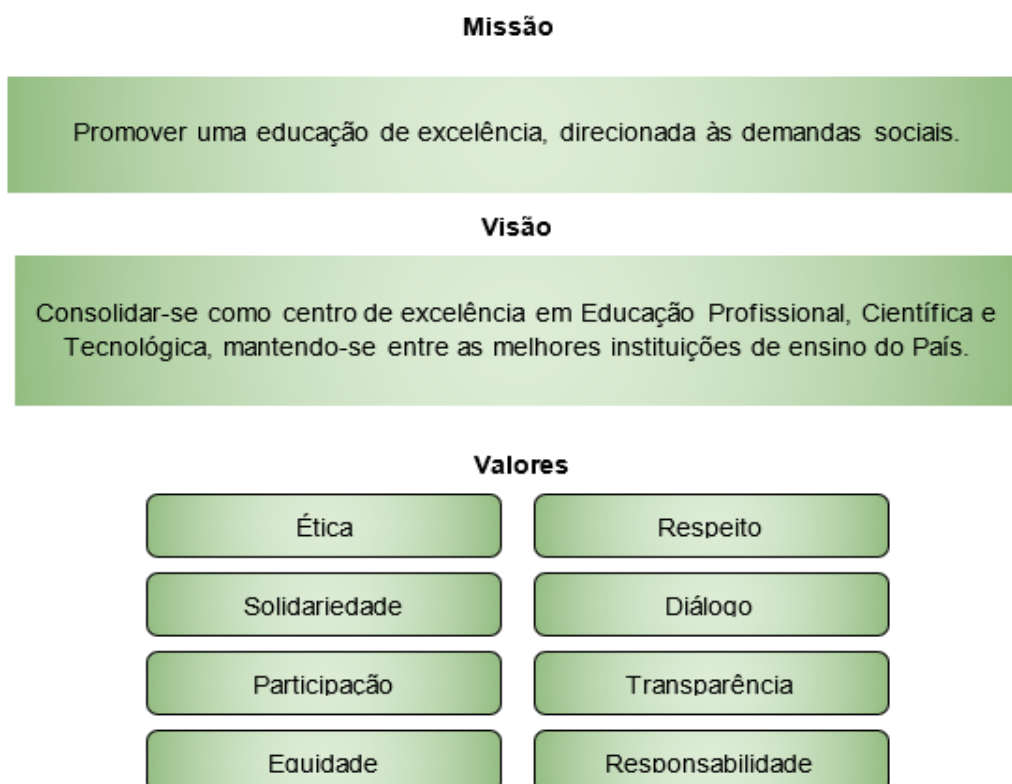
educacionais, mas também combatem a marginalização e a exclusão, proporcionando oportunidades de ascensão social e econômica para comunidades historicamente desfavorecidas. O cumprimento dessa missão é vital para fomentar a cidadania ativa e preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do século XXI, tanto em nível local quanto global. Portanto, os IFs devem continuar a se adaptar e inovar, garantindo que sua atuação tenha um impacto significativo e duradouro na sociedade brasileira.

2.5 Instituto Federal do Piauí: Da missão à função social

Um dos principais documentos norteadores do IFPI, responsável por descrever um planejamento estratégico, é o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Nele é possível encontrar todo o contexto histórico que envolve e caracteriza a instituição, bem como a definição da missão, visão e valores - MVV, responsáveis por estabelecer princípios e diretrizes, que orientarão as ações a serem implementadas por todos os seus campi, distribuídos em todo o território do Estado do Piauí num intervalo de 5 anos.

Segundo o PDI vigente (2020-2024), é possível identificar o MVV do IFPI conforme destacado na figura 3.

Figura 3 - MVV do IFPI



Fonte: Fonte: PDI/IFPI, (2020)

O PDI foi concebido a partir dos desdobramentos oriundos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9.394/96, que visam regulamentar, supervisionar e avaliar as instituições que promovem educação de nível Superior. A exigência de elaboração do PDI encontra-se no decreto nº 9.235/2017, onde se estabelece em seu artigo nº 20 que, para fins de credenciamento da instituição, esta deve elaborar um Plano de Desenvolvimento Institucional. Na sequência, o artigo 21, dispõe que o PDI deve conter, além de outras informações, a missão, os objetivos e as metas institucionais em sua área de atuação, seu histórico de implantação e desenvolvimento, além do Projeto Pedagógico da Instituição - PPI, compreendendo, também as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2017).

O marco legal que menciona pela primeira vez o PDI é a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo as diretrizes criadas pelo Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC para elaboração do PDI, conceitua-o da seguinte maneira:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (SAPIENS/DESUP/SESU/MEC, 2004, p. 2).

Segundo o decreto nº 9.235/2017, a criação do PDI é um importante elemento constitutivo para a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Neste caso, como o IFPI é uma instituição de ensino que oferta diferentes níveis de ensino, acaba por incluir neste documento as ações estratégicas que serão perseguidas por toda a instituição, não ficando restrito somente ao ensino superior e pós graduação.

Por meio deste importante documento, é possível conhecer melhor a natureza da instituição, suas raízes, sua história, e inteirar-se sobre aquilo que ela é e deseja alcançar, uma vez que além de orientar as ações institucionais, o PDI é o elemento a

partir do qual a identidade institucional é formada e difundida, contento também sua prospecção para o futuro (Veiga, 1995). Desta forma, ao se pretender verificar se a instituição tem cumprido sua missão e função social que lhe foi atribuída, um dos elementos imprescindíveis para se obter uma avaliação mais assertiva, perpassa pela verificação de seu PDI.

Um outro aspecto que também requer análise, e que fornece subsídios relevantes para se compreender a função social do IFPI, é encontrado em sua lei de criação. Assim sendo, a Lei Federal nº 11.892/2008 destaca-a enquanto finalidade, característica e objetivo dos Institutos Federais, no que se refere às ações de ensino, pesquisa e extensão, em acordo com as demandas e necessidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a fim fortalecer e ampliar o desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil 2008).

Dessa forma, se percebe a necessidade da aproximação e do diálogo que a Instituição precisa necessariamente desenvolver, no meio em que está inserida. Faz-se necessário também a utilização de instrumentos que promovam ações práticas e sistemáticas, e que possibilitem o alcance deste propósito, uma vez que a sociedade é dinâmica e está em constante mutação.

Esse desenvolvimento local e regional está diretamente ligado à função social dos IFs, que vai muito além da produção do conhecimento e da formação profissional, se estendendo à “[...] criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades”. (SETEC, 2010, p. 20-21).

Completando esse raciocínio:

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. (SETEC, 2010, p. 21).

Não há como negar que as raízes que fundaram os Institutos Federais, mesmo com todas as mudanças e superações ocorridas ao longo da sua existência até sua configuração atual de 2008, que objetivaram promover uma educação mais

ampla, humanizada e crítica, ainda situa-se em boa parte, focado no aprendizado, capacitação e aperfeiçoamento para o trabalho. Parte dos seus egressos acabam sendo absorvidos pelo setor produtivo, representado pelo setor privado, fazendo com que parte dos interesses do capital sejam atendidas mediante os cursos ofertados pelos IFs.

Romper esse paradigma e propor soluções de superação ao atual momento é um imperativo aos IFs, uma vez que há uma linha tênue entre o alcance da sua função social e os interesses do capital, há muito já anunciado por Marx e todos os demais teóricos de base marxista.

Em se tratando do grande e importante marco de 2008, com a criação dos Institutos Federais, verifica-se, segundo Pacheco que este tem com proposta:

[... agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir dos princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. (Pacheco 2010. p 2)

Neste sentido pode-se afirmar que os IFs proporcionam um ambiente de transformação e construção de novos caminhos com vistas ao desenvolvimento local e regional. E este caminho rumo à superação dos desafios e avanço progressivo naturalmente parte dos indivíduos que a compõem. São esses (estudantes) o foco dos IFs, e lhe cabe o dever de oferecer uma formação ampla e comprometida, capaz de proporcionar um leque de possibilidades para sua realização como ser humano, fazendo do indivíduo o protagonista de suas escolhas e do seu futuro profissional. Uma formação baseada nesses princípios basilares, e com esse nível de competência e visão, têm melhores condições de superar a crise da alienação do egresso, provocada pelas contingências atuais, e também pela fragmentação do conhecimento dada a descontextualização do ensino ofertado com a realidade.

Eliezer Pacheco, grande conhecedor dos Institutos Federais e de sua proposta de criação, durante sua estada à frente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação entre 2005 a 2010, participou ativamente das discussões que culminaram na criação da Lei dos Institutos

Federais em dezembro de 2008. Suas contribuições são expressivas no que concerne à melhor compreensão a respeito do que de fato vem a ser os IFs, e qual a sua razão e propósito de existência e atuação. Neste sentido, ele afirma que os institutos Federais possuem a melhor proposta para superação aos enfrentamentos encontrados na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, que desde a sua origem, ainda permanecem em nossa educação. Segundo ele:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (Pacheco, 2015, p. 12).

No que tange à inovação, Pacheco (2015) aponta os principais elementos inovadores, que se resumem na verticalidade, atuando em todos os níveis de ensino; a certificação dos saberes não formais, acabando com a hierarquia dos saberes e o academicismo; a oferta de formação docente numa instituição de EPT; a capilaridade e adequação aos arranjos produtivos e o compromisso com as políticas públicas. Todos esses elementos acima descritos permitem-nos refletir sobre os desafios de atuação dentro desta Rede, mantendo clara e constante sua proposta de ação e intervenção social, tendo em vista a sua proposta diferente de tudo o que já se criou e produziu em toda história do país.

Bastos, *et al.* (2020) ao tratarem a respeito da função social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia apontam para os eixos de pesquisa e Extensão como os vetores necessários e responsáveis diretos pelo desenvolvimento e implementação de ações estratégicas que visem o alcance dessa prerrogativa institucional, no que concerne ao desenvolvimento local e regional. Os autores também destacam que o desenvolvimento proposto pela Lei que institucionaliza os Institutos Federais deve ocorrer tanto na esfera local como regional e neste sentido estabelecem suas diferenças ao expressarem que:

[...] o desenvolvimento local se configura como um processo endógeno que envolve unidades territoriais pequenas com vistas à promoção do “dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população [...], [envolvendo uma organização social em nível local, no intuito de] mobilizar e explorar

potencialidade locais.” (Buarque, 2008, p. 25). Já o desenvolvimento regional se estrutura em uma escala um pouco mais ampla que o local e envolve mudanças associadas a um " processo de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade que a habita e de cada membro individual dessa comunidade e habitante desse território.” (Boisier, 2001, p. 7) (Bastos; Venâncio; Vieira, 2020, p. 255).

Dessa forma, para o cumprimento da função social, característico dos IFs deve-se lançar um olhar constante junto ao comportamento da sociedade com suas mudanças configurações, tendências e arranjos produtivos para propor uma educação que não apenas instrumentalize indivíduos para o mercado de trabalho, mas que, pelo contrário, desenvolva e aplique propostas de intervenção e fomento social “capaz de gerar conhecimentos a partir de práticas interativas com a realidade, de modo a propiciar a construção de projetos locais” (Pacheco; Morigi, 2012, p. 24).

O IFPI está inserido nesse contexto de responsabilidade e missão institucional e, como tal, precisa refletir sobre sua função social, e constantemente elaborar estratégias para a mitigação dos desafios no contexto e realidades existentes. Esta conduta não deve ser ignorada em hipótese alguma, muito menos suprimida e/ou direcionadas por outras demandas também de sua responsabilidade.

Além dos pontos levantados acima é possível destacar outras ações institucionais desenvolvidas de modo mais específico internamente. O IFPI, por meio da Pró Reitoria de Extensão e a Diretoria de Assistência Estudantil criou a POLAE - Política de Assistência Estudantil, com objetivo de fomentar a permanência e êxito dos estudantes e consiste num conjunto de ações que visam reduzir as desigualdades socioeconômicas, por meio da promoção da justiça social no percurso formativo dos estudantes. Em resumo, políticas como essa visam ajudar financeiramente estudantes que apresentam maior grau de vulnerabilidade socioeconômica. Porém tal ajuda, ainda que útil e necessária, dada as condições desiguais, não são suficientes para impactar a vida do aluno quando este finaliza sua estada na instituição de ensino.

Estes alunos buscam uma solução alternativa para seus problemas de manutenção da sobrevivência mesmo estando numa mesma categoria, ainda são indivíduos e possuem suas liberdades e vontades e não se pode ignorar esse pressuposto fundamental à dignidade humana. Cabe ao IFPI o dever de orientá-lo e

fornecer as bases intelectuais e competências técnicas que permitirão ao egresso a livre escolha sobre os caminhos que trilhará ao longo de sua vida.

Essas medidas e ações concretas não devem exclusivamente partir, nem serem aguardadas de um órgão central como Reitoria, mas cada *campi* precisa assumir seu papel, atuando a partir do seu contexto e realidade, e propor soluções que de fato mudem a realidade desses indivíduos e conseqüentemente da sociedade inserida.

Mesmo possuindo um viés contrário ao atual sistema capitalista que se vivencia atualmente, e que continua promovendo desigualdades, o IFPI precisa desenvolver seu papel de orientar sua comunidade discente para uma formação crítica, emancipadora e humanizada e, ao mesmo tempo qualificá-la para o mundo do trabalho como profissional, propondo alternativas de sobrevivência e manutenção em meio às desigualdades, buscando sempre a superação e nunca a acomodação e subserviência.

No entanto, percebe-se um desequilíbrio entre essas duas condições. Orienta-se em larga escala sobre a condição oprimida e desprovida desse então aluno cidadão e atribui-se toda a culpa das desigualdades enfrentadas ao capital, representado pelas empresas privadas, (a nova elite burguesa), e ao Estado que, em resumo, deveria solucionar todos os problemas sociais.

Por outro lado, pouco se esclarece que o Estado pouco produz e que este sobrevive e se sustenta majoritariamente dos impostos recolhidos da sociedade em geral, e que estes no Brasil incidem praticamente sobre o consumo e não sobre os a renda e bens, fazendo com que tanto os mais abastados economicamente quanto os mais carentes contribuam da mesma forma, acentuando o problema dos menos favorecidos; que o empresário sobretudo o micro e o pequeno são verdadeiramente os motores que movimentam a economia e o comércio, proporcionando a troca de bens e serviços de modo livre e competitivo, e que mesmo em condições contrárias e desfavoráveis ainda é possível sonhar com dias melhores e transcender aos problemas por meio do esforço e trabalho.

Fazendo isso, o IFPI não estará servindo aos interesses do capital, mas criando possibilidades para que este egresso tenha consciência e senso de realidade, enxergando-se como responsável e capaz de transformar-se a si mesmo, ao passo

em que não se conforma com o atual estado da realidade, mas luta para superá-lo. Este sentimento se expressa nas palavras de Pacheco (2015):

Não podemos nos submeter a essa política [sistema capitalista] na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente. Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista (Pacheco, 2015, p. 8).

Seguindo o caminho em busca de respostas, que este trabalho pretende responder, o egresso é também outro importante protagonista a ser investigado. Os rumos e caminhos seguidos por eles também são de interesse da instituição como também desta pesquisa, e podem apontar possíveis desvios e acertos no que tange ao cumprimento dos objetivos institucionais pré-estabelecidos, isto é, missão e função social.

Como a instituição possui caráter formativo e se propõe a esta finalidade, o sucesso do egresso no mundo do trabalho também é de corresponsabilidade do IFPI, e este participa ativamente neste projeto de desenvolvimento humano e social.

Para estabelecer um marco conceitual sobre o sentido aplicado nesta pesquisa à palavra sucesso, será o conceito de Ituassu e Tonelli (2012), onde, após um levantamento dos sentidos atribuídos ao vocábulo, bem como suas variações e (re)significações descreve-o da seguinte maneira:

O que propomos, então, é que o sucesso seja visto como um empreendimento social, cujo sentido é uma construção coletiva e interativa pelo qual as pessoas definem os termos por meio dos quais compreendem e lidam com as situações à sua volta (Ituassu; Tonelli, 2012, p. 214).

Desse modo, aplicando conceito supracitado, é possível, ainda que de modo genérico inferir que o sucesso do egresso pode ser demonstrado pelo alcance dos objetivos pessoais e profissionais, e a conquista da segurança e estabilidade sócio emocional e financeira.

O egresso não pode ser visto apenas como um número estatístico, mas como alguém que está inserido numa realidade muitas vezes árdua e custosa e que, o comprometimento de desenvolver apenas soluções paliativas, não eliminará o problema. Entende-se como soluções paliativas, aquelas em que a instituição realiza

por força ou imposição, mas que, pouco tem um propósito social ou coletivo por parte da comunidade interna. Cabe ao egresso essa decisão de escolher os caminhos que permearão sua vida. E é dever do IFPI orientá-lo e guiá-lo nesse sentido em prol da libertação das amarras opressoras que imperam atualmente.

Como já foi explanado, a missão institucional assim como a função social do IFPI possui relação estreita com o desenvolvimento local e regional onde está inserido. Em se tratando desse desenvolvimento, os Arranjos Produtivos Locais - APLs são um forte indicador de crescimento local, uma vez que se destacam não somente por sua habilidade em criar empregos e geração de renda, mas também pela sua dinamicidade (Cassiolato; Lastres, 2005).

Estes são definidos pela concentração de empresas, predominantemente de pequeno e médio porte, que se dedicam a atividades correlatas ou complementares em uma região específica, essa concentração facilita a maximização de recursos, a troca de saberes e o estímulo a inovações que favorecem o desenvolvimento (Cassiolato; Lastres, 2005).

Criado com o objetivo de promover a educação profissional e tecnológica de qualidade, o IFPI assim como toda a Rede Federal, tem a responsabilidade de formar profissionais aptos a atender também às demandas específicas dos APLs.

Tendo como eixos norteadores o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, o IFPI é capaz de fornecer uma gama de ações estratégicas que favorecem o surgimento e fortalecimento dos APLs, que vão desde a oferta de cursos, perpassando pelo desenvolvimento de pesquisas até o estreitamento de laços mediante acordos e parcerias com o setor público e privado.

Dada a importância dos APLs para o desenvolvimento local, regional e nacional, é fundamental compreender o papel do instituto federal do Piauí neste cenário e quais as suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e até mesmo nacional.

Sobre este tema em caráter especial, este estudo gerou desdobramentos de pesquisa, onde foi possível verificar a atuação dos Institutos Federais do Piauí junto aos APLs, na tentativa de analisar o modo como este tem cumprido sua missão e objetivos institucionais no Estado do Piauí, e os resultados de colaboração e envolvimento nos APLs existentes. Em artigo já publicado, com o título: “*O impacto*

dos institutos federais nos arranjos produtivos locais: um olhar para o estado do Piauí” permitiu verificar que a ação dos IFs no que tange ao fomento do desenvolvimento socioeconômico local e regional se limitam, em grande parte, apenas à oferta de cursos que estejam mais alinhados aos APLs locais, e conclui que a participação do IFPI, ainda que presente, se mostra incipiente e carece de maior participação junto aos APLs, uma vez que suas ações concentram-se majoritariamente no eixo do Ensino, por meio da oferta de cursos em nível técnico e superior.

Ao confrontar os resultados encontrados no artigo supracitado com as principais falas de Pacheco apresentadas neste trabalho, percebe-se que o IFPI tem desempenhado seu papel junto aos arranjos produtivos. No entanto, a percepção que se tem é que as ações têm sido muito tímidas e pouco efetivas, se considerando a suas capacidades, potencialidades e sua capilaridade no território Piauiense. Pacheco, como um profundo conhecedor do IFs, reconhece seu potencial, porém, o que se percebe é existência de uma apatia institucional e um direcionamento de ações voltadas para questões outras e diversas, enquanto que esse diálogo junto à comunidade e os seus arranjos produtivos tem sido deixado de lado. O IFPI pode e deve avançar e fazer muito mais do que o que vem apresentando. O Estado é rico e promissor de norte a sul, e por todo o Estado há a presença da Rede Federal. No entanto há um desequilíbrio entre a distribuição desses arranjos produtivos organizados e a distribuição dos campi pelo Estado. E neste sentido é possível avançar mais. É necessário avançar mais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa também se dispôs de uma natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigida à solução de problemas. Quanto à abordagem, este trabalho configura-se como qualitativa, pois a partir dela entende-se ser possível melhor aprofundamento da compreensão do tema em proposição, uma vez que os aspectos da realidade que se pretende verificar não poderão ser compreendidos em profundidade por meio de métodos quantificados, haja vista que a

centralidade do problema encontra-se nas relações sociais constituídas pelo IFPI no desempenhar de sua missão e função social.

Nestes termos e na concepção de Strauss e Cobin (2008),

A pesquisa qualitativa produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação, principalmente, quando se quer retratar experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos (Strauss; Cobin, 2008, p. 23).

Já Minayo (2000) ressalta que a abordagem qualitativa considera os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes, sendo assim, se constitui num espaço mais detalhado das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Aliado a isso, recorre-se para o materialismo-histórico-dialético, enquanto método por ser o mais indicado para a análise, descrição e compreensão do problema de ordem social, identificado ao longo da história, e constituído de contradições e dinâmicas complexas que guardam verdades para além do aparente, e somente por meio deste método, será possível descobrir a essência por trás da aparência que nos é revelada. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva.

A figura 4 representa em resumo todo o percurso metodológico adotado neste estudo.

Figura 4 - Percurso Metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

3.1 Aspectos éticos e legais da pesquisa

Este projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, CAAE: 68553523.6.0000.8927, conforme orienta a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, buscando o desenvolvimento científico, com ética, legalidade e respeito à dignidade humana.

Os aspectos éticos foram garantidos por meio da autorização do diretor geral da instituição onde foi aplicada a pesquisa, bem como a através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice I), direcionado a cada categoria de participantes, onde será explicado aos participantes as etapas e os objetivos desta investigação.

3.1.1 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos neste estudo indivíduos de ambos os sexos que estavam presentes no quadro ativo de funcionários do IFPI em qualquer regime de contratação, função, escolaridade ou lotação. No que tange aos egressos, participaram apenas discentes que se formaram nos cursos técnicos oferecidos pelo IFPI Campus Corrente na modalidade integrada, no curso de administração. Foram excluídos indivíduos que estavam afastados de suas funções, independente do motivo, ou que estejam com seus e-mails desatualizados. Egressos de outras modalidades de ensino para além do curso e modalidade escolhida ficaram de fora, bem como egressos fora do período definido nos parâmetros da pesquisa. Também não fizeram parte os funcionários que compõem o comitê de ética do IFPI e IFB.

3.2 IFPI Campus Corrente: Lócus da pesquisa

A história da cidade de Corrente iniciou-se em 1754, quando algumas porções de terras foram divididas pelo engenheiro da corte portuguesa, Sr. José da Silva Balmar, o pioneiro de sua fundação, por ordem do Rei de Portugal. O Sr. Caetano

Carvalho da Cunha candidatou-se à fazenda Corrente de Cima, localidade hoje situada a cerca de 50 km do centro urbano, contendo na época 6.300 braças, onde iniciaram diversas atividades que atraíram grande número de moradores. Desse período até 1904 o município enfrentou um período de estagnação, onde poucos acontecimentos relevantes são relatados nesse período. Estes eventos marcam o início da população (IBGE, 2023).

A partir de então, com a chegada dos norte-americanos inicia-se uma nova fase, que tem como marco a instituição da Igreja Batista e a criação de escolas primárias através da influência de figuras locais de destaque nacional como o Sr. Joaquim Nogueira Paranaguá e Benjamim Nogueira, que se destacaram nas campanhas abolicionista e republicana, e que tiveram interesse despertado para a instrução e educação de jovens (IBGE, 2023).

Em 1920, por meio da doação de terras aos missionários Batista no norte do Brasil por um de seus seguidores, foi fundado o Instituto Batista Industrial - IBI, hoje conhecido como Instituto Batista Correntino. Este possuía como objetivos principais divulgar o cristianismo, educar e orientar os jovens, não apenas em Corrente, mas também das cidades e estados vizinhos, dadas as condições locais precárias nestes aspectos. De 1922 a 1924, enfrentou algumas dificuldades que atrasaram seu desenvolvimento, mas logo, o município voltou a se desenvolver com mais intensidade, e em 1947 criou o Ginásio Industrial Instituto Batista. Em 1949 foi fundado o Educandário Imaculada Conceição, e em 1953 o padre José de Anchieta Melo criou o Ginásio São José, que chegou no final de 1947 e assumiu os trabalhos da diocese. Durante toda a trajetória do município, a educação sempre se constituiu como um ponto de referência para a evolução histórica e o desenvolvimento da Corrente (IBGE, 2023).

Em síntese, Corrente é um município brasileiro, localizado no extremo sul do estado do Piauí, conforme ilustrada na figura 3. Localizada a 849 km da capital Teresina, a cidade é um dos principais polos regionais do sul do Piauí, próxima à divisa com a Bahia e a 84 quilômetros da cidade de Formosa de Rio Preto (BA). Segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), a população de Corrente-PI estimada é de 27.278 habitantes.

Figura 5 - Localização geográfica de Corrente



Fonte: Wikipédia, (2022).

Com uma área de unidade territorial de km² 3.048,747, possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 0,642, e, na última década registrou um aumento significativo no PIB *per capita*, saltando de R\$6.134,13 em 2010 para quase R\$20.000,00 em 2020, ocupando a posição 13^o no ranking dos municípios. Possui atualmente uma taxa de escolarização entre 6 a 14 anos de idade de 97,3% conforme os dados de 2021. (IBGE 2022).

Corrente é uma cidade de importância econômica local e estadual, contendo um dos principais polos regionais do extremo sul do Piauí. Localizada a 843 km da capital Teresina, na zona rural das Mangabeiras da Mesorregião Chapada. Possui um potencial de consumo e oportunidades de negócios, e tem grande influência em sua região, atraindo parte da sua população para educação, serviços médicos e bancários, comércio e prestação de serviços em geral. A cidade é também caracterizada pelo mercado agrícola, a comercialização de ferramentas e insumos necessários aos produtores e pecuaristas da região, de modo forte e em plena expansão. Prova disso é a realização anual da ExpoCorrente, uma das maiores feiras agropecuárias do

Estado do Piauí, reunindo criadores e expositores locais e regionais, além da comunidade local e visitantes, com uma extensa programação de palestras, mesas redondas, lançamento de livros, cursos, leilões, julgamentos de raças, rodadas de negócios, exposição de trabalhos, recreação infantil e shows artísticos e muita cultura.

É neste contexto e cenário que, em 2010, o IFPI campus Corrente foi inaugurado como fruto da segunda fase de expansão da Rede Federal. Atualmente atende cerca de 1000 alunos, iniciando com a oferta de cursos na modalidade técnico integrado ao ensino médio, perpassando pelo concomitante/subsequente e PROEJA, até a pós graduação, distribuídos diariamente nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Seu público é composto por um misto de estudantes da zona urbana e rural, além do público situado nas cidades circunvizinhas. A título de informação, no último edital de ingresso aos estudantes por meio do exame classificatório para o ano letivo de 2023.1, das 200 vagas distribuídas, entre os quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio oferecidos pelo Campus, foram demandados um total de 504 vagas (IFPI, 2023).

O campus está localizado no município de Corrente, na região Sul do Piauí, e atende a uma demanda significativa da população local e de municípios vizinhos. De acordo com o Relatório de Gestão do IFPI de 2019, o Campus Corrente possui uma área de 21,45 hectares, com 10 salas de aula, 11 laboratórios específicos, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva, campo de futebol, cantina e áreas administrativas (IFPI, 2019). Recentemente o campus inaugurou dois novos blocos de salas ampliando sua capacidade de lotação, ficando com 20 salas de aula no total. Atualmente conta com 102 servidores, sendo 68 docentes e 34 técnicos administrativos.

Figura 6 - Imagem aérea da fachada do Campus Corrente



Fonte: Acervo interno, (2018)

Percebe-se, a partir dessas informações a necessidade e o grau de relevância da instituição, situada numa região com demanda forte e crescente em educação, onde a unidade mais próxima encontra-se a mais de 500 km de distância e neste cenário, se intensifica o seu papel como agente transformador de vidas e realidades, além da urgência em atuar-se com empenhado com vistas à superação dos desafios presentes. Para isso se entende haver a necessidade da transmissão e compartilhamento constante da função social do campus, para que os valores norteadores de sua missão institucional sejam incorporados e refletidos no trabalho docente que, apesar dos inúmeros ataques, e da contínua precarização e desvalorização, ainda deve se propor à superação das contradições e avançar naquilo que se acredita como sendo sua razão de existência.

3.3 Descrição da amostra

Nesta pesquisa, foi utilizada a amostragem não-probabilística do tipo proposital, devido a necessidade de utilização de critérios essenciais e específicos do

objeto de estudo para a seleção dos elementos da amostra, em conformidade com os objetivos da investigação pretendidos.

Adotando uma metodologia mais precisa para garantir a fidedignidade e representatividade das respostas, a pesquisa coletou os dados dos seguintes participantes:

- 02 (dois) dois Pró-Reitores (Ensino e Extensão);
- 02 (dois) membros da Diretoria local (Diretora de Ensino e Diretor Geral do campus Corrente);
- Coordenador de pesquisa do campus;
- Coordenador de Extensão do campus;
- Coordenador de curso EMI (Coordenador do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Meio Ambiente do Campus Corrente);
- Coordenador de curso superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS
- 36 (trinta e seis) docentes do campus;
- 39 (trinta e nove) egressos do EMI do curso técnico em administração.

A escolha dos participantes elencados acima se deu em parte de modo aleatório, (refere-se aos docentes e egressos que, de modo livre aceitaram participar da pesquisa respondendo o questionário), e em parte não-aleatória (refere-se à escolha dos demais participantes).

Para fins de representatividade da amostra, a quantidade de docentes pertencentes ao campus no período da pesquisa era de 69. Já entre os egressos especificamente do curso técnico de administração a soma dos últimos 5 anos foi de aproximadamente 160. Em termos percentuais, os docentes participantes somaram 52% e os egressos, um total de 24%.

Tais números, em especial o percentual de participantes egressos em um primeiro olhar, pode parecer ser incipiente, no entanto, reconectar-se com os egressos têm sido uma das principais fragilidades enfrentadas por muitas instituições e pesquisadores do assunto. Segundo Andriola (2014), em seu estudo sobre a investigação das trajetórias dos egressos no Brasil, observou-se uma adesão limitada

por parte dos ex-alunos ao responderem ao questionário. Essas dificuldades também foram apontadas por Magalhães et al (2022), e Queiroz e DE Paula (2016), e que identificaram como principais motivos a falta de atualização dos dados cadastrais (como e-mail e telefone) ou até mesmo a relutância dos egressos em participar da pesquisa. Nesta pesquisa os desafios foram semelhantes.

3.4 Técnicas de coleta de dados

Como instrumentos para a coleta de dados foram adotados a entrevista semiestruturada e questionários contendo questões abertas e fechadas, que foram aplicados junto aos participantes acima já descritos.

O questionário direcionado aos egressos conteve 19 (dezenove) questões de cunho fechadas e 2 (duas) abertas, onde uma destinava-se à descrição das contribuições acrescentadas pelo curso/instituição, e outra para comentários e sugestões.

Já para os docentes o questionário foi composto por 33 (trinta e três) questões, das quais apenas 5 foram abertas e as demais de cunho fechado.

A escolha pela aplicação dos questionários e da entrevista semiestruturada configura o estudo numa pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2003) expõem:

pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (Lakatos; Marconi, 2003, p. 186).

Nessa direção, a pesquisa em sua abordagem apropriou-se das seguintes técnicas de coleta de dados, a saber:

a) Questionários contendo questões abertas e fechadas, aplicados junto aos docentes que atuam nos cursos técnicos de nível médio no Campus Corrente e egressos dos cursos técnicos dos últimos cinco anos.

b) Entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos gestores do Campus Corrente e membros da Reitoria;

c) Análise documental, abrangendo regimentos institucionais e bases de dados secundários como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Plataforma Nilo Peçanha - PNP, e o Portal de dados educacionais Qedu para os dados municipais

Já a escolha da técnica do questionário justifica-se na visão de Gil (1999), que a define como:

A técnica de investigação é composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (Gil, 1999, p.128)

Já a entrevista foi escolhida pois consiste numa técnica mais apropriada para obter informações a respeito do objeto de uma pesquisa qualitativa, e que possibilita conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (RIBEIRO, 2008).

3.4.1 Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas, tinham como principal objetivo verificar a assimilação dos objetivos e finalidade institucionais em suas respectivas áreas de atuação (coordenadores, diretores e pró-reitores), bem como conhecer os principais desafios enfrentados por eles.

As entrevistas foram transcritas de maneira integral e detalhada. O material bruto foi organizado em unidades de registro, como respostas individuais, comentários e observações relevantes. A análise de conteúdo iniciou-se com a codificação das unidades de registro, atribuindo rótulos ou códigos a segmentos específicos. A categorização foi realizada agrupando os códigos em categorias temáticas, identificando padrões e relações nos discursos.

As entrevistas ocorreram entre setembro e outubro de 2023, sendo apenas uma delas via *Google Meet*. As demais foram de forma presencial. No apêndice II é possível acessar o roteiro utilizado nas entrevistas. Como procedimento padrão em pesquisas com seres humanos, foi encaminhado por e-mail, a cada participante da entrevista, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice I)

Para a gravação foi utilizado um gravador de áudio do celular, juntamente com o auxílio de um notebook de apoio, para realizar as transcrições das entrevistas em tempo real usando o editor de textos online “documentos *google*” no *Google Drive*.

O tempo das entrevistas somadas teve um total de cinco horas e meia. Após a conclusão de todas as entrevistas, utilizou-se os recursos disponíveis no *Reshape*. O *Reshape* é uma plataforma que usa inteligência artificial para realizar transcrição de arquivos de vídeo e áudio com mais de 95% de precisão segundo os desenvolvedores. A plataforma também permite a identificação de mais de um participante na entrevista, separando a fala dos entrevistados, facilitando o trabalho na hora de realizar as transcrições.

Após as transcrições feitas pelo *Reshape* realizou-se uma verificação manual das transcrições, fazendo pequenos ajustes, comparando os áudios das entrevistas com as transcrições feitas pela plataforma e pelo *Google Drive*.

Na sequência, iniciou-se a análise das respostas dos participantes transcritas para extrair significados e responder o problema de pesquisa proposto. As perguntas buscavam extrair informações sobre a percepção e assimilação dos objetivos institucionais descritos na lei dos institutos dentro do campo de atuação de cada entrevistado, e também quais ações e experiências exitosas já haviam sido promovidas e que convergem para o atendimento institucional da sua missão institucional da função social. Permeavam também sobre os principais desafios enfrentados e os planos futuros dentro da perspectiva de cada gestor/setor.

Já a categorização dos dados foi feita com base na observação dos dados coletados, e para isso, utilizou-se a técnica de análise temática ou categorial.

Segundo Souza (2019) A Análise Textual - AT, tem semelhanças com métodos tradicionais da análise qualitativa, e envolve a busca por padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e

heterogeneidade externa entre as categorias/temas, características fundamentais nas análises qualitativas.

3.4.2 Questionários

Os questionários tinham como objetivo investigar, do ponto de vista docente, sua percepção sobre a missão, visão e função social da instituição, revelada em sua prática diária e na maneira como este planeja e executa seu plano de trabalho.

Os questionários foram criados via *Google Forms*, em seguida, disponibilizados aos docentes por meio do e-mail institucional, contendo todas as informações relacionadas aos objetivos da pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice I). O questionário direcionado aos docentes está localizado no apêndice III.

Paralelamente, foi disponibilizado o link nos grupos internos de *WhatsApp* onde participam a comunidade acadêmica.

De modo semelhante também foi elaborado um questionário voltado para os egressos (apêndice IV). Inicialmente todos os questionários ficaram abertos para receber respostas por 30 dias. Porém foi necessário estender o prazo por mais 15 dias para conseguir maior percentual da amostra.

Para garantir a eficácia e a precisão dos questionários direcionados aos egressos, foi realizado um teste piloto antes da aplicação da versão final. Este teste envolveu uma amostra representativa, contendo 6 dos participantes egressos da pesquisa, com o objetivo de ajustar a linguagem e garantir que o instrumento estivesse plenamente adequado ao público-alvo.

Para Bailer *et al.* (2012), realizar um estudo piloto é fundamental para aprimorar os instrumentos e procedimentos de pesquisa, pois permite testar, avaliar e revisar esses elementos, evitando problemas sutis e não aparentes no desenvolvimento da pesquisa. Esse processo foi fundamental pois permitiu identificar ambiguidades, o que contribuiu na melhora e clareza das perguntas, e possibilitou uma melhor compreensão e, conseqüentemente, respostas mais precisas.

Esse cuidado, ao realizar um teste piloto, reflete o rigor metodológico adotado na construção do questionário. Ao ajustar a linguagem e o formato das questões com base no feedback dos participantes do teste, assegurou-se que o instrumento fosse eficaz em alcançar os objetivos propostos na coleta de dados.

3.5 Procedimentos de interpretação e análise dos dados

Foram adotados dois métodos de análise para tratar dos dados coletados, a saber: Análise de conteúdo, para as entrevistas e análise descritiva para os questionários.

Para a análise das entrevistas aplicadas com os participantes da pesquisa foi aplicada a análise de conteúdo, que conforme Bardin (2011), se trata de:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Aplicada a análise de conteúdo a partir das respostas das entrevistas, foram elencadas categorias de respostas, que conforme Martins (2008) consiste em:

[...] um processo de tipo estruturalista e envolve suas etapas: o inventário (isolamento das unidades de análises, palavras, temas, frases etc.) e a classificação das unidades comuns, revelando as categorias (colocação em gavetas). Dependendo do assunto/tema, sob a análise de conteúdo, pode-se adotar categorização já testada em estudos com objetivos assemelhados (Martins, 2008, p. 35).

Dessa maneira, na visão de Silverman (2009, p.355), a análise de conteúdo “envolve estabelecer categorias e os vínculos sistemáticos entre elas, e depois contar quantas vezes essas categorias são usadas em determinado item do texto”.

Já para os questionários, foi adotado o método descritivo de análise dos dados coletados, compreendendo com isso, toda a amostra coletada.

Conforme Reis (2002), a Análise Descritiva:

[...] é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados, [utilizada] para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos (Reis, 2002, p 5).

Logo após a apresentação dos resultados obtidos, procedeu-se à contextualização dos mesmos, com o objetivo de evidenciar de forma mais clara o impacto local e regional da instituição. Para isso, utilizou-se como referência tanto dados internos quanto externos à instituição, considerando o contexto local em que está inserida. Foi necessário, portanto, recorrer a órgãos de pesquisa, abrangendo regimentos institucionais e bases de dados secundárias como, IBGE, SEBRAE, INEP, PNP e QEdU.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apontado anteriormente, os caminhos percorridos metodologicamente se deram a partir da observação do fenômeno tratado nesse trabalho, tendo como lócus o campus Corrente.

A condução desta pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada no método indutivo, em conjunção com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. A escolha do método indutivo permitiu uma exploração mais aprofundada e flexível das nuances presentes nos dados coletados, possibilitando a identificação de padrões emergentes e o desenvolvimento de categorias temáticas de maneira não predefinida.

A aplicação da técnica de análise de conteúdo de Bardin ofereceu um arcabouço estruturado para a interpretação dos dados qualitativos. Este método permitiu a codificação e categorização sistemáticas das unidades de registro, possibilitando uma análise rigorosa e uma compreensão aprofundada dos discursos relacionados à missão e função social do IFPI Campus Corrente.

4.1 Resultado das entrevistas

Foram entrevistados nove servidores docentes do quadro efetivo e que atualmente ocupam cargos de gestão no campus. Dentre os cargos dos docentes entrevistados estão a Direção geral, Direção de Ensino, Coordenação de pesquisa, Coordenação de extensão, Coordenação pedagógica, Coordenação de curso superior e Coordenador de curso técnico na modalidade integrada e concomitante/subsequente. O quadro 3 contempla e detalha a amostra utilizada.

Quadro 3 - Distribuição da amostra da pesquisa

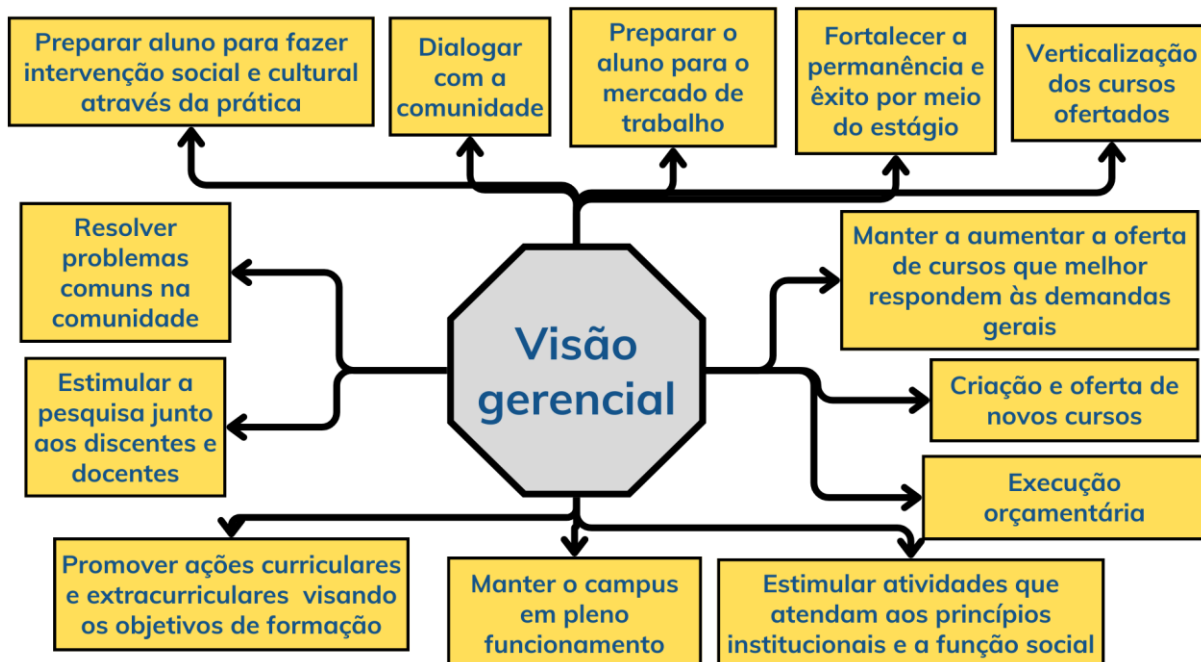
Professores	Coordenadores	Diretores	Pró reitores	Egressos	Total
36	4	2	2	39	83

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

4.2.1 Assimilação e tradução dos missão e objetivos institucionais

A primeira indagação levantada na entrevista foi sobre como o departamento/cargo desempenhado pelo entrevistado assimila e traduz os objetivos institucionais previstos em lei. Dentre as respostas recebidas foi possível perceber duas subcategorias de respostas, onde uma relaciona-se diretamente à função de gestão exercida e uma outra mais ligada ao perfil de atuação individual docente, desprovido da função. A partir dessas subcategorias foram extraídos os códigos relacionados conforme a figura 7.

Figura 7 - Visão Gerencial

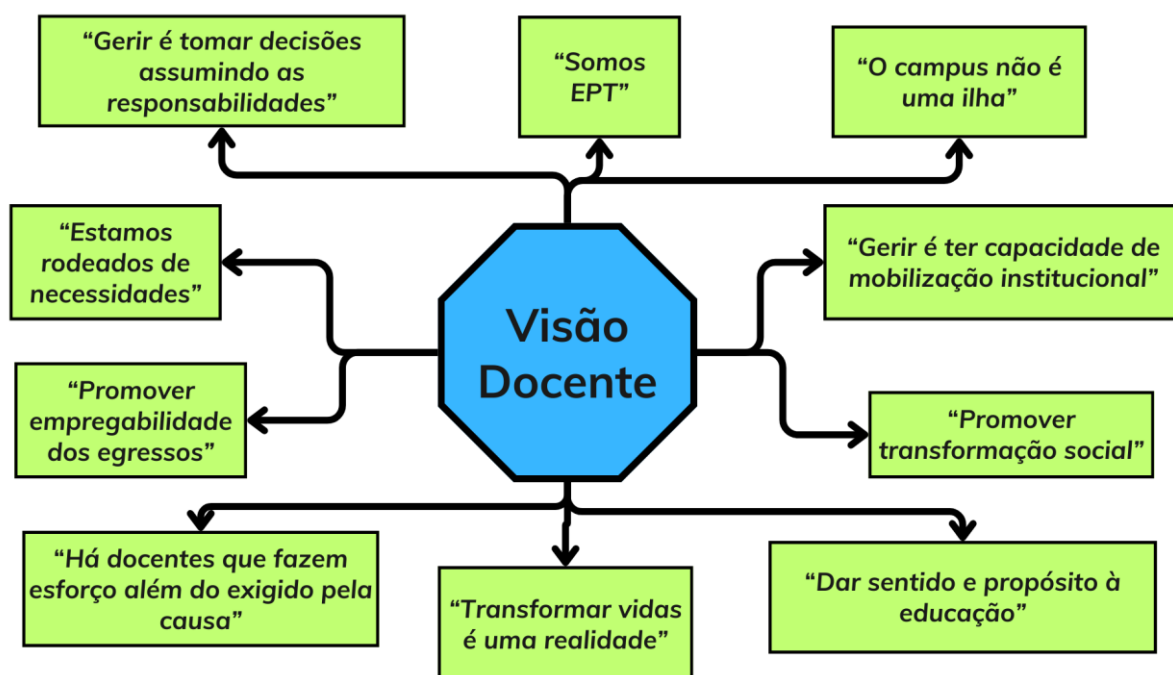


Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

Conforme se verifica na figura acima, as respostas coletadas apontam uma sintonia modelar no que se refere ao alinhamento de visões entre as atribuições de responsabilidade inerentes às funções exercidas em suas respectivas esferas de atuação e a proposta dos IFs descrita na lei 11.892/2008 e também traduzidas por Pacheco (2015).

Um outro resultado importante que emerge das respostas dos entrevistados é sobre o nível de engajamento e do comprometimento com a missão, visão e valores, que remetem ao cumprimento da função social por parte dos gestores que desenvolvem suas atividades no campus, conforme se vê na figura 8 abaixo.

Figura 8 - Visão Docente



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

Conforme a figura 8, nos códigos relacionados à “visão docente” foram feitos alguns recortes de trechos das falas transcritas da entrevista que evocam a internalização do real propósito maior que pode ser traduzido na missão institucional: *“Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais”*. Mesmo reconhecendo a nobreza e ao mesmo tempo a audácia desta missão, é possível inferir que a atual equipe à frente da instituição parece estar consciente e a par do seu papel e dos desafios inerentes, e, apesar deles, possuem internalizados os princípios que regem os IFs, e como consequência, vêm desenvolvendo ações que se alinham à missão institucional. Segundo os entrevistados, mesmo estando *“rodeados de necessidades”*, não se pode ignorar a dura realidade que nos é imposta no cenário atual. Ao invés disso, é preciso *“dar sentido e propósito à educação”*, assumindo o papel de educadores com uma nobre missão à frente; *perceber que o “campus não é uma ilha”*, e por essa razão é tem o dever e é capaz de *“transformar vidas”* e *“promover transformação social”* tão necessitada e almejada.

É importante ressaltar que, assim como em qualquer instituição pública de educação, os desafios de atuação são constantes e podem provocar acomodação e

até mesmo o abandono mesmo que parcial do real propósito institucional. Ao longo das entrevistas alguns desafios foram relatados e, deixá-los de mencionar em sua totalidade neste trabalho é intencional por parte do pesquisador, pois entende-se que esses desafios e barreiras frequentemente se farão presentes em maior ou menor proporção, porém percebeu-se que os entrevistados, apesar das limitações impostas, não se utilizaram deste recurso como desculpa, e, pelo contrário, têm conseguido desenvolver um trabalho relevante e de impacto interno e externo. O quadro 4 demonstra essa percepção por meio de uma série de estratégias e ações alternativas desenvolvidas no âmbito da instituição que atendem à missão e função social institucional e tem provocado impacto e transformação na comunidade local.

4.2.2 Implementação

Ainda durante as entrevistas foi perguntado aos participantes quais ações já foram promovidas e implementadas em suas respectivas áreas de atuação que apontam para os objetivos e finalidade dos IFs. Aplicando a análise de conteúdo de Bardin, foi possível identificar três categorias de ações implementadas que se dividem em: parcerias públicas; parcerias privadas e ações com recursos próprios.

Por meio das ações implementadas no campus identificadas através da pesquisa é possível estabelecer uma comparação entre as ações implementadas no campus e as estratégias previstas no PDI vigente, versão 2020-2024. O mesmo documento estabelece uma série de metas e iniciativas para o período citado, alicerçado sobre objetivos estratégicos distribuídos entre dimensões conforme suas políticas institucionais, a saber: *Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós graduação e Inovação, Relações Internacionais, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Governança* (PDI/IFPI, 2020).

Tais objetivos estratégicos estão presentes na figura 9 (PDI, 2020-2024), agrupados em quatro perspectivas, sendo elas a **Financeira, Processos Internos, Sociedade e Aprendizado e Crescimento**.

Figura 9 - Objetivos Estratégicos PDI (2020-2024)

PERSPECTIVA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO OBJETIVO ESTRATÉGICO
Financeira	F.01	Otimizar o uso de recursos orçamentários e financeiros de cada exercício
Processos Internos	PI.01	Otimizar a oferta de vagas e cursos (ensino, pós-graduação e extensão).
	PI.02	Fortalecer a efetividade de contratações de bens e serviços.
	PI.03	Controlar e avaliar os indicadores educacionais e institucionais.
	PI.04	Fomentar cursos de mestrado e doutorado institucionais, MINTER e DINTER.
	PI.05	Fortalecer a gestão participativa, estrutura de governança e <i>compliance</i> .
	PI.06	Incentivar a responsabilidade socioambiental.
	PI.07	Otimizar projetos de infraestrutura com a racionalização de espaços físicos e equipamentos.
	PI.08	Incentivar a produção intelectual, propriedade intelectual, Inovação e o empreendedorismo.
	PI.09	Incentivar núcleo de estudos, grupos de pesquisas e grupos de extensão.
	PI.10	Aperfeiçoar processos internos e normativos.
	PI.11	Fortalecer a política de assistência estudantil (programas universais e vulnerabilidade social).
	PI.12	Incentivar projetos de extensão (eventos e visitas técnicas).
	PI.13	Assegurar o redimensionamento do acervo bibliográfico (físico e digital).
	PI.14	Promover acordos/parcerias/convênios nacionais, regionais e locais.
	PI.15	Promover ações de internacionalização.
	PI.16	Assegurar a permanência e o êxito.
	PI.17	Fortalecer política de estágio.
	PI.18	Criar condições físicas, ambientais e materiais para pessoas com deficiência.
Sociedade	S.01	Fortalecer a identidade institucional.
	S.02	Contribuir para o arranjo produtivo, desenvolvimento local e regional, respeitando sujeitos e diversidades.
Aprendizado e Crescimento	AC.01.CapH.01	Fortalecer competências, capacitação e desenvolvimento dos servidores.
	AC.02.CapI.01	Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação (bens e serviços).

Fonte: PDI/IFPI, (2020)

Ao estabelecer uma correlação entre os objetivos estratégicos traçados no PDI com as ações desenvolvidas no campus, coletadas na pesquisa, chegou-se ao seguinte resultado descrito no quadro 4.

Quadro 4 - Estratégias do PDI e as ações desenvolvidas na instituição

PERSPECTIVA	CÓDIGO	AÇÕES IMPLEMENTADAS
Financeira	--	--
Processos Internos	PI. 01	Construção do novo bloco de salas
	PI. 04	Oferta de mestrado em educação em parceria com Universidade Estadual do Piauí -UESPI
	PI. 08	A implementação de projetos integradores Ações de fomento ao empreendedorismo e demais habilidades por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares Oferta de consultoria empresarial gratuita (durante a pandemia) Desenvolvimento e implementação de Aplicativo “Agenda Vac” Confecção de máscaras de proteção contra covid;
	PI. 11	Ampliação do refeitório Aquisição do transporte coletivo dos alunos Expansão do refeitório e a gratuidade da alimentação
	PI. 12	Promoção de eventos periódicos: Semana do meio ambiente; SIMGEAPI; Dia da água e SNCT. Projetos comunitários – horta comunitária – apoio e implementação Projeto de robótica nas escolas municipais Capacitação de professores da rede municipal Projeto “Pré-Classif” para auxiliar os novos pretendentes a ingressar na instituição Aprova Enem – projeto com vistas a preparar os alunos das séries finais para o ENEM
	PI. 14	Parcerias com escolas municipais e do Estado Parcerias com empresas locais e regionais Parcerias com agricultores e pecuaristas locais Projetos com bolsa para estudantes (empresas privadas)
	PI. 17	Estágio com empresas de tecnologia locais e regionais Estágios supervisionados em empresas locais e regionais públicas e privadas
	Sociedade	S. 01
S. 02		Implementação de pontos de acesso à internet nas escolas rurais Projeto de automação de poços rurais Projeto de criação e distribuição de chocadeiras para a comunidade rural
Aprendizado e Crescimento	AC.01.Ca pH.01	Criação de disciplinas eletivas e integradoras com maior autonomia docente, estimulando a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento e promovendo mobilização entre professores e técnicos administrativos

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

Por meio das informações reunidas no quadro 4 acima, é possível perceber que boa parte das estratégias planejadas para o IFPI com base no PDI com vigência para 2020-2024 foram e estão sendo contempladas no âmbito do Campus Corrente, demonstrando um alinhamento com o documento normativo e o engajamento do campus frente ao cumprimento dos seus objetivos institucionais e da sua função social.

As demais metas não apontadas resumem-se majoritariamente em ações que requerem um esforço conjunto com instâncias externas e superiores ao campus como a Reitoria juntamente com suas Pró-Reitorias.

De posse das informações presentes no quadro 4, percebe-se como os entrevistados, em suas respectivas áreas de atuação, têm ignorado a conveniência e a comodidade muitas vezes imposta pelas condições limitantes e estão se mobilizando por meios de articulações internas e externas com vistas ao cumprimento do objeto deste estudo.

Um outro fato constatado se encontra no volume, variedade e riqueza das atividades desenvolvidas no âmbito do IFPI campus Corrente. Tais ações sem dúvida servem de exemplo e inspiração para outras instituições, demonstrando ser possível fazer mais mesmo em circunstâncias desfavoráveis. Quando se trata de desafios, todos os entrevistados apontaram fortemente para a questão orçamentária. Sem recursos financeiros todas as atividades ficam comprometidas e muitas outras deixam de ser realizadas. Porém as respostas coletadas apontam uma quantidade significativa de ações implementadas (parcerias com instituições públicas e privadas) que foram e estão sendo desenvolvidas sem a necessidade direta de recursos da instituição. Tal comportamento se alinha também com o discurso da SETEC (2010, p 20), ao expressar que: “o diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira”. Ao estabelecer parcerias com a comunidade externa, o campus Corrente atende ao viés que lhe dá origem, aproximando-se da sociedade à sua volta, dialogando com seus pares e estabelecendo pontes e conexões importantes, fortalecendo parcerias, impactando sua comunidade local e regional e transformando vidas e realidades e cenários.

Bastos, Venâncio e Vieira (2020) apontam para os eixos de Pesquisa e Extensão como os vetores necessários e responsáveis diretos pelo desenvolvimento e implementação de ações estratégicas que visem o alcance dessa prerrogativa institucional, no que concerne ao desenvolvimento local e regional. E na pesquisa esse fato se confirmou.

Porém, o eixo de Ensino também se mostrou bastante presente e ativo na promoção de ações de impacto na comunidade, por meio do desenvolvimento de projetos integradores. A partir de iniciativas oriundas desses projetos, têm-se alcançado o microempreendedor local, o pequeno produtor rural e também tem conseguido atrair a comunidade para dentro da instituição, por meio das exposições dos Projetos Integradores desenvolvidos pelas turmas do ensino técnico integrado ao médio que acontecem no final de cada semestre letivo. No entanto, a pesquisa e a extensão foram os setores que mais alegaram a necessidade de recursos financeiros para desenvolver suas atividades.

É fato que, desenvolver tais ações necessitará de um esforço institucional considerável, além de uma forte capacidade de mobilização interna por parte daqueles que desenvolvem cargos de gestão em relação às suas equipes de trabalho. Caso contrário não haverá adesão suficiente para motivar a força de trabalho rumo ao alcance dos objetivos institucionais. No entanto, fechar os olhos e isolar-se, não permitindo buscar soluções alternativas é render-se à irrelevância e à mediocridade institucional.

No apêndice V, consta algumas imagens de ações desenvolvidas pelo campus, e que descrevem como o mesmo vem desempenhando seu papel relevante e transformador na comunidade local e circunvizinhanças. As atividades se estendem de parcerias entre a prefeitura municipal e de cidades vizinhas, parcerias com empresas privadas e a realização de projetos de extensão com intervenção real em zonas rurais e demais comunidades locais.

4.2.3 Desafios institucionais

limitação e verba, a título de exemplificação, todas sinalizam os problemas de ordem financeira como sendo um dos maiores problemas relatados entre os entrevistados.

Devido à falta de recursos financeiros boa parte dos planos e ações deixam de ser implementadas, ou tem seu alcance reduzido. Por se tratar de uma instituição pública, sua fonte mantenedora é o Estado, e dado o seu tamanho e complexidade para gerenciá-lo, atrelado aos interesses difusos, acarretam numa gestão ineficiente, afetando a distribuição de recursos para essas instituições.

Felizmente, para mitigar esses efeitos, o campus tem saído da inércia buscando e conseguindo parcerias que vêm trazendo bons resultados, sejam elas entre instituições públicas ou privadas, como já exposto no quadro 4.

Apesar de outros reveses, e, com exceção dos excessos de carga teórica em função das práticas dos novos PPCs, a baixa demanda por cursos de formação docente, e o excesso de carga horária docente vinculada ao ensino, a maioria dos demais desafios orbitam em torno da limitação orçamentária. Assim sendo, infere-se que há uma ampla necessidade por maior demanda financeira para custeio e fomento das atividades institucionais.

Tratando especificamente sobre do excesso de trabalho docente, vale destacar que os IFs compartilham de uma característica que em muito contribui para o esgotamento físico e mental, que se apresenta na variedade e acúmulo de trabalho demandado pelo docente.

Corroborando com essa afirmação Gomes (2019), chega a expressar que:

A diversidade do trabalho docente está relacionada às atividades típicas da docência (preparar aulas, corrigir provas, estudar textos, atender alunos, etc.) Nos Institutos Federais, além das atividades supracitadas, somam-se a elas: ministrar disciplinas distintas; trabalhar em diversas modalidades de ensino e em diferentes cursos; coordenar projetos de extensão e pesquisa; participar de comissões, conselhos, colegiados, bancas, núcleos; orientar trabalhos de conclusão de curso; desempenhar trabalho na gestão; participar de diversas reuniões administrativas e pedagógicas, etc. (Gomes, 2019, p. 8)

Com base em uma pesquisa realizada por Moreira e Rodrigues, (2018), foi constatado que cerca de 50% dos professores precisaram se afastar de suas atividades profissionais em razão de problemas relacionados a transtornos mentais e comportamentais.

participação e ao envolvimento docente numa das dimensões finalísticas dos institutos federais. Na fala dos entrevistados foram relatadas algumas fragilidades como a falta de capacitação para atuação na extensão; a falta de incentivo para se fazer extensão; a priorização da pesquisa em detrimento da mesma; e falta de mobilização interna em prol dos objetivos da dimensão extensão.

Conforme Bastos, Venâncio e Vieira (2020), juntamente com a pesquisa, a extensão é uma das dimensões que mais se estende na direção da comunidade externa e por essa razão, é possível inferir que quanto mais a instituição avançar na direção da dimensão extensão, maior será a sua aproximação dos objetivos institucionais e do cumprimento da função social que, em resumo propõe-se a estabelecer e fortalecer um diálogo aproximado com a sociedade à sua volta em seus diferentes arranjos representativos.

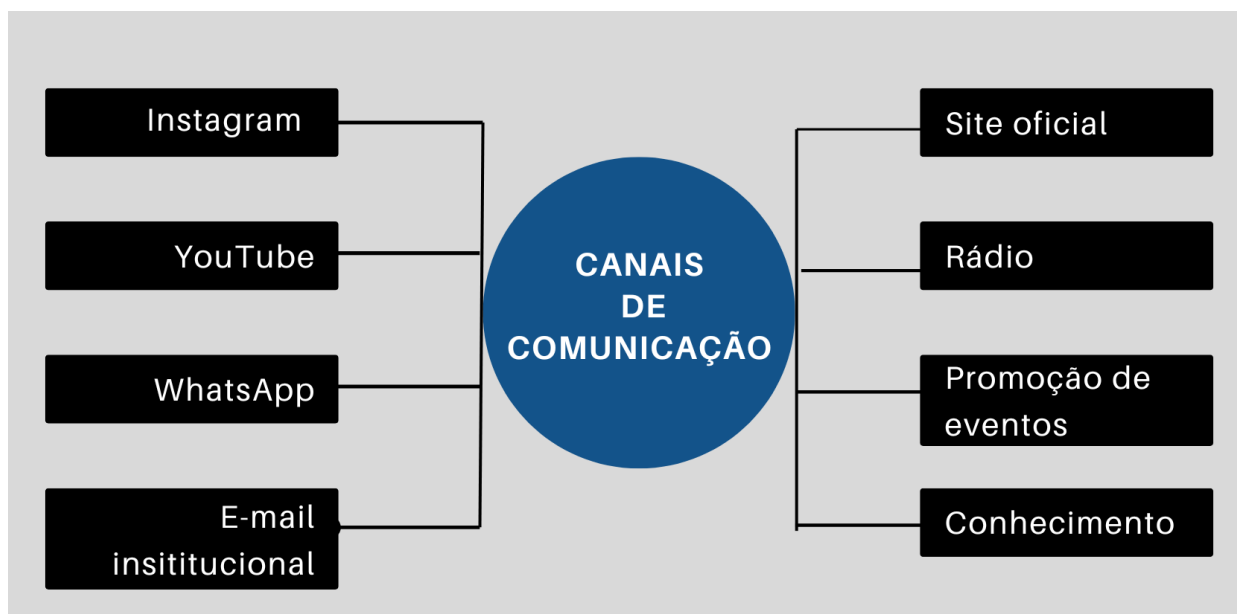
Outro fato relatado que merece menção é a formação docente. É bem verdade que a maior parte dos professores não apenas do campus Corrente, mas do IFPI em linhas gerais, são oriundos das universidades. Tal fato repercute ativamente na tendência de estes optarem pela pesquisa ao invés da extensão, uma vez que tiveram pouco ou nenhum contato com a extensão em suas expressões teórica, filosófica e prática durante toda a sua jornada acadêmica. Somando-se a isso, tem-se a recente RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI N° 173, de 3 de julho de 2023 que institui 14 horas mínimas exclusivas para a regência de aula, restando após a paridade apenas 12 horas para serem preenchidas com as demais atividades de caráter docente, e dentre elas, a pesquisa e a extensão.

Este cenário prejudica a manifestação de ações e a participação docente em atividades mais ligadas à extensão. Neste aspecto um dos participantes afirmou que “gerir é mobilizar”, apontando que o sucesso de uma gestão está diretamente ligado à capacidade do gestor em mobilizar o maior número de pessoas à sua volta. O mesmo ainda salientou que lidar com pessoas é o maior dos desafios que ele enxerga atualmente do ponto de vista da sua esfera de atuação.

4.2.4 Canais de comunicação

Antes de finalizar a entrevista, foi indagado sobre os canais e a qualidade da comunicação institucional em nível interno e externo, e também sobre quais canais eram utilizados em suas respectivas atividades cotidianas. Os canais citados estão representados na figura 12.

Figura 12 - Canais de comunicação



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

Diante dos canais acima expressos, vale ressaltar dois em especial. O primeiro deles é o rádio, que apesar de ser relativamente um dos meios de comunicação mais antigos de comunicação e estar envolto numa atmosfera de tecnologias da informação e comunicação (TICs) mais atuais e desenvolvidas, ainda demonstra boa eficácia. Tal alcance se dá devido às características locais e regionais, onde parte da população reside em áreas rurais e interiores, somadas à dificuldade de acesso à internet, e à própria cultura local muito centrada neste tipo de comunicação por parte do público adulto e sênior.

Percebendo a necessidade de se comunicar com diferentes públicos, o campus vem realizando um programa chamado “Papo Federal” todas as manhãs de quinta-feira, organizado pelo próprio Diretor Geral do campus juntamente com uma

equipe de servidores docentes e técnicos administrativos, que transmitem informação e conhecimento de forma leve e descontraída. Através dela é possível chegar onde a internet ainda não alcançou e também atingir um público ainda fora do radar das mídias sociais hodiernas.

O segundo canal a ser destacado faz menção aos eventos institucionais. O campus possui em seu calendário anual uma diversidade de eventos, variando entre atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais. Juntos, proporcionam um calendário dinâmico atraindo um público externo múltiplo e consistente.

Ademais, a instituição também é frequentemente buscada para sediar eventos e atividades de outras instituições como prefeituras municipais, através de suas secretarias, o Sebrae entre outros. Com isso o campus consegue cada vez mais tornar-se conhecido e relevante entre a comunidade, fortalecendo suas relações entre ambas.

Tratando do segundo aspecto da pergunta, quando questionados sobre a qualidade da comunicação no âmbito externo, foi elaborada uma figura que transmite com mais precisão trechos de falas dos entrevistados.

A figura 13 destaca na parte superior as respostas positivas segundo a opinião dos entrevistados, seguido pelas opiniões consideradas intermediárias onde não se fez menção contundente nem positiva nem negativa, destacando a possibilidade e necessidade de melhora. Já as respostas situadas na parte inferior são de respostas desfavoráveis, sinalizando descontentamento para com a comunicação externa.

Figura 13 - Comunicação Institucional externa



Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024)

Incluindo-se as respostas positivas com as de caráter mais ameno temos uma maioria que julga a comunicação externa em um nível aceitável, enquanto que a menor fração percebe-a como ineficiente.

Sobre este assunto um dos entrevistados relatou que, devido ao alto volume de atividades acontecendo diuturnamente no campus seria necessário um maior esforço humano do qual não se dispõe no momento. Prova disso é que a administração dos canais de mídias digitais do campus, que envolve criação de conteúdo, postagem e monitoramento das mídias sociais, é feita de forma voluntária por apenas alguns poucos docentes que se dispõe a tal atividade. Diante desta constatação fica demonstrado ao menos em parte o desafio que se tem enfrentado para a comunicar de modo satisfatório.

Chegando na parte final da pergunta onde se buscou a mesma opinião, porém, do ponto de vista interno. Para melhor ilustrar o resultado das respostas, foi

agravado com o alto volume de atividades docentes, resumindo a rotina de trabalho apenas às atividades ligadas diretamente ao professor.

Indo na direção contrária, mesmo em menor proporção, foi possível encontrar adjetivos positivos sinalizando que apesar das fragilidades percebidas neste aspecto, a instituição está ciente e tem buscado soluções alternativas para sanar o problema, ainda que de modo incipiente na opinião de parte dos entrevistados. A mesma justificativa dada na questão anterior também se aplica tornando compreensível o cenário, ao menos parcialmente.

Bem (2013), compreende que a comunicação interna, em sintonia com a missão visão e valores institucionais, busca harmonizar esforços para alcançar tanto metas individuais quanto corporativas, promovendo a criação de valor e a aproximação entre gestão e comunidade interna.

Deste modo, desempenha um papel fundamental na promoção do engajamento e na construção de um ambiente de trabalho colaborativo e harmonioso. Em outras palavras, é o “ponto de partida para o alinhamento do discurso de uma organização” (Monteiro; Kuhl; Angnes, 2021).

Por esta razão é necessário reconhecer sua relevância para a instituição e buscar desenvolvê-la de modo a potencializar os ganhos proporcionados e evitar infortúnios na comunicação interna.

No entanto, a conclusão que se chega é que a instituição precisa o quanto antes, direcionar esforços na direção da implementação de um plano de comunicação interna que satisfaça as carências percebidas, mitigando os ruídos organizacionais, aumentando a eficiência e consistência na transmissão das informações, e que seja capaz de sensibilizar e mobilizar a comunidade rumo ao cumprimento dos objetivos institucionais.

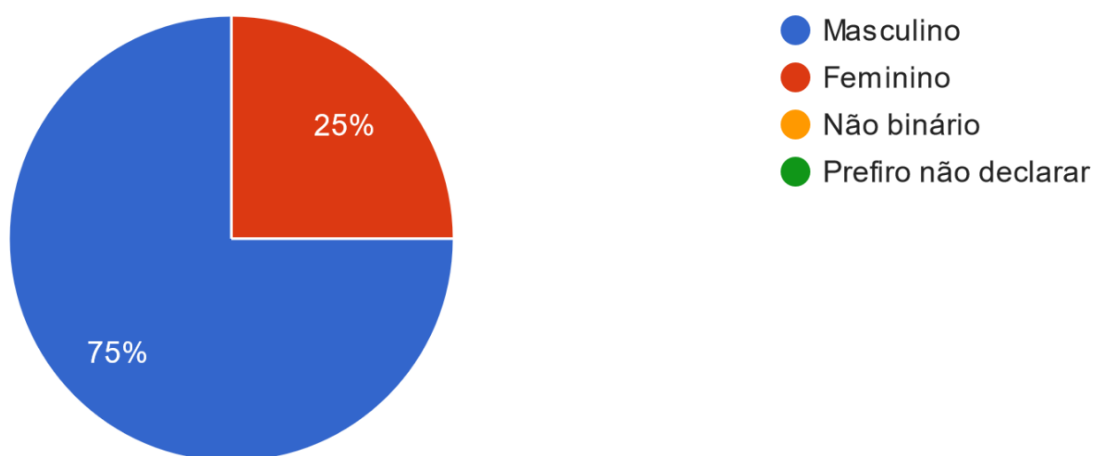
4.3 Questionário Direcionados aos Docentes

4.3.1 Caracterização do perfil dos entrevistados

Gênero

A coleta de dados se deu por meio de questionários, voltados primeiramente aos docentes do quadro efetivo do campus Corrente. Entre os participantes, o gênero masculino obteve um percentual maior que o feminino, alcançando 75% dos participantes. Já a participação do sexo feminino foi de 25%, conforme representado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Gênero dos participantes docentes

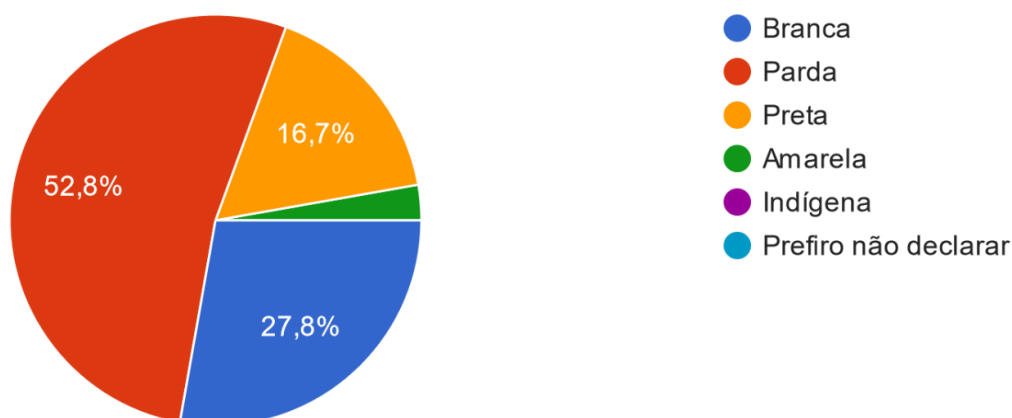


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Cor e raça

No que diz respeito à cor ou raça (gráfico 2), há uma predominância de pardos (52,8%), seguida, respectivamente, pela branca (27,8%), preta (16,7%) e amarela (2,8%).

Gráfico 2 - Cor e raça dos participantes docentes



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

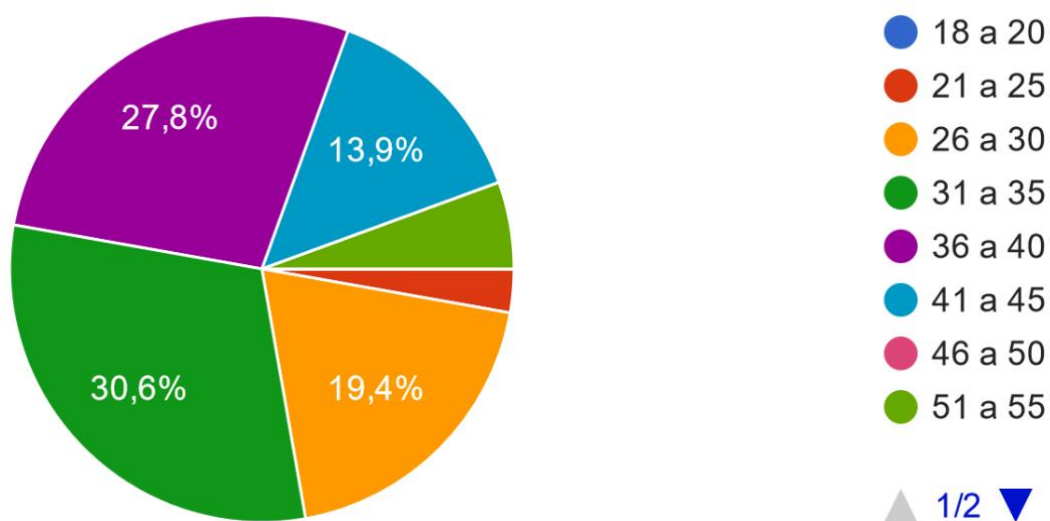
Idade

Quanto à idade dos participantes o maior percentual, é composto por docentes entre 31 e 35 anos (30,6%), seguidos respectivamente pelos de 36 a 40 anos (27,8%), de 26 a 30 anos (19,4%), 41 a 45 anos (13,9%), 51 a 55 anos (5,6%), e entre 21 e 25 anos (2,8%), conforme o gráfico 3.

Somando-se o percentual docente com até 35 anos chega-se a 52,8%. Tal constatação evidencia um forte segmento jovem com representatividade consistente entre o corpo docente da instituição. Esse aparente equilíbrio tem proporcionado bons resultados conforme a pesquisa descreve.

Considerando que a pesquisa também apontou que menos de um terço dos docentes do campus possui mais de 10 anos de carreira docência (ver gráfico 6), percebe-se uma renovação importante dentro do campus e que a carreira docente ainda continua sendo uma opção atrativa entre os jovens universitários no que tange à profissão docente.

Gráfico 3 - Idade dos participantes docentes

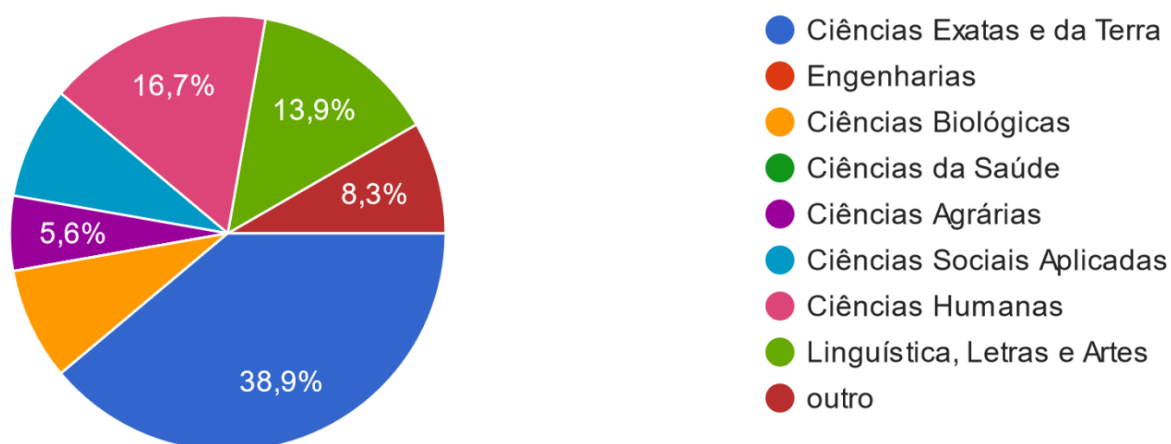


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Áreas de atuação

As áreas de atuação dos professores participantes da pesquisa são diversificadas de acordo com o gráfico 4. As Ciências Exatas e da Terra somaram (38,9%), possuindo a maioria entre os docentes participantes da pesquisa. Já as Ciências Humanas (16,7%), Linguística, Letras e Artes (13,9%). Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Biológicas juntamente com outros, tiveram um mesmo percentual atingindo ambas (8,3%). A área com menor representatividade foi a de Ciências Agrárias (5,6%).

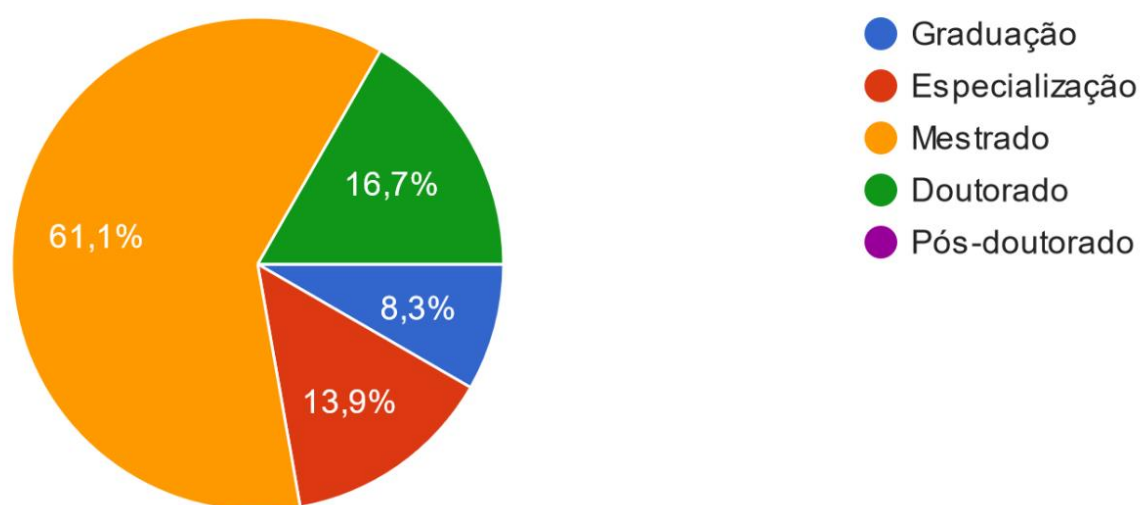
Gráfico 4 - Áreas de atuação dos participantes docentes



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Considera-se um corpo docente qualificado (gráfico 5), composto pela maioria de Mestres (61,1%), Doutores (16,7%), Especialistas (13,9%), sendo que apenas 8,3% possuem Graduação. Juntos, Doutores e Mestres somam 77,8% dos professores participantes, abrangendo mais de dois terços da comunidade docente.

Gráfico 5 - Escolaridade dos participantes docentes



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.3.2 Experiência docente

A experiência docente é um elemento essencial e enriquecedor tanto para os professores quanto para os alunos, englobando um vasto conjunto de habilidades, conhecimentos e práticas adquiridas ao longo da carreira acadêmica, que vão além da mera transmissão de conteúdo.

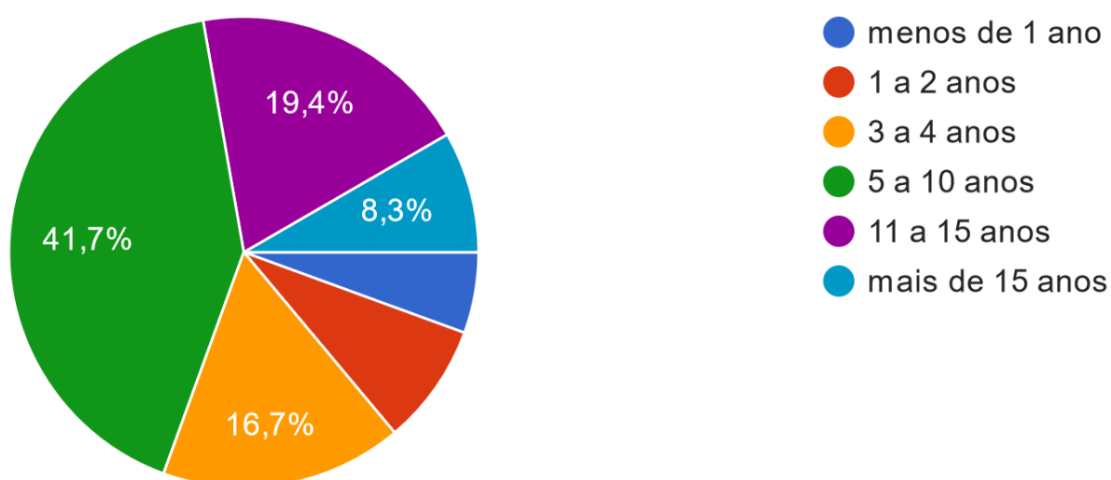
Segundo as reflexões de Tardif (2002), os saberes docentes transcendem meramente o conhecimento teórico, englobando também competências, habilidades e atitudes fundamentais para o exercício da profissão. É a interseção entre o saber, o saber fazer e o saber ser que molda a identidade e a eficácia dos educadores.

Após a caracterização, buscou-se fazer um retrato da experiência docente, buscando verificar sua atuação entre as múltiplas áreas de atuação dentro da instituição.

No que se refere à experiência docente, a maioria dentre os participantes (41,7%) afirmaram ter entre 5 e 10 anos de atuação na docência, 19,4% possuem entre 11 e 15 anos, e 8,3% afirmaram ter mais de 15 anos de atuação na carreira. Abaixo de 5 anos de atuação docente estão aqueles que possuem de 3 a 4 anos (16,7%), 1 e 2 anos 8,3%, e 5,6% contam com menos de 1 ano de experiência.

Portanto, cerca de mais dois terços (69,4%) lecionam há mais de 5 anos e 30,6% há menos de 5 anos, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Experiência docente



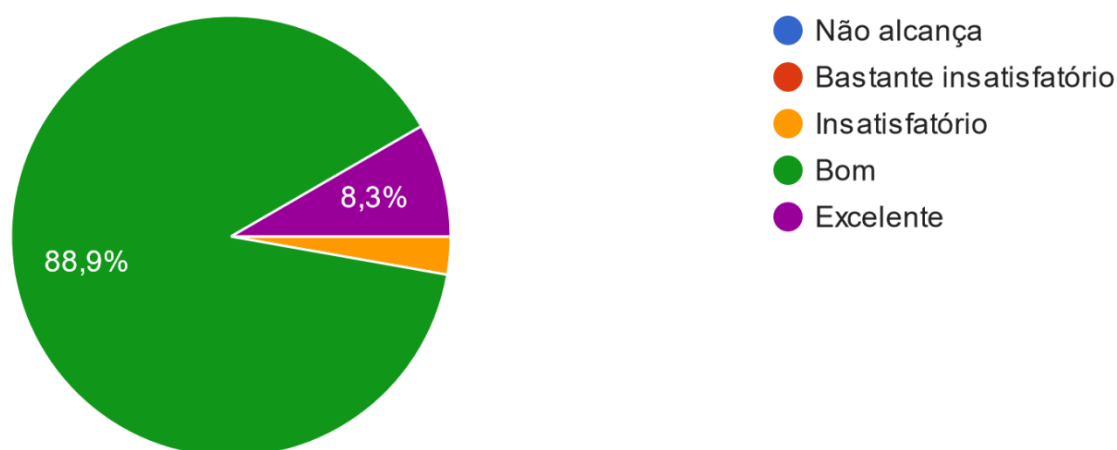
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Missão institucional

Segundo as ponderações de Drucker (1975), um renomado escritor e consultor de gestão, a definição da missão assume uma relevância estratégica crucial, constituindo o ponto de partida fundamental para a formulação de estratégias, definição de prioridades, estabelecimento de planos e execução de tarefas no âmbito organizacional. Uma vez que a missão do IFPI é promover uma educação profissional técnica de nível médio de excelência, direcionada às demandas sociais, todos os membros que a compõem precisam assimilar e incorporar tal missão às suas ações. E a instituição tem o papel maior de transmitir e traduzir a missão institucional, juntamente com a visão e os objetivos, norteando todos num mesmo objetivo comum.

Reconhecendo tal importância buscou-se colher entre os participantes da pesquisa a opinião deles quanto à maneira como o campus vem cumprindo sua missão institucional segundo a opinião dos entrevistados, cerca de 8,3% classificaram como excelente, enquanto que a grande maioria (88,9%), classificou como Bom. Juntos chegam a 97,2%, alcançando quase a totalidade dos participantes. Apenas 2,8% considerou insuficiente como mostra o gráfico 7.

Gráfico 7 - Cumprimento da missão institucional



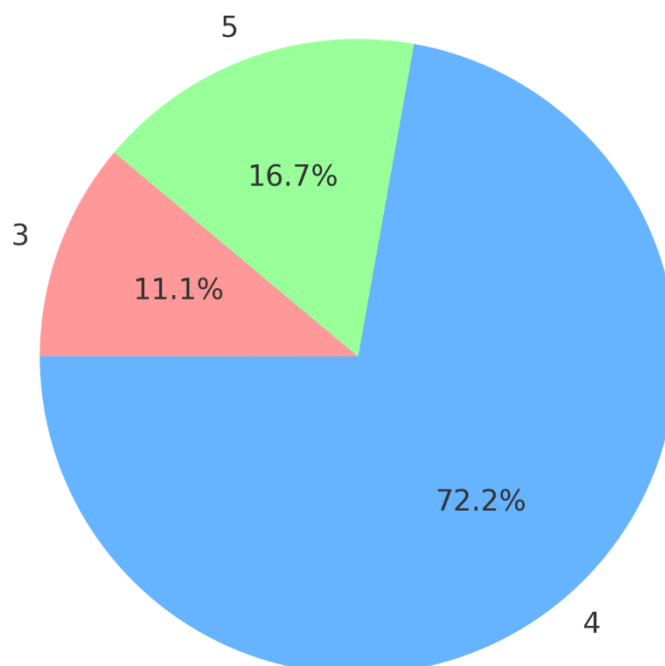
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Função social

Alterando a pergunta anterior para o cumprimento da função social institucional, 16,7% deram nota máxima, enquanto que a maior parcela (72,2%) manifestaram nota 4. Cerca de 11,1% atribuíram nota 3. O gráfico 8 descreve as respostas coletadas em escala *likert*, onde o número 1, representa “não alcança” e o número 5, “alcança plenamente”.

Percebe-se a partir desses dados um padrão de respostas que revelam uma intenção parecida com a pergunta anterior, sinalizando que ambas, missão institucional e função social, estão sendo satisfatoriamente atendidas pela instituição segundo a opinião dos participantes da pesquisa. Prova disso é que as piores notas - 1 e 2 - não foram mencionadas.

Gráfico 8 - Cumprimento da função social



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.3.3 Prática Docente

A prática docente é um campo vasto e multifacetado que engloba não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a construção de relações interpessoais, o estímulo ao pensamento crítico e criativo, e o desenvolvimento integral dos estudantes e também de si mesmo. Neste sentido, é um exercício diário de reflexão, adaptação e inovação, que requer sensibilidade e criatividade para encontrar abordagens e estratégias pedagógicas eficazes. Além disso, a prática docente está intrinsecamente ligada ao contexto social, cultural e político em que se insere, exigindo do educador uma postura crítica e comprometida com a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades (Franco, 2016).

Atuação em Projetos de Ensino

Ao tratar a respeito de questões mais voltadas à atuação docente, indagou-se inicialmente sobre a promoção e participação em projetos de Ensino (gráfico 9). Neste aspecto, mais da metade (58,3%), afirmaram ter promovido e também participado. Na sequência 19,4% apenas participaram, e 13,9% não promoveram nem participaram de projetos dessa natureza.

Apesar de a grande maioria somada (77,7%), já ter contribuído de algum modo com projetos de ensino, ainda há uma porção considerável de docentes que ainda não despertaram por este tipo de projeto.

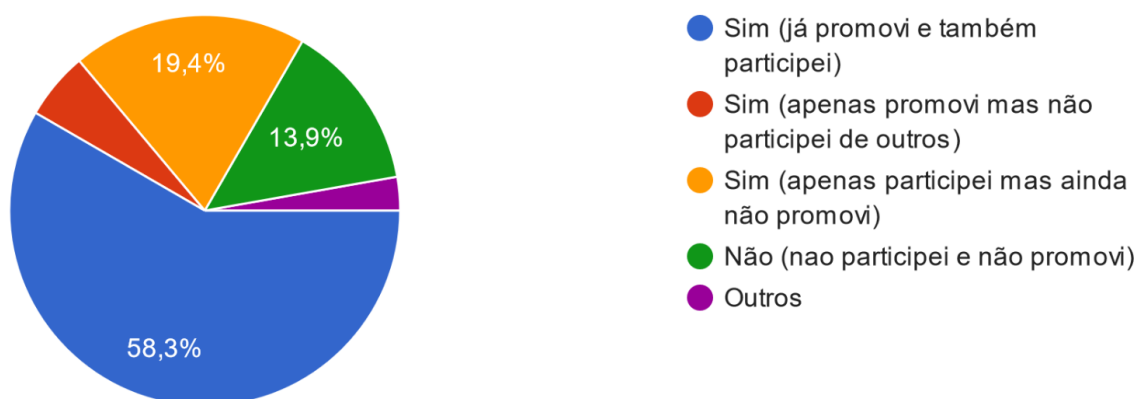
Um dos motivos pode ser atribuído à elevada carga horária destinada à regência de sala de aula, o que demanda maior esforço docente, sacrificando as vezes a submissão/participação em projetos. Mas também é possível presumir que haja outros motivos como o perfil docente, seu nível de qualificação e desmotivação e desinteresse.

Nesta perspectiva, Souza (2008), descreve que a profissão docente é caracterizada por suas extensas jornadas de atividades extraclasse como: o

planejamento de aulas, a correção de atividades e avaliações constantemente. No caso dos professores do IFPI, acentuam-se as reuniões frequentes (colegiado, NDE, comissões de eventos, etc...); a dinâmica e intensa jornada de trabalho em todos os turnos e às vezes até aos sábados; uma variedade de disciplinas (no caso dos docentes não-licenciados) que se estendem do EMI à pós-graduação; além das atividades acumuladas de coordenação/gestão.

Em face desse contexto, promover atividades sejam elas de pesquisa ou extensão acabam por serem deixadas de lado, sendo substituídas pelas demandas mais emergenciais como as de sala de aula.

Gráfico 9 - Atuação em Projetos de Ensino



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Já ao se questionar sobre a atuação em projetos de Pesquisa (gráfico 10), 44,4% já promoveu e também participou, enquanto que 19,4% apenas participaram. No entanto, 33,3% afirmaram ainda não terem desenvolvido nem participado de projetos nessa modalidade.

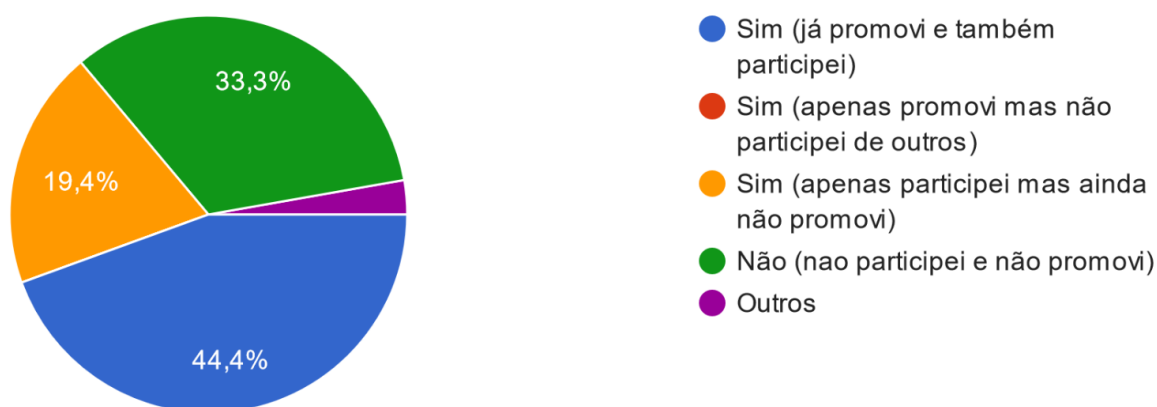
Neste quesito, apesar de a maioria estar contribuindo de algum modo com este importante aspecto acadêmico, o percentual docente sem participação elevou-se em comparação com a pergunta anterior, alcançando um terço dos participantes.

Considerando a importância da pesquisa para uma instituição de ensino no porte do campus, este aspecto merece atenção especial no que tange à compreensão mais aprofundada das razões por trás desses dados. Uma vez que, por se tratar de

uma instituição acadêmica de ensino, é imperativo que haja uma demanda consistente e diversificada pela realização de pesquisa.

Como forma de evidenciar a necessidade do incentivo à realização pesquisa científica, a própria Lei nº 11.892, em seu artigo 7º, inciso III, traz como um dos objetivos dos IFs “[...] realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; [...]” (BRASIL, 2008). Sendo assim, constitui-se um aspecto relevante para a conquista dos objetivos institucionais em destaque neste estudo.

Gráfico 10 - Atuação em Projetos de Pesquisa

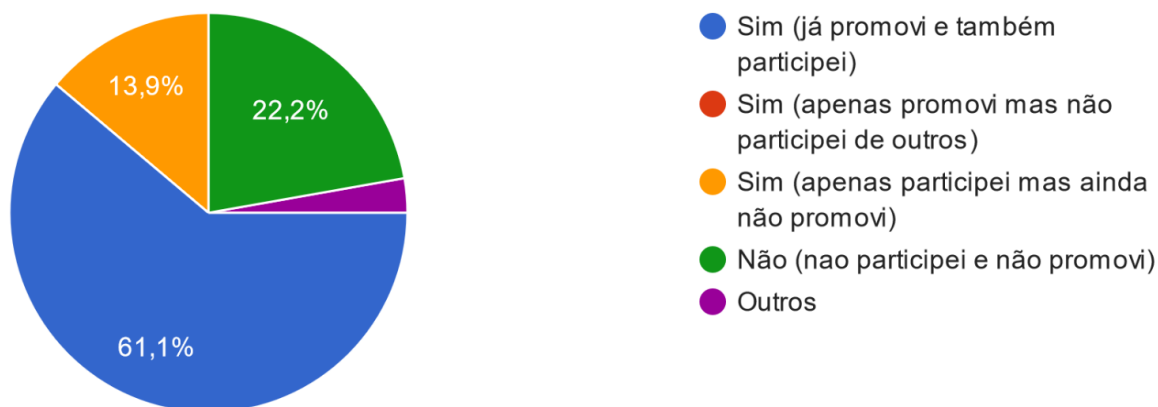


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Atuação em Projetos de Extensão

Abordados sobre a atuação em projetos de Extensão (gráfico 11), 61,1% declararam ter promovido e participado, e 13,9% somente contribuíram. Entre os que não se envolveram em Projetos de Extensão somam-se 22,2%.

Gráfico 11 - Atuação em Projetos de Extensão



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Ao analisar de modo geral as três dimensões que compõem o IFPI, ensino, pesquisa e extensão, verificou-se uma margem percentual considerável entre aqueles que ainda não desenvolveram atividades de projeto voltadas a essas áreas. Essa situação é mais acentuada quando se trata de projetos de pesquisa, alcançando mais de um terço entre os envolvidos na pesquisa.

Uma vez que o regime de contratação docente no campus segue um padrão de 40h e dedicação exclusiva - DE, com exceção dos substitutos (40h sem DE), há um direcionamento de demanda docente para as atividades tidas como prioritárias. Dentre elas, destacam-se as atividades de gestão/coordenação e de regência em sala de aula. Os próximos dados coletados ajudarão a entender melhor esta disparidade.

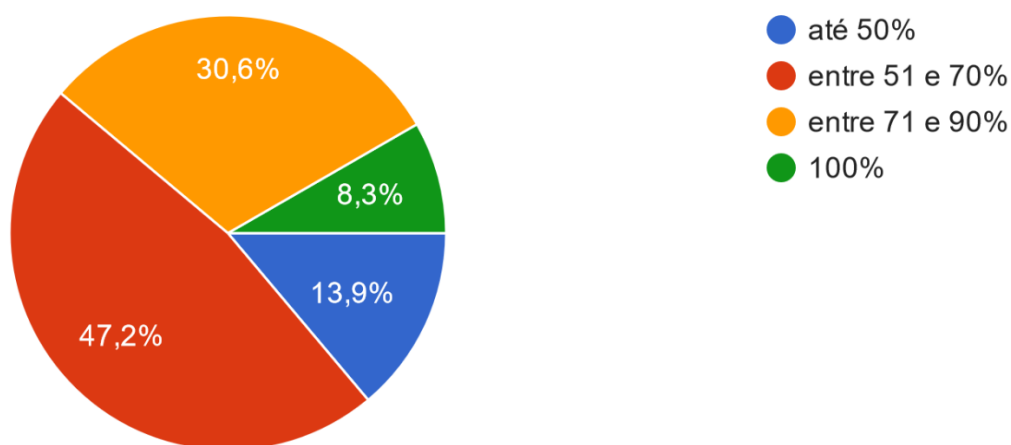
Carga horária com o Ensino

Aprofundando as investigações na tentativa de examinar um pouco melhor a prática docente, mais especificamente sobre a distribuição de carga horária dedicada ao Ensino (gráfico 12). Entre os entrevistados, 47,2% informaram que a média nos três últimos anos ficou entre 51% e 70%, na sequência 30,6% na faixa de 71% a 90% e 8,3% declararam ter 100% da carga horária dedicada somente ao Ensino e somente 13,9% tiveram carga horária inferior a 50%.

Tal constatação ajuda a entender em parte a razão de um percentual considerável dos entrevistados não estarem promovendo nem participando de projetos ligados ao Ensino, Pesquisa ou Extensão. Também revela um desequilíbrio entre os três eixos destacados. Essa constatação é relevante pois aponta possíveis distorções na distribuição do plano de trabalho docente, o que repercute carga horária do mesmo.

Na composição do plano semestral de atividades docentes - PSAD está previsto uma variedade de atividades distribuídas entre ensino, pesquisa e extensão, atividades de gestão e representação institucional e de capacitação. Porém é fato que o ensino é a dimensão que compõe a grande fatia da rotina de atuação docente. No entanto, é necessário e desejável que, eventualmente o docente promova ou participe de outras atividades, pois os ganhos serão tanto para a instituição, para discentes, como para o próprio servidor, no que tange ao desenvolvimento pessoal e profissional. Mas conforme os dados, fica evidente o desafio de se conseguir realizar atividades para além do ensino.

Gráfico 12 - Distribuição da carga horária com o Ensino



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Quanto ao tempo de trabalho destinado à pesquisa, 27,8% responderam que não destinaram carga horária para a mesma, enquanto que 22% dos entrevistados afirmaram ter menos de 10% apenas. Já 33,3% tiveram uma média entre 11% e 20%,

e 16,7% entre 21% e 40% de carga horária voltada à pesquisa. Não houve participantes com carga horária acima de 41%, conforme apresenta o gráfico 13.

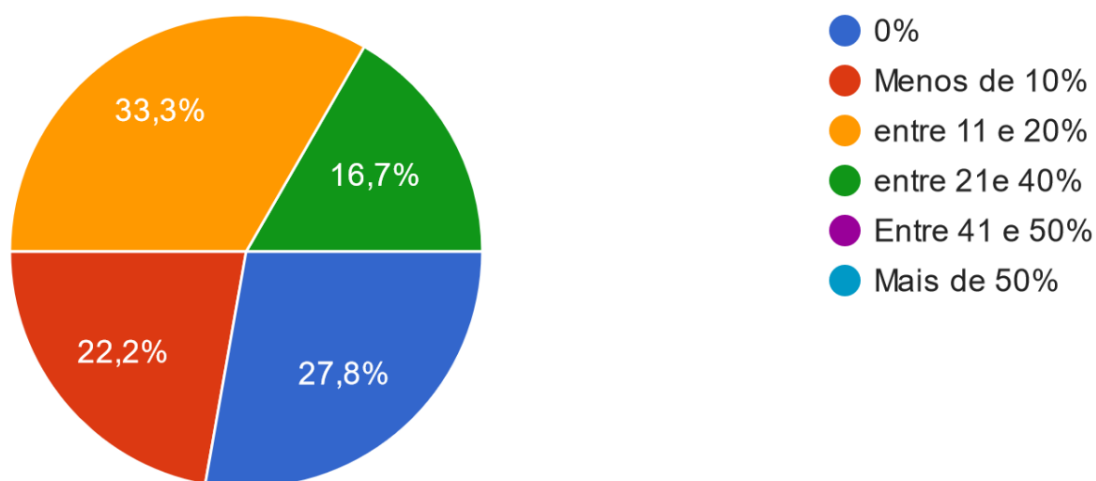
Os dados obtidos revelam que quase um terço dos docentes entrevistados (27,8%), não estão realizando atividades voltadas à pesquisa, e que cerca de apenas 16% estão destinando a carga horária máxima para esta finalidade. Este desequilíbrio, é em grande medida, agravado pelo excesso demandado pelo eixo do Ensino, uma vez que a resolução normativa do CONSUP/OSUPCOL/REI/IF N° 173, estabelece expressamente o mínimo de 14h exclusivamente dedicadas à regência de aulas, e limita o docente a coordenar apenas um projeto de pesquisa ou extensão por semestre. Acrescentando-se o percentual de paridade prevista para a regência de aulas, soma-se 28h dedicadas apenas para um aspecto do Ensino.

Em síntese, cada professor do campus deve destinar 70% de sua carga horária total às atividades diretamente ligadas à sala de aula, como ministrar diferentes disciplinas, planejar aulas, corrigir avaliações, estudar materiais acadêmicos, atender alunos, atuar em diversas modalidades de ensino e lecionar em distintos cursos, entre outras (Gomes, 2019).

Já as 12 horas restantes da carga horária precisam ser divididas entre atividades como participação em comissões, conselhos, colegiados, bancas e núcleos de pesquisa; orientação de trabalhos de conclusão de curso; e presença em reuniões administrativas e pedagógicas, entre outras obrigações.

Como consequência, essa sobrecarga de trabalho dedicada ao Ensino acaba desequilibrando e penalizando a atuação docente nos outros eixos institucionais, como a Pesquisa e a Extensão.

Gráfico 13 - Distribuição da carga horária com o Pesquisa

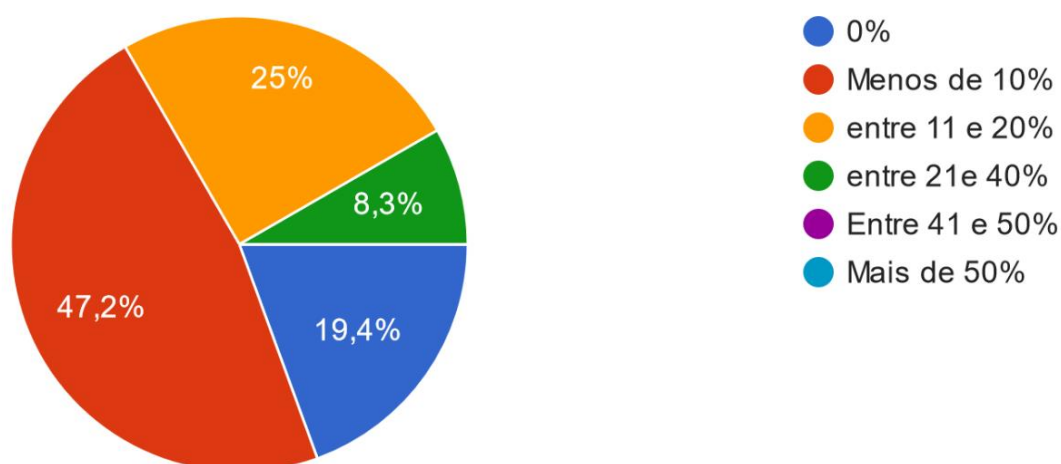


Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Sondados sobre a média de carga horária destinada à Extensão, 19,4% não tiveram carga horária voltada a essa finalidade, e cerca de metade (47,2%) possuíam menos de 10%. 25% dos entrevistados afirmaram ter tido entre 11% e 20%, de carga horária destinada à extensão, e apenas 8,3% entre os participantes tiveram o percentual entre 21 e 40%. De modo semelhante à pergunta anterior não houve participantes da pesquisa com carga horária acima de 41%, segundo representado no gráfico 14.

Mais uma vez constata-se um percentual relativamente baixo nas três dimensões como já sinalizado em inferências anteriores. Isto só reafirma o desequilíbrio entre a distribuição do plano de atividades docente, destacando a maior concentração do plano de atividades destinadas à dimensão ensino, especificamente sob a forma de regência em sala de aula.

Gráfico 14 - Distribuição da carga horária para a Extensão



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Mais uma vez evoca-se as discrepâncias na distribuição das atividades docentes, incorrendo, como já mencionado, nos afazeres de sala de aula. Mas como já foi amplamente explicitado ao longo do trabalho, a missão e a função social são mais fortemente atingidas quando a instituição avança para além dos seus muros, aproximando-se da sua comunidade externa. E de acordo com Bastos, et al (2020) a pesquisa e a extensão são os vetores institucionais mais capazes de estabelecer esta aproximação desejada e definida nos moldes da lei 11.982/2008.

Sobre a questão da ausência de harmonia entre as dimensões mencionadas em decorrência das inúmeras funções desempenhadas pelos docentes do Campus Corrente, as palavras de Pachane (2015), conseguem captar a realidade e o sentimento presente nos docentes:

[...] essa quantidade de atividades que temos que desenvolver está se tornando algo tão comum hoje, que se podemos falar de tripé no que respeito ao que caracteriza a natureza da instituição universitária, no que diz respeito às funções desenvolvidas pelo professor, a imagem que dela mais se aproxima, ao meu modo de ver, é a de uma centopeia... E aí, então eu me pergunto: onde fomos preparados para exercer essa miríade de funções? Que formação tivemos para isso? (Pachane, 2015, p. 198).

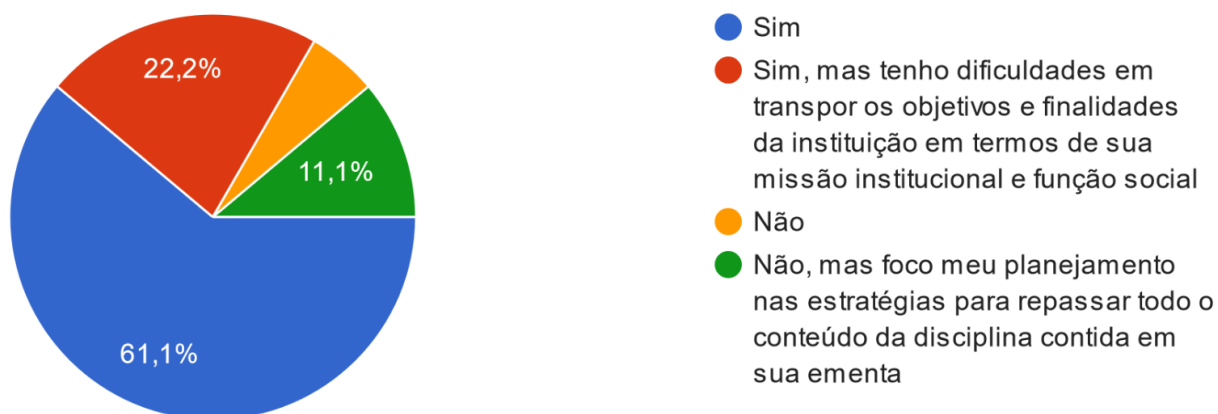
Adequação do plano de trabalho aos objetivos institucionais

Foi abordado também se o docente planeja e organiza seu plano de trabalho, tendo em mente os objetivos institucionais, isto é, sua missão e função social (gráfico 15). A maioria (61,1%) responderam plenamente que sim. No entanto, 22,2% relataram dificuldades em traduzir e incorporar os objetivos institucionais às suas atividades. Na sequência 11% afirmaram que em seu modo de trabalho focam apenas nos objetivos e estratégias das disciplinas e atividades sob sua responsabilidade. E somente 5,6% dos entrevistados afirmaram não associar os objetivos institucionais à sua prática docente.

Apesar da sinceridade e do percentual baixo, esta última categoria percentual suscita reflexões pertinentes, e que estão diretamente relacionadas ao objeto de pesquisa deste trabalho. Uma vez que se busca verificar como a instituição, a partir daqueles que diretamente produzem e disseminam conhecimento, quando não incorporam nem reproduzem em suas respectivas práticas os objetivos e a proposta institucional, os riscos de haver desvios são expandidos.

Quanto àqueles que estão alinhados com o propósito institucional e aos que alegaram dificuldades para fazer essa adaptação, cabe à instituição o dever de orientar seus docentes com vista à superação desses impasses, e aproveitar para difundir entre seus pares a importância de se ter um corpo de profissionais conscientes do seu papel transformador e que alinham sua prática diária à missão institucional.

Gráfico 15 - Adequação do plano de trabalho aos objetivos institucionais



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

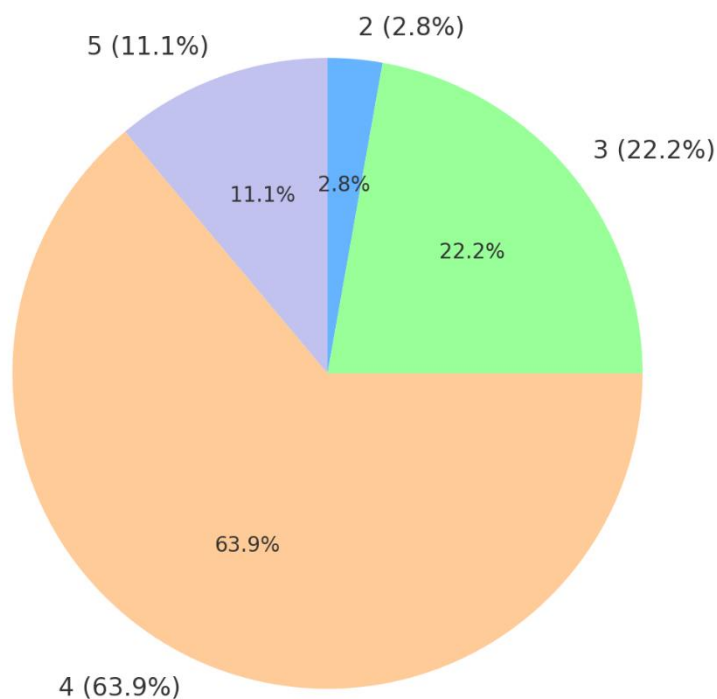
Contribuição docente para o desenvolvimento socioeconômico local

Outra pergunta fazia menção ao modo como o próprio docente avalia sua participação/contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local. Esta indagação objetivava provocar nos entrevistados uma reflexão sobre sua atuação, levando-os olharem para além dos muros institucionais conforme expresso no gráfico 16. Numa escala de 1 a 5 a maioria se posicionou entre as notas 4 e 5 (75%), apontando para um bom nível de reconhecimento da relevância do seu próprio trabalho.

Já outros 22,2% se posicionaram de forma neutra, atribuindo nota 3 ao seu desempenho nos moldes da pergunta. No entanto, uma pequena parcela (2,8%) conferiu nota 1, testemunhando que não consideram, no momento que responderam ao questionário, que sua participação pouco contribui com o desenvolvimento local. As respostas coletadas em geral indicam que a maioria dos docentes consideram relevante sua atuação no campus, alinhando-se com o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento local.

Boa parte também está consciente do valor do seu trabalho, primeiramente na vida do alunado e conseqüentemente na sociedade como um todo. Até mesmo aqueles que atribuíram uma nota baixa ainda não estão despertos para o impacto da sua atuação, seja a curto, médio ou a longo prazo. No entanto, tal consciência é um passo primordial para se buscar novas ações que produzam no docente o sentimento de adequação ao propósito maior institucional.

Gráfico 16 - Contribuição docente para o desenvolvimento socioeconômico local



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Missão, visão, valores e função social

A última pergunta procurou captar o modo como o docente avaliava o seu grau de conhecimento sobre a missão, visão, valores e a função social do IFPI. Constatou-se (gráfico 17) que a maioria considerou como tendo um “bom conhecimento”, seguido por “satisfatório”, superando o “excelente”. Na sequência aparece o “insatisfatório” e houve participantes que afirmaram possuir uma percepção “bastante insatisfatória”.

Mais uma vez nota-se uma deficiência no que tange aos pilares institucionais, e essa carência precisa ser reconhecida e tratada pela instituição buscando promover entre a comunidade docente, cada vez mais a difusão desses princípios institucionais, pois eles são elementares. Uma vez munidos e conscientes desse papel, é necessário subsidiar o professor para que este consiga desenvolver e incorporar esses valores ao seu trabalho diariamente.

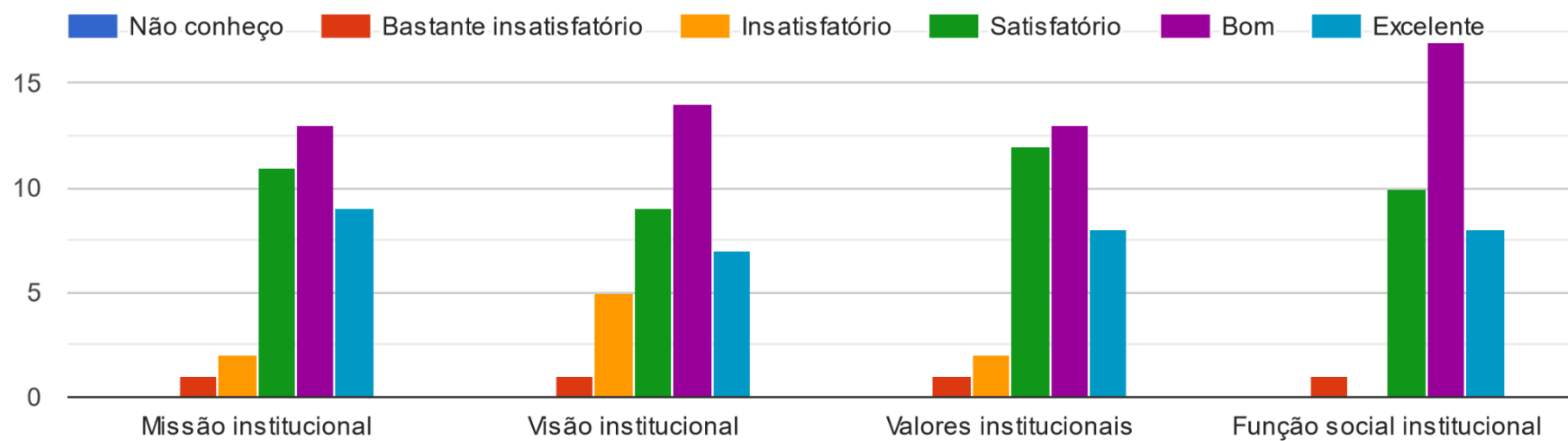
Quanto mais profissionais atuando conscientes do seu papel como educadores, compreendendo o propósito da instituição e sua capacidade de transformar vidas, a efetividade no trabalho tenderá a crescer.

Conhecer a missão, visão, valores e função social de uma instituição é fundamental para orientar suas ações e garantir que esteja alinhada com seus propósitos essenciais. A missão define o papel e o compromisso da organização com a sociedade, indicando sua razão de existir e os serviços oferecidos. A visão projeta os objetivos futuros, inspirando e motivando colaboradores na busca por metas compartilhadas (Chiavenato, 2014).

Os valores delineiam os princípios éticos que norteiam o comportamento organizacional. Já a função social expressa o impacto positivo que a instituição busca gerar na comunidade (Bastos, *et al.* 2020).

Conhecer esses elementos não apenas direciona as ações internas e externas, mas também fortalece a identidade institucional e promove um ambiente de trabalho mais engajado e coerente com os valores e propósitos da organização.

Gráfico 17 - Grau de conhecimento sobre os missão, visão, valores e função social



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.4 Questionário Direcionado aos Egressos

Os egressos desempenham um papel crucial para uma instituição de educação, pois são eles que materializam o impacto e a qualidade do ensino oferecido. Eles não apenas refletem os resultados do investimento em educação, mas também atuam como embaixadores da instituição, influenciando positivamente sua reputação e sua relação com a comunidade e o mercado de trabalho. Os egressos bem-sucedidos demonstram a eficácia do programa educacional do IFPI, validando sua missão de formar profissionais qualificados e cidadãos críticos e comprometidos com o desempenho de suas atribuições profissionais. Além disso, os feedbacks dos egressos fornecem informações valiosas para aprimorar continuamente os currículos, métodos de ensino e serviços oferecidos pela instituição.

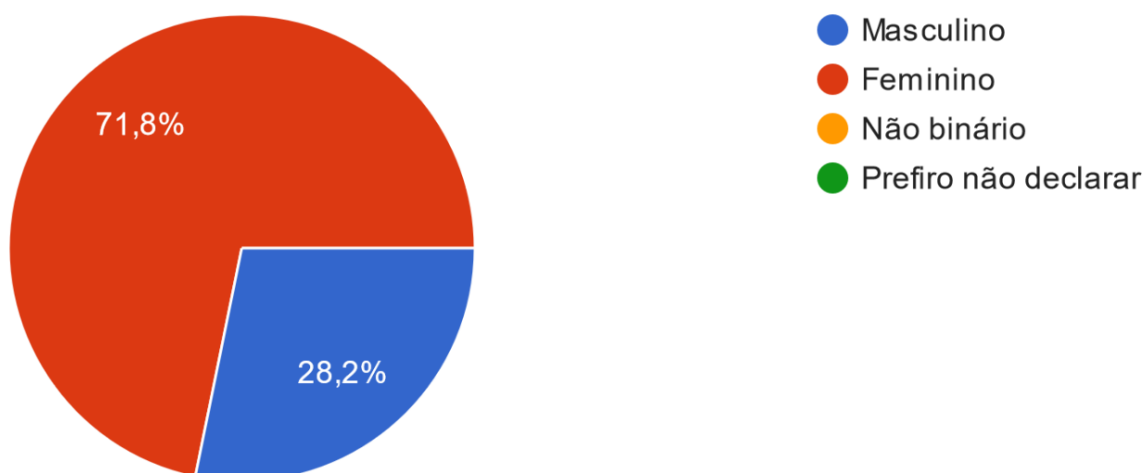
Portanto, cultivar uma relação positiva com os egressos, apoiando e monitorando suas trajetórias profissionais, é essencial para fortalecer a reputação e a excelência do IFPI no cenário educacional e no mercado de trabalho.

4.4.1 Caracterização dos participantes

Para melhor analisar e compreender o problema de pesquisa também foi realizado um questionário direcionado aos egressos. Nela participaram um total de 39 participantes, sendo todos do EMI que cursaram o curso técnico de administração no campus.

Entre os participantes, o sexo feminino obteve um percentual maior que o masculino, atingindo o percentual de 71,8%. Já os participantes do sexo masculino somaram-se 25% conforme gráfico 18.

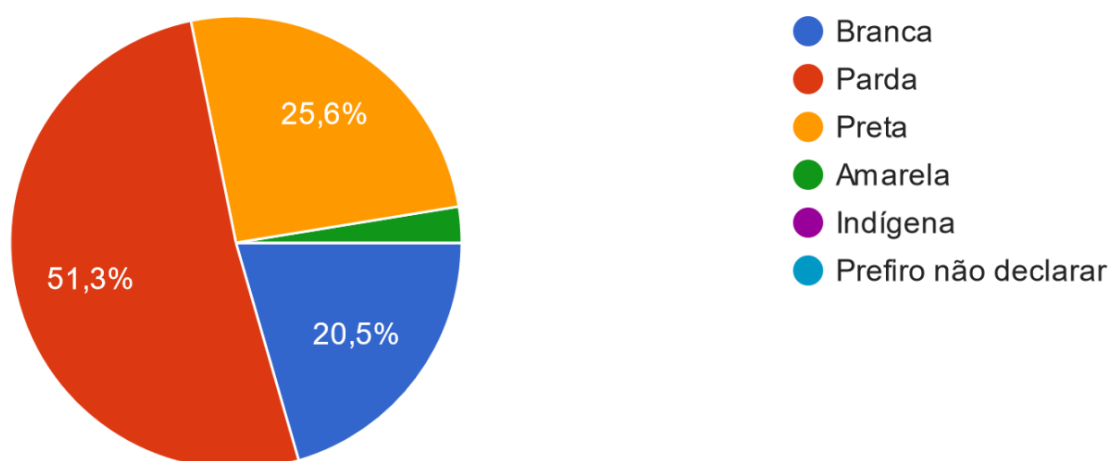
Gráfico 18 - Gênero dos participantes egressos



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Sobre a cor e raça entre os participantes da pesquisa, 51,3% se declararam pardos, seguidos de 25,6% que se consideram pretos e 20,5% como brancos, e apenas 2,6% de amarelos. Indígenas e aqueles que não se autodeclararam não pontuaram, conforme o gráfico 19.

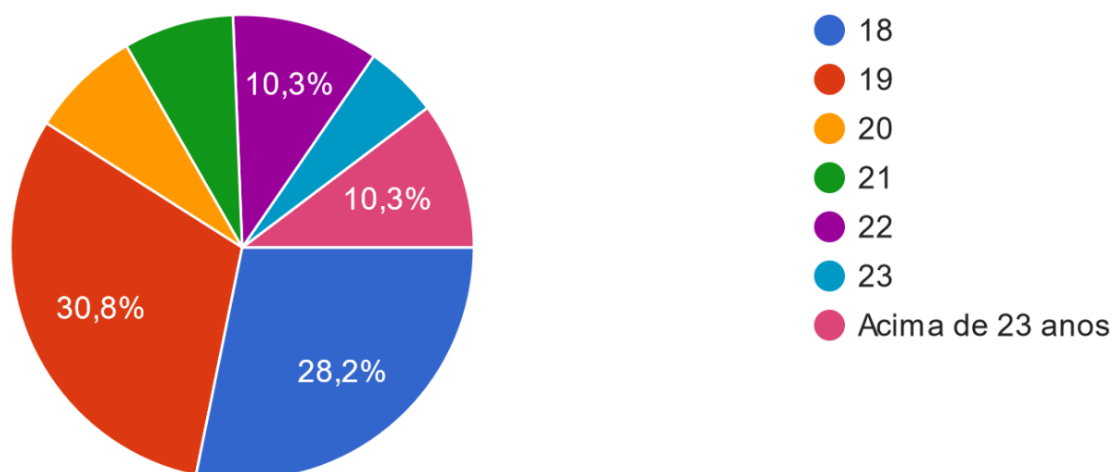
Gráfico 19 - Cor ou raça dos participantes egressos



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Todos os participantes eram maiores de idade conforme o gráfico 20. Entre os entrevistados, 28,2% tinham 18 anos e 30,8% 19 anos. Os participantes com 20 e 21 anos tiveram um percentual de 7,7% respectivamente, assim como aqueles com 22 e acima de 23 anos tiveram igualmente 10,3%.

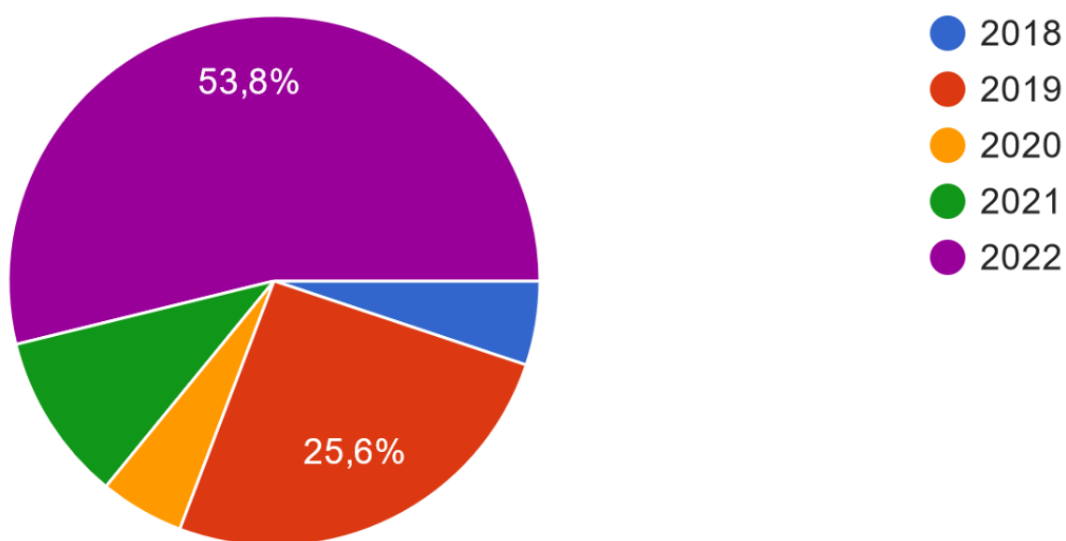
Gráfico 20 - Idade dos participantes egressos



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

De acordo com o gráfico 21, cerca de 53% concluíram o EMI no ano de 2022; 10,3% em 2021; 5,1% em 2020; 25,6% em 2019 e 5,1% em 2018. Devido ao contato mais recente com a instituição, percebe-se que mais da metade dos participantes concluíram em 2022, um ano após a aplicação da pesquisa.

Gráfico 21 - Ano de conclusão do EMI



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

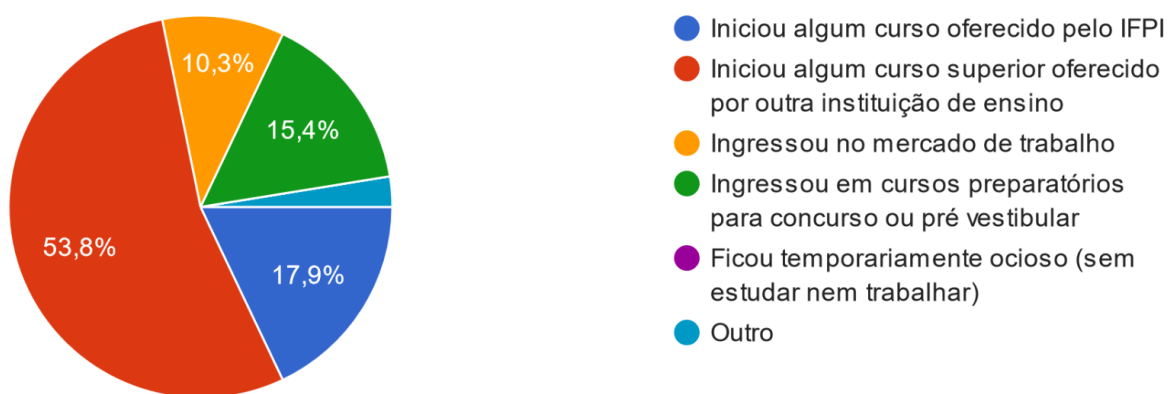
4.4.2 Destino após conclusão do EMI

Indagados sobre os caminhos percorridos por eles após a conclusão do EMI, 17,9% iniciaram algum dos cursos superiores oferecidos pela instituição, e um pouco mais da metade (cerca de 53%) deram continuidade aos estudos ingressando no Ensino Superior - ES oferecido por outra instituição. Cerca de 15% entraram em cursos preparatórios para o vestibular, enquanto que 10,3% adentraram ao mercado de trabalho. Somente 2% seguiram outro caminho não descrito especificamente nas opções (gráfico 22).

Se somados, os que ingressaram no Ensino Superior foram a grande maioria entre os participantes, alcançando mais de 60%. Vale destacar que nenhum dos participantes declararam ficar ociosos logo após o término do EMI. Isto mostra que há um entendimento e a crença de que o ES poderá criar futuras oportunidades, ampliando as chances de sucesso na busca pelos objetivos por eles almejados, e reconhece a necessidade de prosseguir no processo de escolarização para o ingresso no mundo do trabalho muito mais efetivo.

Também é possível presumir que parte dos que optaram por algum curso preparatório para o vestibular não conseguiram lograr êxito em alguma instituição de ensino superior na primeira tentativa através do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, seja pela concorrência, limitações geográficas ou por razões socioeconômicas, ou pessoais.

Gráfico 22 - Destino após conclusão do EMI



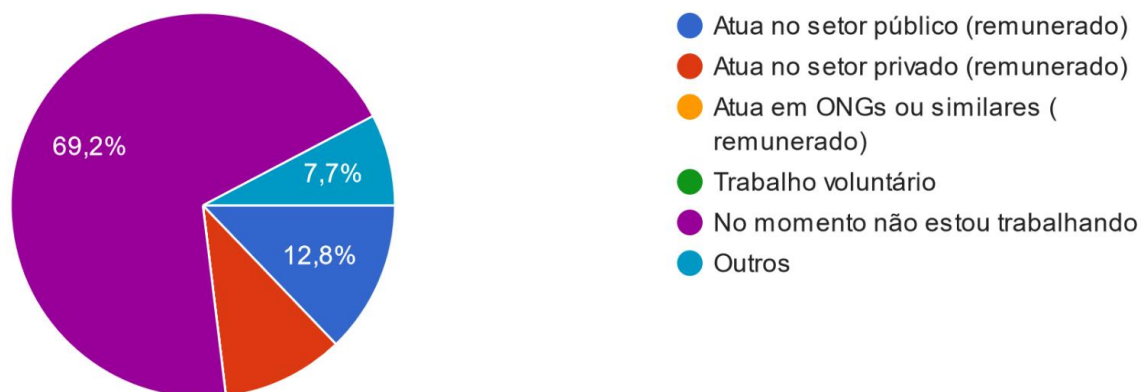
Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.3 Mundo do trabalho e ocupação profissional

Interpelados sobre a relação entre o mundo do trabalho e a ocupação atual, 69,2% declararam não estar exercendo nenhuma atividade remunerada. Dos restantes, cerca de 12% atuam no setor público, 10,3% no setor privado e 7,7% responderam “outros” (gráfico 23). As respostas revelam que a maior parte dos participantes não estão inseridos no mundo do trabalho e esta mesma faixa etária corresponde a uma parcela de membros da sociedade em plena idade ativa.

Uma possível justificativa se dá pelo fato de que cerca de metade dos participantes são compostos de recém egressos. Acrescentando as informações extraídas da pergunta anterior, pode-se inferir que boa parte dos que responderam não estar trabalhando, seja pelo fato de estarem apenas se dedicando integralmente aos estudos no momento.

Gráfico 23 - Mundo do trabalho e ocupação profissional



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.4 Situação atual

Ainda sobre essa mesma temática, foi perguntado sobre a alternativa que melhor expressa a situação atual. Neste sentido, mais da metade dos participantes alegaram estar cursando alguma graduação, seguidos por 26,6% à procura de emprego. Cerca de 10% permanecem trabalhando no setor público, e 2% no setor privado e 5,1% iniciaram alguma atividade empreendedora. Outros 2% estão envolvidos em alguma atividade não descrita (gráfico 24).

Os resultados das respostas confirmam a dúvida da pergunta anterior, constando que, de fato, mais da metade dos entrevistados deram continuidade aos estudos ingressando no Ensino Superior.

Outro ponto de reflexão é visualizado quando comparado o percentual daqueles que estão à procura de emprego com os que estão praticando o empreendedorismo. Por algum motivo eles estão preferindo buscar emprego no mercado de trabalho formal, do que desenvolverem alguma atividade empreendedora.

Seriam necessárias novas pesquisas para investigar em profundidade as razões por trás desse comportamento entre os egressos.

Gráfico 24 - Situação atual



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.5 Localização atual

Sobre a localização dos participantes da pesquisa, foi indagado sobre onde residem atualmente e 46,2% responderam estar morando na cidade de Corrente, 30,8% em algum outro Estado brasileiro, 12,8% em algum município a mais de 150 km de distância e 10,3% numa distância menor que a mesma já citada (gráfico 25). Complementando os dados dessa resposta com a questão anterior é possível verificar que boa parte dos que estão à procura de emprego residem na cidade, e que, por algum motivo, não estão sendo absorvidos pelo mercado.

Retomando aos princípios, características e objetivos institucionais, vê-se claramente que é papel dos IFs também atuar junto ao setor produtivo e dialogar com os setores socioprodutivos, fortalecendo e estabelecendo pontes na busca pelo seu desenvolvimento. Mas ressalta-se a necessidade de o campus romper as barreiras do comodismo e das limitações e avançar para além dos muros na busca por mitigar esse quadro. A instituição poderia aproximar-se do setor produtivo e empresarial, entender suas necessidades e no que for possível, estabelecer uma relação de parceria.

Essa aproximação pode ser percebida por muitos como desfavorável, sob a perspectiva de que a instituição, ao agir dessa maneira, está subserviente aos interesses do capital, promovendo predominantemente a formação de uma mão de

obra especializada, porém possivelmente desvinculada de uma consciência social mais ampla. Isso poderia resultar na inserção dos egressos em papéis que os limitam a meras engrenagens dentro do sistema socioeconômico.

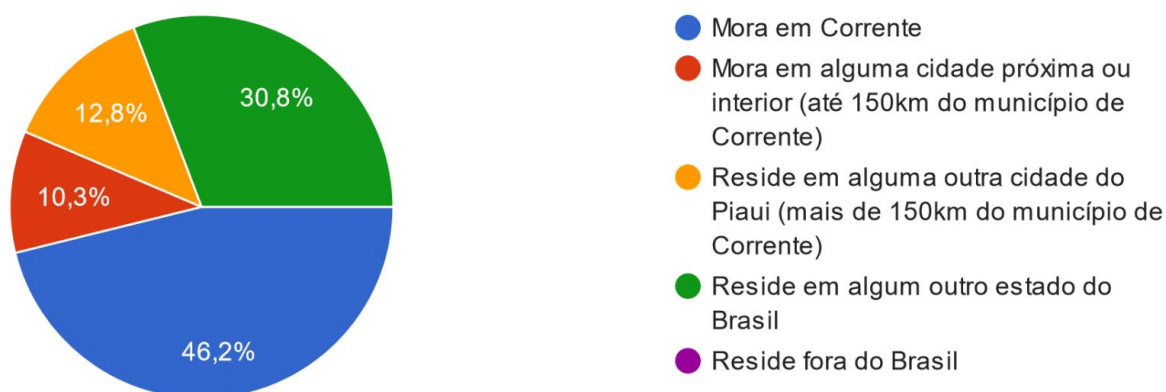
No entanto, é crucial enfatizar a liberdade intrínseca dos indivíduos, reconhecendo que a realidade se manifesta de forma desigual e injusta. Dessa forma, diante dessa condição, torna-se imperativo que façam escolhas, frequentemente limitadas pelas opções disponíveis a eles.

Nem todos desfrutam de ambientes familiares que lhes permitem apenas dedicar-se aos estudos sem necessidade de complementar a renda familiar com seu trabalho; muitos outros, por algum motivo, ficam impedidos de continuar seus estudos ou o trabalho, e assim, as realidades de vida de uma sociedade inteira são construídas.

O trabalho sempre fez parte da vida humana, sendo o que lhe atribui propósito em seu sentido ontológico (Saviani 2007). Sem o trabalho as condições de vida ficam limitadas aos subsídios do governo ou a entrada no submundo do crime.

É neste ponto que se constituem as características e os objetivos institucionais do IFPI, atuando para levar uma educação de excelência voltada a demandas sociais e o trabalho é sem dúvida uma delas. Neste aspecto, a instituição precisa velar pelo cumprimento de sua missão institucional com vistas a mudar a realidade daqueles que regularmente batem às portas da instituição à procura dessa educação transformadora que tanto é proclamada.

Gráfico 25 - Localização atual



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.6 Objetivos ao ingressar no campus

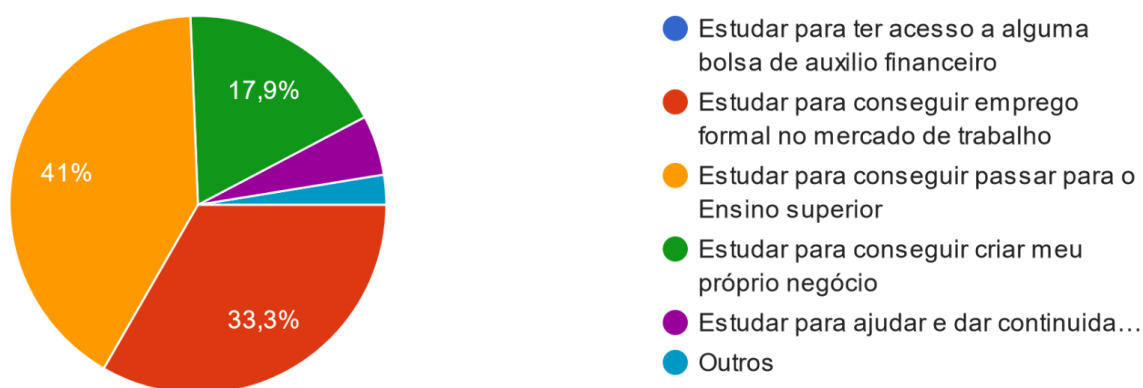
A busca pela qualificação e pelo aprimoramento contínuo reflete o desejo humano inato de crescimento e realização, bem como a necessidade de se adaptar às demandas de um mundo em constante mudança. As pessoas buscam se qualificar não apenas para garantir uma posição vantajosa no mundo trabalho, mas também para satisfazer sua curiosidade, seguir uma determinada carreira desejada, desenvolver seu potencial máximo e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Nesse aspecto, quando perguntados sobre quais eram os objetivos ao adentrar ao campus, 41% declararam ser o ingresso no Ensino Superior, enquanto que para 33% era de conseguir emprego no mercado formal. Outros 17% desejavam criar seu próprio negócio, e 5% tinham como objetivo dar continuidade aos negócios da família. Cerca de 2% apontaram ter outros objetivos (gráfico 26).

Observa-se que o percentual de participantes que, ao ingressar na instituição tinham como objetivo criar seu próprio negócio é quase três vezes maior se comparado com os que de fato estão empreendendo (gráfico 24), após a conclusão do curso.

É bem verdade que os objetivos e planos naturalmente são passíveis de sofrer alterações durante o percurso da vida, e neste caso, o surgimento de fatores limitantes podem ser os mais variados possíveis e um deles é a própria maturidade que, ao ser alcançada progressivamente, é capaz de modificar o pensamento e os planos do indivíduo. Neste sentido, a própria instituição tem potencial para alterar o modo de pensar, fazendo refletir, adiando-os ou até mesmo sobrepor-los com novos horizontes.

Gráfico 26 - Objetivos ao ingressar no campus



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

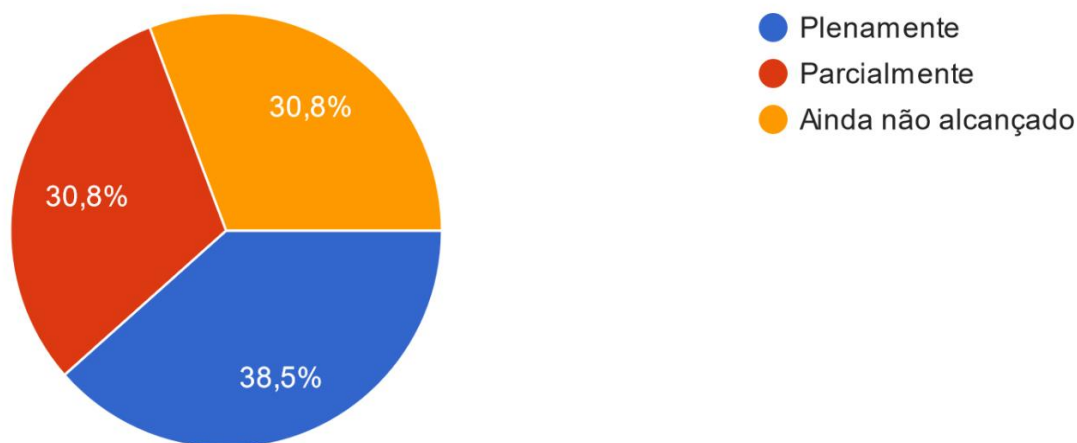
4.4.7 Objetivos alcançados

Interpelados sobre o alcance dos objetivos, 38,5% afirmaram ter alcançado plenamente, enquanto que cerca de 30% alcançaram apenas parcialmente e outros 30,8% declararam não ter ainda alcançado. As respostas indicam um equilíbrio entre as alternativas, porém é de se notar que cerca de um terço ainda não alcançou seus objetivos previamente estabelecidos (gráfico 27).

Quando analisado junto à alternativa anterior, percebe-se que a maioria desejava ingressar no ensino superior. Neste caso, pode-se presumir que uma parcela dos participantes que não adentraram ao ensino superior nem conseguiram um emprego formal, estejam tentando realizar seu objetivo, ingressando no ensino superior, na graduação de sua preferência. Se as inferências forem em parte verdadeiras, é necessário investigar quais cursos estes alunos desejam, uma vez que, nos últimos vestibulares promovidos pelo campus tem havido excesso de vagas com certa frequência entre as licenciaturas ofertadas pelo campus.

A título de exemplificação o edital de reopção do vestibular 2024.1, demonstra o quantitativo de vagas a serem preenchidas via chamada pública por falta de inscritos.²

Gráfico 27 - Objetivos alcançados



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.8 Atuação docente

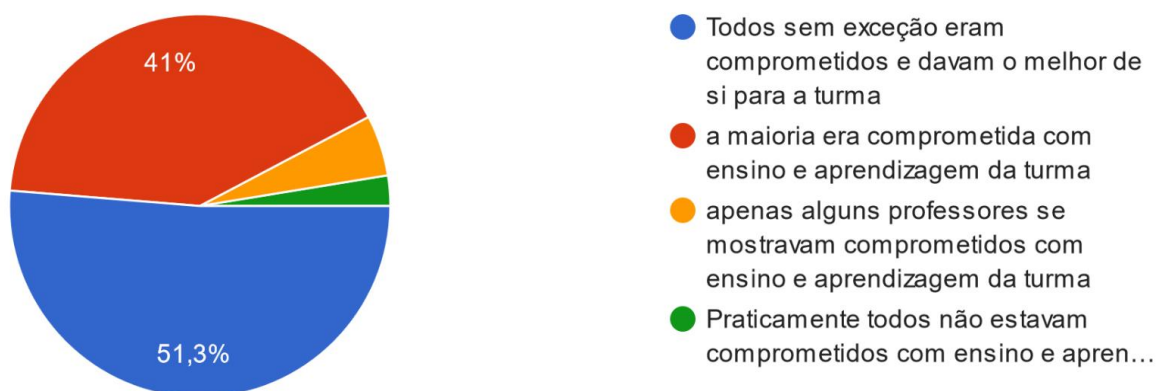
Em relação à forma como cada professor conduzia sua atividade docente, a maioria (51,3%) foram categóricos em declarar que todos os docentes sem exceção eram comprometidos em suas atribuições. Já para 41%, apenas a maioria demonstrava comprometimento. Para 5,1% apenas alguns eram realmente comprometidos, e para cerca de 2% revelaram que a grande maioria eram negligentes em suas funções (gráfico 28).

Apesar de haver uma minoria que expressou uma opinião negativa, a imensa maioria (92,1%) demonstraram contentamento com o modo como os docentes atuaram ao longo do curso. Se acrescentarmos que a média de disciplinas por ano varia entre 15 e até 20 disciplinas por ano (versão antiga dos PPCs com disciplinas

²Campus Corrente divulga preliminar de reopção do Vestibular disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/corrente/noticias/corrente-divulga-preliminar-de-reopcao-do-vestibular>. Acesso em: 12 fev 2024.

anuais), esses números são de fato muito positivos e sinalizam que há um excelente nível de profissionalismo entre os docentes do campus.

Gráfico 28 - Atuação docente



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Interpelados a respeito de quais atividades promovidas pelo campus eles participaram ao longo do curso (gráfico 29), 84,6% apontaram para eventos institucionais, seguidos de atividades culturais 74,4%, e atividades esportivas 61,5%. Projetos de ensino somaram 41%, projetos de pesquisa 28,2%, projetos de extensão e aulas de campo tiveram 20,5% respectivamente e visitas técnicas totalizaram 12,8%.

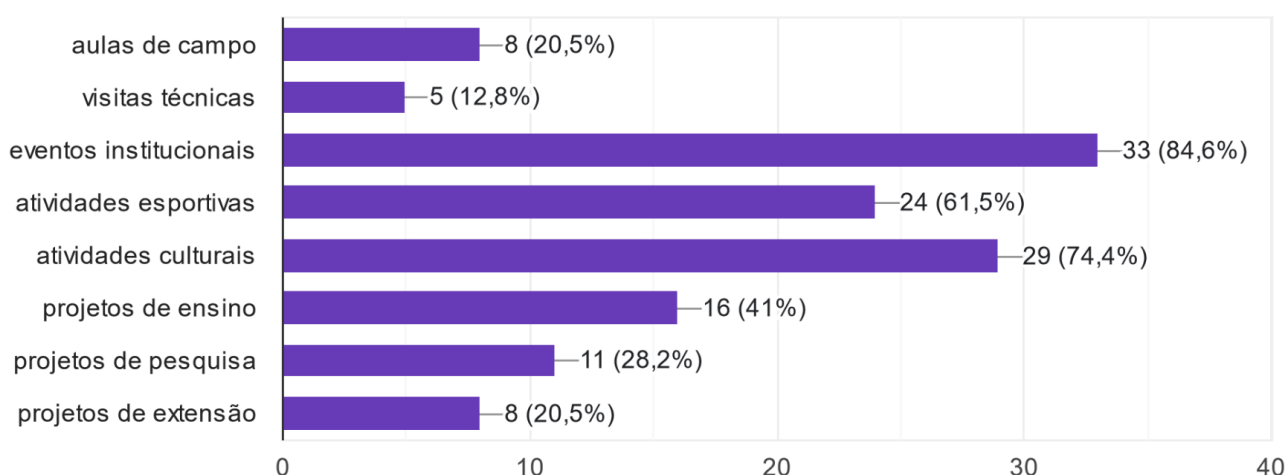
As respostas indicam que o campus tem proporcionado múltiplas atividades complementares para os alunos, e parte delas geram benefícios financeiros para eles, como bolsas de iniciação científica, bolsa atleta, visitas técnicas sempre custeadas com recursos oriundos da assistência estudantil, além de outros como ônibus circular, duas refeições diárias, dentre outros.

Tudo isso vai ao encontro do tema central desta pesquisa, e sinaliza que por meio dessas iniciativas o campus demonstra estar cumprindo sua missão institucional e função social, transformando e impactando vidas através da educação de excelência voltada às demandas sociais.

Participar dessas atividades promove o desenvolvimento não apenas intelectual, mas de um modo muito mais amplo e modificando-os preparando-os para a vida em sociedade. Isso é muito mais relevante do que um mero treinamento alienado ou uma instrumentalização adaptada para o mercado, mas uma transformação de corpo e mente, fazendo-os pensarem como cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

É para esta finalidade que a Rede Federal foi criada, e ela através de suas unidades espalhadas em todo o território nacional não deve perder o foco deste objetivo. Antes deve torná-lo uma realidade cada vez mais presente no ideal de cada servidor que faz parte dessa rede.

Gráfico 29 - Ações proporcionadas pelo campus



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

4.4.9 Contribuições

A última pergunta foi inquirida, solicitando que os participantes da pesquisa descrevessem com as próprias palavras quais as contribuições que o IFPI trouxe para eles. Para retratar as respostas utilizou-se o método de representação gráfica, conhecido como nuvem de palavras, destacando a frequência delas entre as respostas coletadas. O resultado pode ser visto na figura 15.

A proposta deste estudo foi analisar o modo como o IFPI Campus Corrente está promovendo uma educação profissional técnica de nível médio, corroborando com sua missão e visão institucional, e objetivando atender sua função social onde está inserida, com vista ao desenvolvimento local.

No entanto, é essencial contextualizar um pouco melhor a instituição dentro do seu contexto local. Para tanto, foi necessário verificar junto aos órgãos estatísticos para verificar com maior nitidez o impacto local regional da instituição.

4.5.1 Dados internos

Analisando os dados do IFPI campus Corrente, é possível encontrar indicadores que exibem o desempenho do campus. Primeiramente deve-se destacar o crescimento que a instituição teve ao longo de seus 14 anos de existência.

A primeira oferta inicial foram (03) três cursos distribuídos em (05) cinco turmas, compreendendo turmas de ensino técnico integrado ao médio, concomitante/subsequente e licenciatura. Os cursos ofertados eram informática, agronegócio e matemática, totalizando 200 vagas disponíveis.

Já em 2023, o campus dobrou sua oferta, disponibilizando um total de 420 vagas, e para 2024 a previsão é que sejam oferecidas 460 vagas até o final do ano, com a oferta de mais 40 vagas para o curso técnico em agropecuária na modalidade concomitante/subsequente.

Não apenas a oferta de vagas aumentou como também novos cursos passaram a ser ofertados pelo campus. Atualmente o campus oferece 04 cursos técnicos integrados ao médio, bem consolidados e também turmas na modalidade concomitante/subsequente, 05 cursos superiores e uma Especialização em Estudos Geoambientais e Licenciamento. No apêndice VI é possível ver a comparação entre a situação de oferta de vagas em 2010 e a sua configuração atual.

E para o ano de 2024, o campus já deu início ao projeto que tem por objetivo, a oferta de um programa de Mestrado em Educação, com previsão para o segundo semestre, em parceria com a UESPI. Se a proposta se consolidar, a previsão é

finalizar o ano com quase 500 vagas ofertadas, o maior número já registrado pelo campus desde o seu início.

O campus também possui o segundo maior número de discentes matriculados no Ensino Médio do Estado, ficando atrás apenas da capital Teresina. Em números reais, dos 1154 alunos atualmente matriculados, 584 estão apenas no EMI. Com esse número, o campus ultrapassa a meta instituída na sua lei de criação, Lei nº 11.892, que estipula no mínimo 50% do total das ofertas de vagas exclusivamente para o Ensino Médio, possuindo 50,6% de seus alunos no EMI.

No espaço que abrange a primeira oferta do campus até os dias atuais, o campus registra um total de 5.964 matrículas, gerando uma média de mais de 400 por ano. Esses números descrevem uma consolidação forte na região, agregando não apenas estudantes da cidade, mas também das cidades vizinhas como também de outros Estados, como é o caso de alunos oriundos de Formosa do Rio Preto - BA.

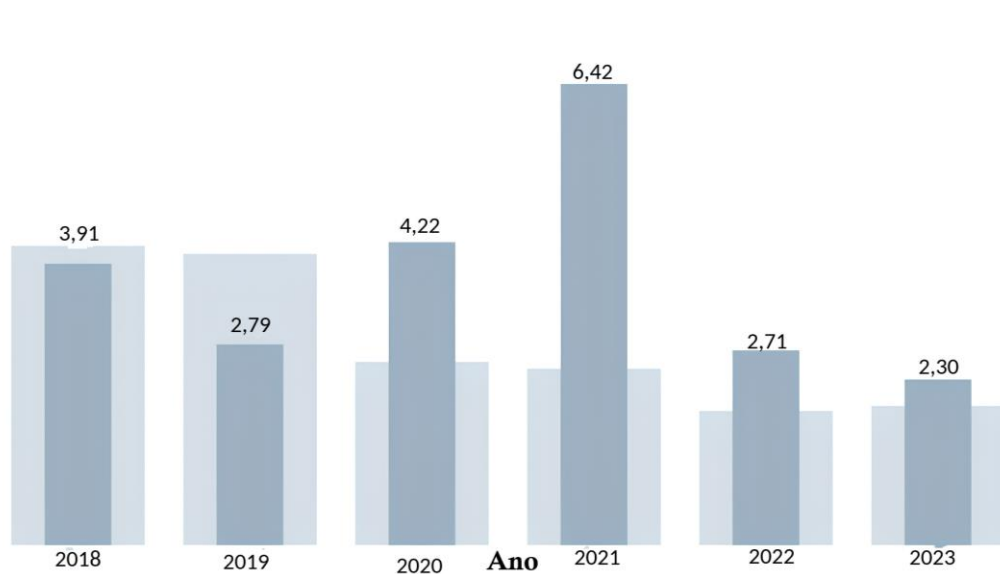
A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um importante instrumento de política pública que reflete a transparência e governança da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), contendo indicadores relacionados aos resultados obtidos pelas instituições de Ensino federais (Prado, *et al.* 2022).

Por meio desta plataforma é possível acompanhar de modo detalhado e obter informações que permitam um melhor monitoramento e avaliação da Rede Federal de Ensino.

Um dos aspectos responsáveis pela consolidação do campus é a demanda efetiva na cidade e região, expressada na Plataforma Nilo Peçanha - PNP na relação entre o número de vagas ofertadas e os inscritos, que no último ano, (2023), teve no geral uma média de 2,30 (figura 16).

No gráfico também é possível verificar que, mesmo com essa relação diminuindo ao longo da série histórica, nos últimos quatro anos, a média do campus foi superior ao índice da Rede no Estado.

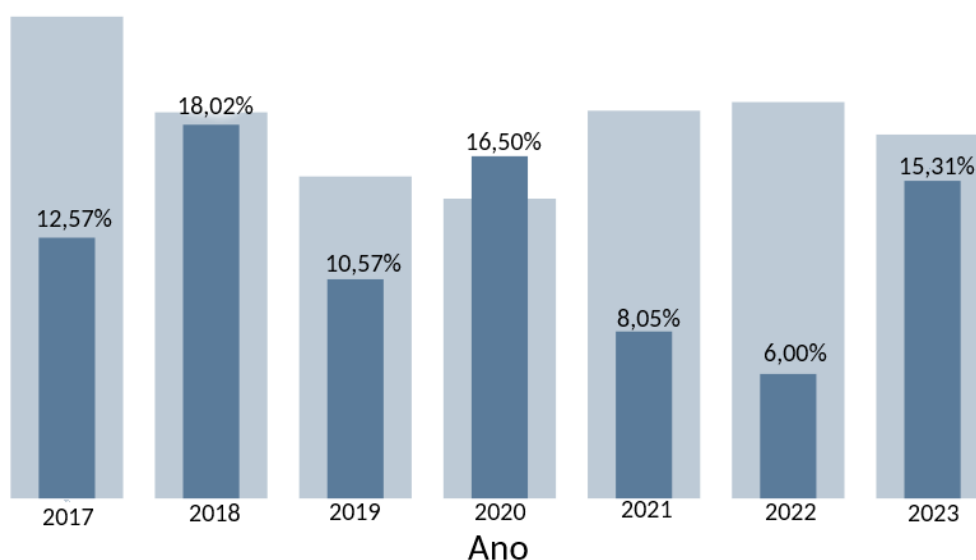
Figura 16 - Relação vagas/inscritos - 2017 a 2023



Fonte: PNP, (2024)

Outro fator importante a ser verificado é a taxa de evasão, e neste aspecto o campus também apresenta resultados superiores à média geral do IFPI, de acordo com a figura 17.

Figura 17 - Taxa de evasão - 2017 a 2023



Fonte: PNP, (2024)

Mesmo com os dados apresentados nesta pesquisa, ainda se percebe a carência de dados que apontem para uma melhor avaliação da instituição de ensino presente neste estudo. Os dados locais não conseguem demonstrar com clareza objetividade os reais efeitos da sua presença e conseqüentemente da sua relevância local.

Há, portanto, a necessidade de uma unidade interna que se dedique periodicamente ao levantamento de microdados que, por sua vez, possam subsidiar pesquisas e cooperem na melhor avaliação do desempenho institucional.

A título de exemplificação, a instituição poderia dispor de uma Plataforma de monitoramento de egressos na qual poderia ser obtido as seguintes informações:

- Renda média
- Áreas de ocupação no mercado de trabalho
- Atividade empreendedora (Empreendedorismo e inovação)
- Taxa de inserção no mundo do trabalho
- Taxa de Imigração e retenção local

Essas informações, somadas às demais obtidas pelos órgãos responsáveis por realizar pesquisas periódicas, seriam suficientes para se chegar ao resultado mais fidedigno e condizente com a realidade. E a partir dos resultados encontrados, propor ações estratégicas, sejam de intervenção ou de fortalecimento de práticas, que visem escalar os resultados positivos, aumentando assim a relevância e o impacto da instituição na comunidade local.

4.5.2 Dados externos

Partindo agora para analisar outros dados externos, o IBGE fornece algumas informações que podem ajudar a verificar a efetividade da instituição e seus impactos na cidade e região. Segundo dados divulgados no último censo pelo IBGE, o município de Corrente obteve um crescimento no número de habitantes acima da média para a microrregião.

Compondo a microrregião das chapadas do extremo sul do Piauí com outros oito municípios, Corrente teve um crescimento populacional de 7,39%, atingindo um total de 27.278 habitantes, se comparado com o censo de 2010 que era de 25.407, conforme anexo A.

Se comparado com os municípios que integram a mesorregião da chapada das mangabeiras, que possui cerca de 62 municípios, apenas Bom Jesus, Baixa grande do Ribeiro, Uruçuí e Floriano, alcançaram maiores taxas de crescimento. Os três primeiros foram impulsionados amplamente pelo agronegócio pujante na região, e a última, pela localização geográfica, consagrando-se como um polo local propício à imigração.

Considerando apenas a parte denominada de Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Corrente foi a cidade que mais cresceu em população ficando com o dobro da média entre as outras (09) nove cidades incluídas.

Nos anexos B e C é possível visualizar o mapa da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras, bem como o da Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense, respectivamente.

É comum cidades interioranas sofrerem com altas taxas de emigração e uma das causas que impulsiona esse êxodo é a busca pela formação educacional, caracterizada pela continuação da carreira acadêmica. Neste contexto, um dos fatores que provoca aumento na população é a imigração. Para tanto, a inauguração do IFPI na cidade em 2010, certamente pode ser considerada como um dos fatores que contribuíram para esse crescimento, e paralelamente, também fortaleceu a retenção e permanência de seus habitantes.

Alguns outros índices também apontam para o crescimento municipal ao longo da última década. Na imagem abaixo verifica-se um crescimento escalável tanto na arrecadação de impostos quanto no volume de crescimento da atividade econômica local, saltando de pouco mais de R\$ 10 milhões em 2010 para quase R\$ 70 milhões em 2021 como mostram a imagem no anexo D:

A renda per capita é considerado um dos importantes indicadores de desenvolvimento socioeconômico tanto de um país como de uma região, e é utilizado pelos países que compõem o G20, (Leite *et al.* 2009). Neste aspecto, o município

obteve aumento expressivo de mais de 400%, saindo de pouco mais de R\$6.000,00 para acima de R\$25.000,00, em 2021, conforme consta no anexo E.

Em termos práticos significa que, mesmo com as diferenças e desigualdades, ainda sinaliza um aumento na atividade econômica local, o que por sua vez reflete na melhoria do poder de compra da população, que conseqüentemente acarreta na geração de mais empregos, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Quanto ao mercado formal, pode-se perceber, no geral, um crescimento na oferta de empregos em todos os setores que abrangem a economia local nos últimos cinco anos. Isso mostra que a economia local está em desenvolvimento e certamente o campus tem coparticipação nesses resultados, uma vez que há egressos, atuando nesse mercado, sejam pelas admissões quanto por meio do empreendedorismo praticado por eles.

Tabela 1 - Mercado de Trabalho Formal por Setores - Anos 2018 a 2022.

Período	Comércio	Serviços	Indústria	Construção Civil	Agropecuária	Total
2018	731	1351	109	9	98	2298
2019	764	1391	85	7	90	2337
2020	845	3171	136	4	79	4235
2021	852	1530	153	6	104	2645
2022	949	1929	199	198	114	3389

Fonte: Sebrae, (2024)

No aspecto educacional do município, a cidade vem apresentando avanços progressivos na média do Índice de Educação Básica - IDEB ao longo dos últimos anos, e na última avaliação apresentou nota 4,2 bem próxima do projetado para o mesmo ano, como se verifica no anexo F.

O campus, neste mesmo índice, obteve resultados superiores ao das outras instituições na esfera estadual nas disciplinas de português e matemática conforme os últimos dados informados pelo IDEB, localizado no anexo G.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Desde 2001, ao introduzir os mestrados profissionais, a Área de Ensino da CAPES estabeleceu a exigência de que cada dissertação fosse acompanhada por um material educacional, produto ou processo que pudesse ser aplicado no ambiente de trabalho do mestrando que atua como professor (CAPES, 2019). Está mesma área de Ensino define Produto Educacional como:

...o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado (CAPES, 2019 p 16).

Nesta perspectiva, o PE tem como finalidade responder a uma problemática ligada à prática profissional apresentada no projeto, com vistas na intervenção da realidade, podendo-se utilizar de vários instrumentos para esta finalidade, conforme é orientado pela CAPES.

O Produto Educacional (PE), deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (Rizzatti, *et al.* 2020).

Este PÉ é resultado de minha pesquisa no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT no IFB, sob a orientação da professora Dra. Keila Lima Sanches.

Conforme os tipos de PE selecionados e descritos pela CAPES o PE proposto neste trabalho se encaixa no “PTT 4 - Software/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros” (CAPES, 2019).

Para fins de esclarecimentos, a Área de Ensino da CAPES utiliza frequentemente tanto o termo “Produto Educacional PE,” quanto “Produção Técnica-Tecnológica (PTT)” para a para se referirem ao mesmo objeto estudado.

Neste caso, o PE desta dissertação refere-se à criação de uma plataforma de monitoramento e acompanhamento de egressos a ser implantado posteriormente no IFPI Campus Corrente.

Trata-se de uma plataforma virtual (ou *website*) chamado “Portal do Egresso”, localizado eletronicamente no endereço: (link de acesso), de acesso livre ao público, apesar de seu público-alvo ser os egressos do campus Corrente.

A motivação para desenvolver o portal de acompanhamento e monitoramento de egressos do IFPI surgiu como uma das respostas às lacunas percebidas durante a escrita desta dissertação de mestrado. Mesmo antes da pesquisa já se percebia, por meio dos relatos internos, a necessidade e a importância de se estabelecer uma conexão com os egressos da instituição e fortalecer os laços entre a instituição e seus ex-alunos, permitindo acompanhar suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Durante a execução essa necessidade se intensificou tornando-se o produto principal deste trabalho.

Este portal visa fornecer um meio para avaliar o impacto da formação oferecida pelo IFPI na vida dos egressos e coletar dados valiosos que possam orientar melhorias nos currículos e nas práticas pedagógicas futuras. Além disso, busca-se criar uma comunidade de ex-alunos que possam contribuir com a instituição através de feedbacks, oportunidades de networking e suporte aos alunos atuais.

Durante o desenvolvimento do portal, foi utilizada uma ampla gama de fontes de informação. Isso inclui benchmarking de portais semelhantes de outras instituições de ensino tanto públicas como privadas, pesquisas com especialistas em gestão de egressos, além da coleta de informações internas do IFPI, composta por docentes e técnicos administrativos, para garantir que o portal atenda às expectativas e necessidades da comunidade acadêmica.

Devido à complexidade e ausência de formação na área pelo pesquisador, foi necessário a colaboração de um docente na área das ciências da computação para a criação e desenvolvimento da plataforma sugerida.

Para assegurar que o portal seja eficaz e relevante, foi definido os requisitos e parâmetros:

- **Usabilidade:** O portal deve ser intuitivo e acessível, permitindo que egressos de todas as áreas e formações o utilizem facilmente.

- **Segurança:** Proteção dos dados dos egressos, garantindo privacidade e conformidade com leis de proteção de dados, como a LGPD.
- **Funcionalidades:** O portal oferecerá funcionalidades como perfis de egressos, fóruns de discussão, oportunidades de networking, e mecanismos de feedback para a instituição.
- **Interatividade:** Ferramentas para engajamento, como enquetes, newsletters, e notificações personalizadas.
- **Acessibilidade:** Compatibilidade com dispositivos móveis e adaptação para pessoas com deficiências.
- **Escalabilidade:** Capacidade de suportar um número crescente de usuários e integrar-se com outros sistemas do IFPI.

A prototipação do portal foi conduzida pelas seguintes etapas:

1. **Esboço Inicial:** Desenvolvimento de um script contendo as principais ideias, recursos e funcionalidades necessárias e desejáveis pelo pesquisador e colaboradores.
2. **Versão preliminar:** Criação de um protótipo funcional com as principais funcionalidades. Essa versão foi testada internamente com alguns membros do corpo docente do IFPI.
3. **Versão Beta:** Lançamento de uma versão de teste para um grupo selecionado de egressos. Feedback coletado para ajustes e melhorias.
4. **Versão oficial:** Com base nos comentários recebidos, a versão Beta será refinada e estará pronta para ser incorporada junto ao site oficial da instituição.

Por fim, o pesquisador compromete-se em realizar treinamento prático com a coordenação responsável pelo contato com os egressos e a disponibilização de um manual em formato e-book com o passo-a-passo desde a criação do login, até o carregamento de vídeos e imagens.

5.1 Concepção do produto educacional: *Portal do Egresso*

Ao fazer uma busca pelo sítio institucional do IFPI encontrou-se um link contendo um “portal do egresso” contendo entre os menus, os itens: Apresentação; política do egresso; plataforma Oportunidades; conte sua história e contatos. No entanto, não foi localizado nenhum espaço destinado à coleta de informações dos egressos como questionários ou algo semelhante.

Outro ponto controverso está na aba “conte sua história”, onde é disponibilizado um espaço para que o egresso possa se identificar e contar a sua história. No entanto, a única forma envio receber o relato dos egressos é por meio de texto, não sendo admitido outras formas como fotos ou vídeos. Um fato curioso é que até a presente data não há exposição de nenhum relato em nenhum lugar na plataforma. Não se sabe se é devido à ausência de adesão ou se, por algum motivo ainda não foi possível publicar os relatos. Uma última observação sobre o portal diz respeito a aba “plataforma oportunidades”. A mesma é uma estratégia eficaz, capaz de gerar engajamento e aproximação entre egressos e instituições privadas sob forma de alocação no mundo do trabalho.

Nela as empresas podem acessar e cadastrarem suas vagas de emprego ou estágio diretamente pelo portal. Porém as empresas que geralmente cadastram suas vagas estão situadas em Teresina, capital do Estado, restringindo os possíveis candidatos às vagas para egressos residentes na capital ou cidades circunvizinhas. Desta forma a página acaba por não atender todas as necessidades a nível de Estado.

De posse desta constatação, percebeu-se a necessidade de desenvolver e gerenciar um portal de egressos no próprio campus, de forma otimizada e descentralizada do portal existente.

Para isso foi feito um benchmarking em outras instituições públicas e privadas que possuíam plataforma de acompanhamento e monitoramento de egressos, com objetivo de gerar atração e maior engajamento dos egressos locais, adaptando funções adicionais, melhorando a comunicação visual e otimizando recursos e ideias já presentes no site oficial do IFPI.

Durante as pesquisas realizadas juntos aos sites oficiais de Universidades Públicas e Privadas e também dos Institutos Federais percebeu-se uma variedade de funcionalidades, propostas pelas instituições. A grande maioria apresenta uma

descrição do objetivo da página, seguido de um questionário para coletar as informações dos egressos.

Outros disponibilizam informações institucionais, ofertas de empregos; já outros foram mais criativos propondo espaços de memórias onde os egressos podem compartilhar depoimentos em vídeo, fotos e textos direcionados ao público como também para professores em especial. Abaixo estão elencadas todas as funcionalidades encontradas nos portais visitados.

- Coleta de dados
- Relatório de acompanhamento
- Envio de currículo
- Oportunidades de estágio e emprego
- Depoimentos
- Oferta de cursos
- Notícias e eventos
- Normativas
- Contato
- Cadastro de empresas
- Serviços úteis
- Painel de destaques
- Rede colaborativa
- Repositório
- Sala do egresso
- Trabalhe conosco
- Descontos exclusivos

No que se refere aos IFs, dos 38 Institutos Federais, apenas 13 possuem um portal destinado ao egresso em sua página oficial. Entende-se por portal do egresso um local que reúna temas relacionados ao egresso. Dentre esses temas destacam-se a pesquisa com os egressos, informações sobre oportunidades de estágio e emprego, eventos, relatórios de acompanhamento e demais informações pertinentes.

Após pesquisas feitas no *google*, foram listadas 30 instituições de ensino que possuem portal do egresso. O quadro 5 apresenta o resumo feito após realização de visita aos portais dessas instituições de ensino. Nele constam os assuntos contidos em cada portal pesquisado. Os links dos portais encontram-se no apêndice VII.

Vale destacar que em alguns portais disponibilizam poucas informações sobre egressos como questionário para levantamento de dados, e em outros, apenas a normativa que descreve a política programa de acompanhamento de egressos PAE adotado pela instituição. No entanto, não destina uma página apenas para tratar dos egressos e na maioria dos casos, o tema egresso é localizado junto às demais

informações destinadas ao eixo da extensão ou junto a informações acadêmicas. Estas ocorrências não foram consideradas no quadro 5.

Uma segunda observação necessária reside na carência de dados atualizados nesses portais. Por meio da pesquisa foi possível verificar funções que ainda não estão ativas, como também informações desatualizadas como relatórios, feedbacks, dentre outros.

Uma última observação necessária, diz respeito à existência de outros campus da Rede Federal que possuem espaço em suas páginas digitais dedicado aos egressos. É o caso do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho e o IFC – Campus Fraiburgo, onde ambos pertencem respectivamente ao Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Isso demonstra que é não apenas viável como necessário que os campi descentalizem essa estratégia e assumam o controle da mesma, aperfeiçoando-a de acordo com suas características e necessidades.

Quadro 5 - Funcionalidades presentes nos portais de egresso

Legenda: 1 - Coleta de dados 2 - Relatório de acompanhamento 3 – Descontos exclusivos 4 - Oportunidades de estágio e emprego 5 - Depoimentos 6 – Serviços úteis 7 - Oferta de cursos, notícias e eventos 8 - Normativas 9 - Contato 10 - Cadastro de empresas.										
Instituição de Ensino	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Instituto Federal Baiano								x	x	
Instituto Federal de Goiás	x	x		x	x			x	x	
Instituto Federal Goiano	x							x	x	
Instituto Federal do Maranhão		x		x				x		
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	x	x						x	x	

Instituto Federal da Paraíba	x				x		x	x		
Instituto Federal do Rio de Janeiro	x	x		x	x		x	x	x	
Instituto Federal Fluminense	x				x				x	
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	x			x	x		x		x	x
Instituto Federal Farroupilha	x			x			x	x	x	
Instituto federal do Piauí				x	x			x	x	x
Instituto Federal Catarinense	x	x		x			x	x	x	x
Instituto Federal de Sergipe				x	x		x			x
Universidade Federal do Pará	x	x		x	x		x		x	
Universidade Federal de Pernambuco		x			x				x	
Universidade Federal de Rondônia	x						x			
Universidade Federal de São Paulo	x						x			
Universidade Federal do Rio de Janeiro	x			x	x		x		x	
Universidade Federal do Espírito Santo	x	x		x			x	x	x	
Universidade Federal do Ceará	x	x		x	x		x		x	
Universidade Federal do Mato Grosso	x	x			x				x	

Universidade Católica de Brasília	x			x		x			x	
Universidade Estadual do Norte do Paraná	x	x							x	
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	x			x	x					
Faculdade Araguaia			x		x	x			x	
Faculdade FAMA	x			x	x		x	x	x	
Faculdade Santa Inês	x				x				x	
Faculdade Sinergia								x		
Faculdade de Medicina de Barbacena	x	x			x	x		x	x	
Ensino Superior Albert Sabin			x	x			x		x	

Fonte: Produzido pelo autor (2024).

Com base nessas informações iniciou-se a construção de um portal contendo os elementos que mais se fizeram presentes nos portais, além de outros dois elementos acrescentados vistos como igualmente úteis para conter junto ao portal. São eles:

Integração com as redes sociais dos egressos - No ato do cadastro dos egressos foi acrescentado a inserção dos perfis das redes sociais como *Instagram* e *Facebook*. Uma vez que as mídias sociais são um ambiente cada vez mais frequentado por todos, inclusive egressos, a possibilidade de integrar essas mídias junto ao portal pareceu ser bastante viável, dada a facilidade para localizar os mesmos rapidamente e com informações atualizadas.

Anexar currículo - Apesar de apenas uma instituição dentre as citadas possuírem essa possibilidade, percebe-se que pode ser uma importante estratégia

para gerar maior adesão ao portal por parte dos egressos, uma vez que, o cadastro no mesmo lhe permitirá disponibilizar seu currículo o que pode aumentar as chances de uma possível oportunidade de emprego.

Neste sentido, o Portal do egresso foi construído de modo a ter informações e ferramentas úteis e oferecer benefícios (divulgação de vagas de empregos, oportunidades diversas, eventos e cursos) voltados aos egressos da instituição, tendo em vista que não foram encontradas iniciativas específicas para esse público.

5.2 Apresentação do produto educacional: Portal do Egresso - IFPI Campus Corrente

O portal do egresso está disponível e pode ser acessado através do link: <http://www.egressos.rf.gd/?i=1>.

Inicialmente foi desenvolvido com 8 menus principais, porém após os questionários, foi acrescentado mais um menu, totalizando 9 menus a saber: (Início, Egressos, Dashboard, Eventos e Notícias, Cursos, Resolução normativa Acervo e Contato) conforme a figura 18 abaixo.

Figura 18 - Página inicial Portal do Egresso



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Nos menus “Egressos” e “Cursos” há outros submenus desenvolvidos para facilitar a navegação e a localização das informações contidas no portal. No menu “Egressos” encontram-se os submenus: “Cadastro”, “Mural de Egressos” e “Oportunidades de emprego”, conforme figura 19.

Figura 19 - Menu “Egressos”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Já no menu “Cursos” é possível acessar a página que contém informações sobre a oferta dos cursos oferecidos pelo campus, divididos em “cursos ofertados” e “formação continuada” (figura 20).

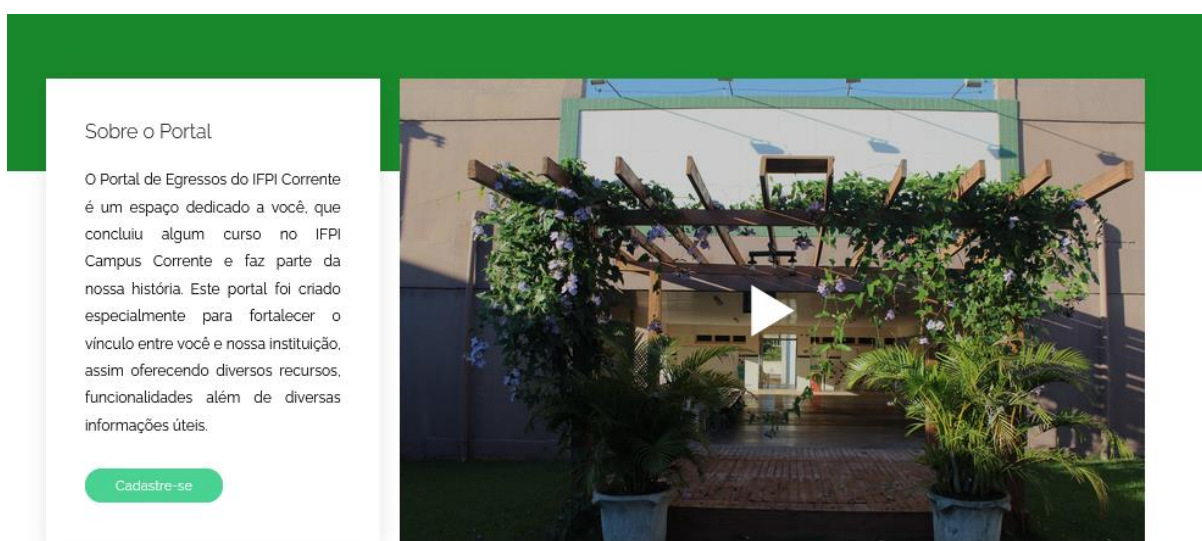
Figura 20 - Menu “Cursos”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

No menu inicial há uma mensagem de boas-vindas aos egressos visitantes e uma descrição clara e objetiva dos propósitos do portal, incluindo a promoção de interação, suporte e oportunidades de desenvolvimento profissional. Esta parte sublinha a importância do portal como um recurso valioso para a evolução contínua dos ex-alunos, proporcionando-lhes ferramentas e informações relevantes (figura 21).

Figura 21 - Mensagem de boas-vindas aos egressos



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Navegando pelos menus é possível encontrar o menu “notícias e eventos” (figura 22). Nele encontra-se um painel em que são apresentadas as últimas notícias e informações incluídas no portal.

Tanto as notícias e eventos divulgados no portal serão fruto primariamente dos acontecimentos internos em primeira mão, em formato original, mas também fará reportagens de notícias encontradas na página inicial do site oficial do campus (até que a página seja integrada ao site oficial do campus).

Figura 22 - Menu “Eventos e Notícias”

Eventos

RENTÉ

16 de agosto de 2024

VI Simpósio de Informática de Corrente (SINFCOR 2024)

[Acessar](#)

The banner features the RENTE logo on the left, a purple graphic with a circuit-like symbol, and text indicating the date and title of the event. A green button labeled 'Acessar' is positioned at the bottom right.

Notícias

18 de julho de 2024

Corrente tem culminância de Ciclo Extensionista na APAE

[Acessar](#)

The banner includes a photograph of a group of people, some wearing t-shirts with a pi symbol, on the left. The text on the right provides the date and title of the news item. A green button labeled 'Acessar' is located at the bottom right.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Ao descer a barra de rolagem da página, encontra-se em modo de exibição, os depoimentos dos egressos que preencheram o cadastro no portal. Esses depoimentos são acrescentados automaticamente, à medida em que são produzidos pelos mesmos (figura 23).

Figura 23 - Depoimentos dos egressos

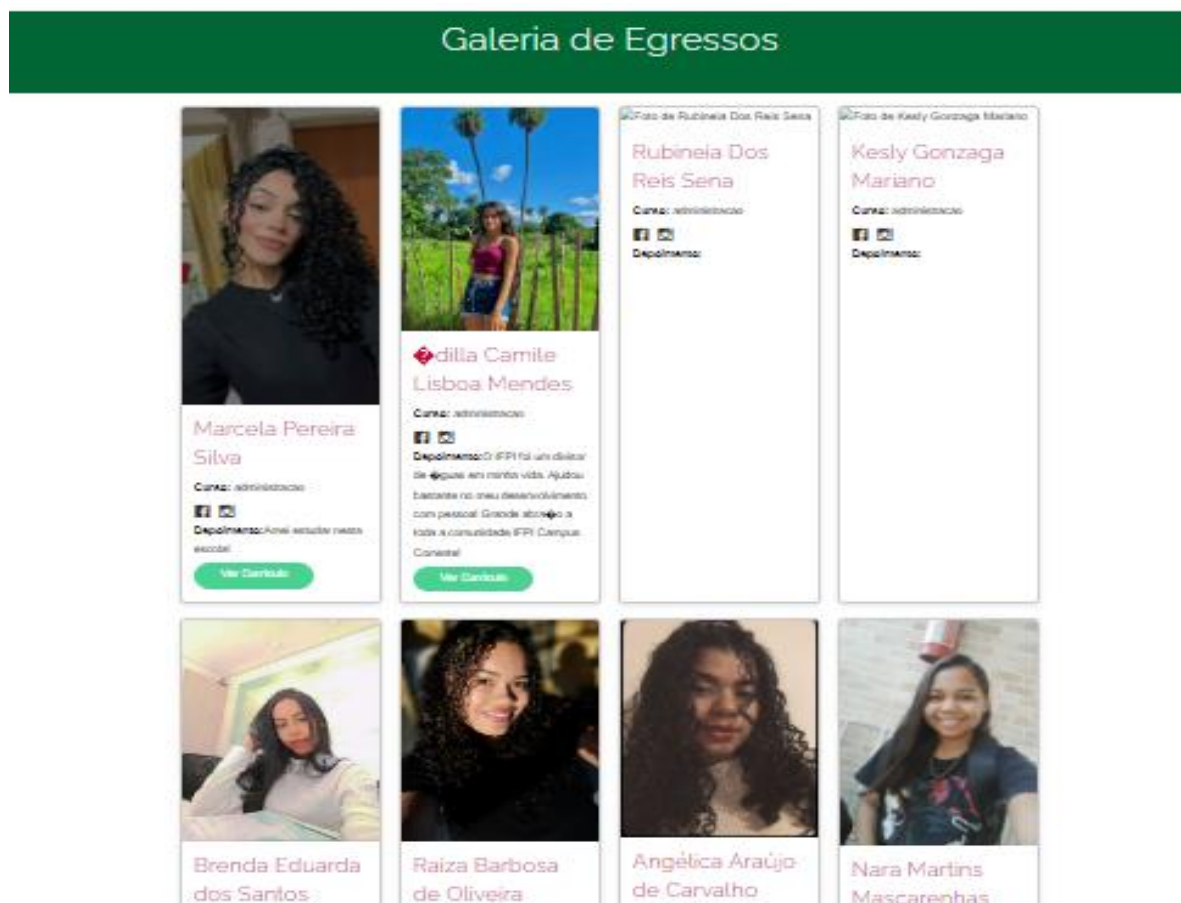


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Um dos destaques do portal encontra-se no cadastro a ser preenchido pelos egressos, onde, na primeira etapa do cadastro, poderão (caso queiram), fornecer os links de seus perfis nas redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*.

Logo após o cadastro os perfis são automaticamente expostos na aba “mural dos egressos” contendo a foto de perfil e os links para suas respectivas redes sociais. Essa estratégia visa localizar e até contactar os egressos, caso haja necessidade, uma vez que os mesmos fazem uso constante dessas mídias sociais (figura 24).

Figura 24 - “Mural dos Egressos”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Na próxima figura é possível visualizar o questionário para acompanhamento do egresso, contendo questões que permitirão ter uma visão mais detalhada do perfil do egresso da instituição (figura 25).

Dentre as principais perguntas destacam-se a localização atual, a situação acadêmica e quais contribuições foram proporcionadas pelo IFPI.

Por meio desse cadastro, o egresso pode informar ainda os dados de contato atuais, bem como informações sobre atuação profissional, caso esteja exercendo atividade profissional. O questionário completo encontra-se no apêndice VIII.

Figura 25 - Questionário de acompanhamento do egresso

Questionário de Acompanhamento de Egressos

Nome Completo:

Campus:
1. Qual é a sua idade?
2. Qual gênero você se identifica?
3. Onde você está morando atualmente?

Na mesma cidade da instituição (Corrente-PI)
 No interior (Zona rural)
 Em outra cidade do mesmo Estado
 Em outro Estado
 Em outro país

4. Qual é a sua situação atual?

Trabalhando em tempo integral (40h a 44h semanais)
 Trabalhando em tempo parcial (20h semanais)
 Desempregado(a), procurando emprego
 Estudando em tempo integral
 Estudando em tempo parcial
 Não trabalhando nem estudando

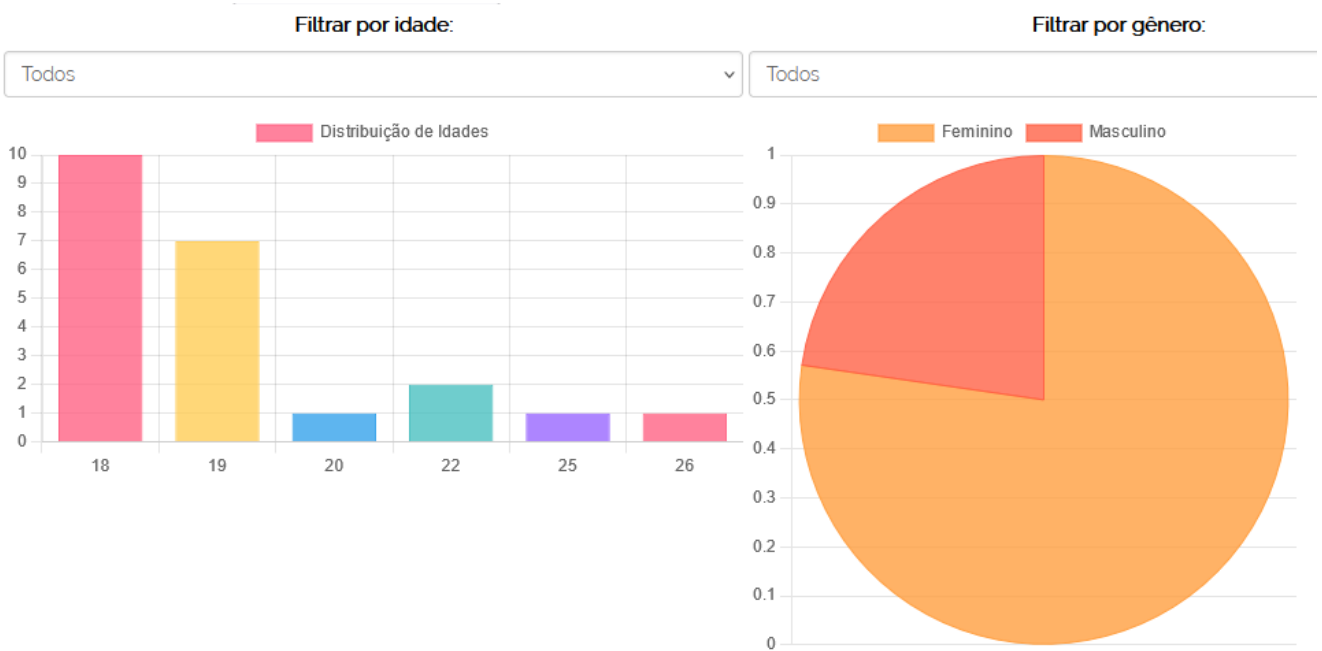
5. Se você estiver trabalhando, selecione todas as opções aplicáveis.

Setor privado
 Setor público
 Setor sem fins lucrativos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Outro destaque deste portal é a possibilidade de conversão em tempo real das respostas dos egressos em forma de gráficos. Conforme os egressos respondem ao questionário, as respostas alimentam um banco de dados que geram um dashboard que por sua vez permite feedbacks rápidos em relação ao acompanhamento e monitoramento do egresso. A figura 26 permite a visualização de como serão apresentadas as respostas dos ex-alunos.

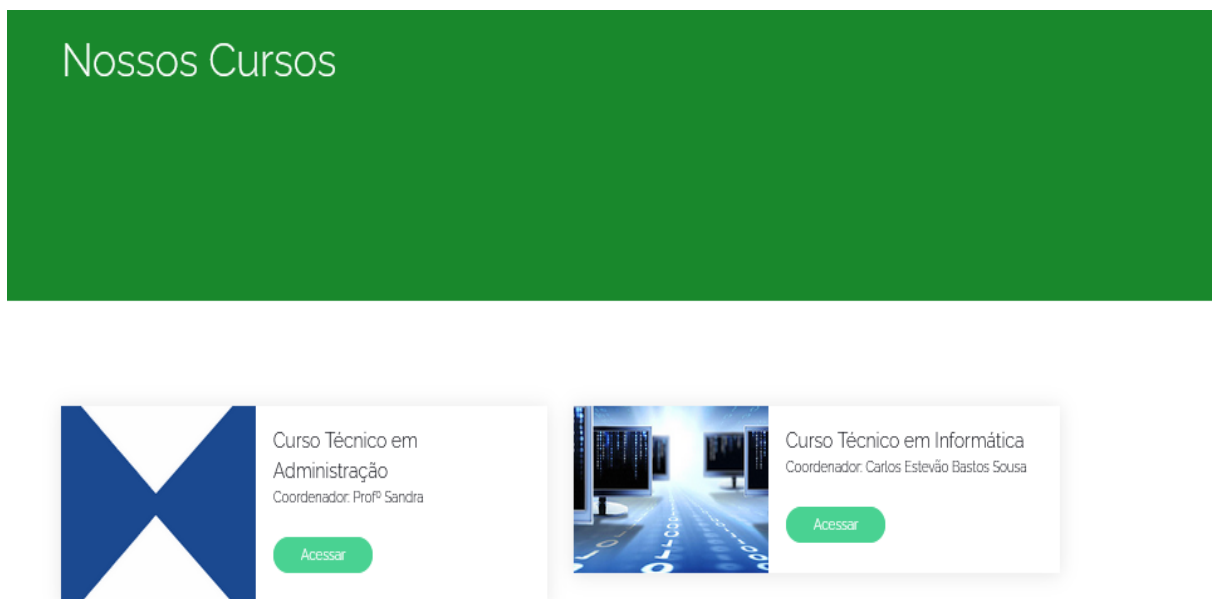
Figura 26 - Dashboard



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Na figura 27, egressos e demais visitantes poderão consultar constantemente e de forma rápida todos os cursos ofertados pelo campus, atualizados periodicamente conforme a oferta.

Figura 27 - Menu “Nossos Cursos”

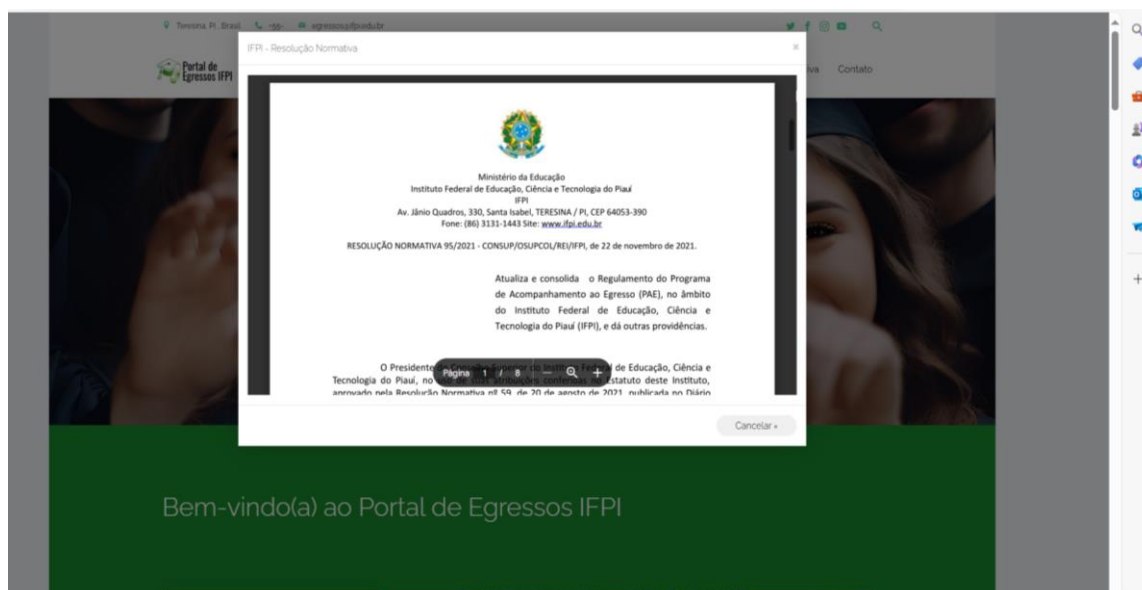


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

A figura 28 apresenta o menu com a Instrução Normativa, que regula e norteia a política de acompanhamento de egressos da instituição.

A Resolução Normativa que regula o Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE) é um documento fundamental que estabelece diretrizes e procedimentos para monitorar e apoiar os ex-alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Ela define as responsabilidades e ações necessárias para manter um vínculo contínuo entre o IFPI e seus egressos, assegurando que eles recebam suporte mesmo após a conclusão de seus cursos. Dada a sua importância, é necessária à sua disponibilização para fins de orientação.

Figura 28 - Menu “Resolução Normativa”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

No menu “Acervo” os egressos poderão acessar um painel de memórias do campus, contendo fotos institucionais desde a sua fundação até o momento. A proposta é que, a cada novo evento, as fotos sejam, logo que possível, incorporadas à página, criando assim um memorial acessível, inicialmente só aos egressos, mediante cadastro (figura 29).

Figura 29 - Menu “Acervo”

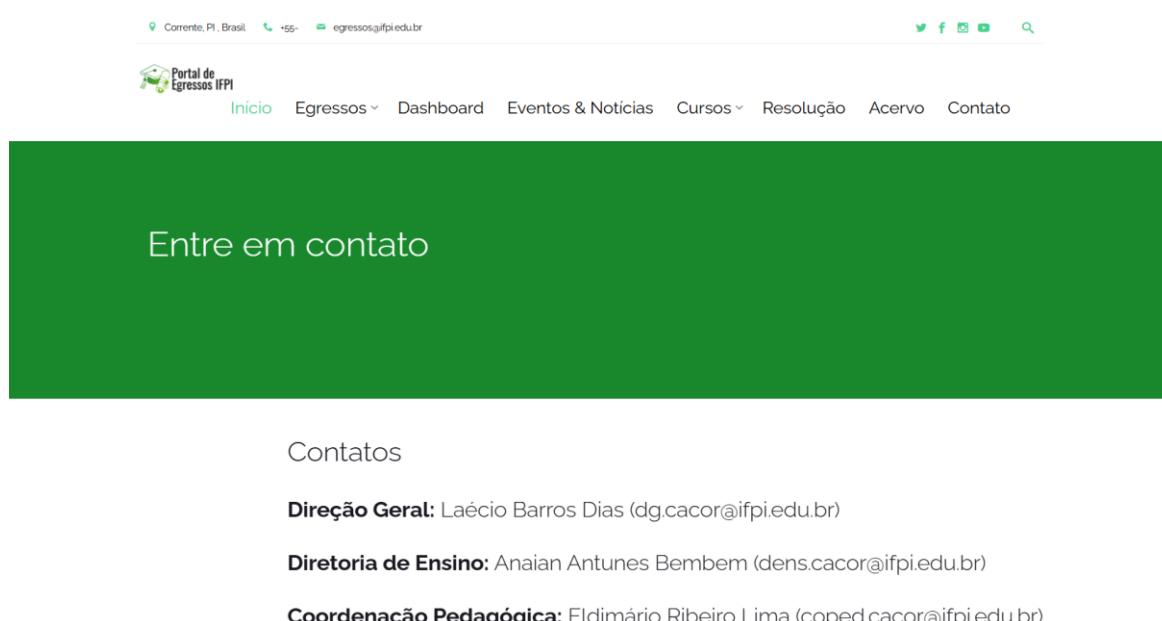


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

No último o menu principal encontra-se opção “entre em contato” (figura 30). Nele o egresso consegue fazer contato, tirando dúvidas ou procurando outras informações. Também é possível encontrar o contato de outros setores do campus, como Direção geral, Direção de Ensino, coordenação de curso e até a coordenação de extensão, que será a responsável direta pela gestão do portal.

Este menu possui grande relevância pois por meio dele o egresso pode fazer contato, permitindo uma linha clara e direta de contato com a instituição.

Figura 30 - Menu “Entre em Contato”



5.3 Avaliação do Produto Educacional

O instrumento de validação consistiu em um questionário contendo (I) Dados para identificação do especialista e (II) Questões. As questões foram organizadas conforme escala de *Likert* que, para Costa (2011), constitui técnica de classificação que consta de várias declarações ou itens capazes de expressar um ponto de vista sobre um tópico. Assim, colocam-se os respondentes em contato com os itens expressos de modo positivo ou negativo em relação ao artefato tecnológico analisado.

A avaliação do Produto Educacional foi realizada em dois momentos. O primeiro foi através de uma avaliação técnica e específica sobre o portal. Para esta avaliação foram selecionados 5 servidores do campus da área de ciências da computação, com bom currículo e experiência acadêmica e docente, capazes de avaliar a plataforma.

O formulário da avaliação por especialista também conteve informações voltadas para identificação dos mesmos, agrupados em tópicos como: **qualificação, atuação profissional, e produção científica**. O formulário de avaliação por especialistas pode ser encontrado no apêndice IX.

A segunda parte da avaliação foi realizada após a avaliação dos especialistas, atestando tanto a funcionalidade do artefato, quanto a sua relevância para a instituição.

A avaliação foi submetida especificamente aos egressos que acessaram o portal e se cadastraram. Para fins de avaliação, preencheram o cadastro do portal 26 egressos e da avaliação do portal, participaram 15 (apêndice X).

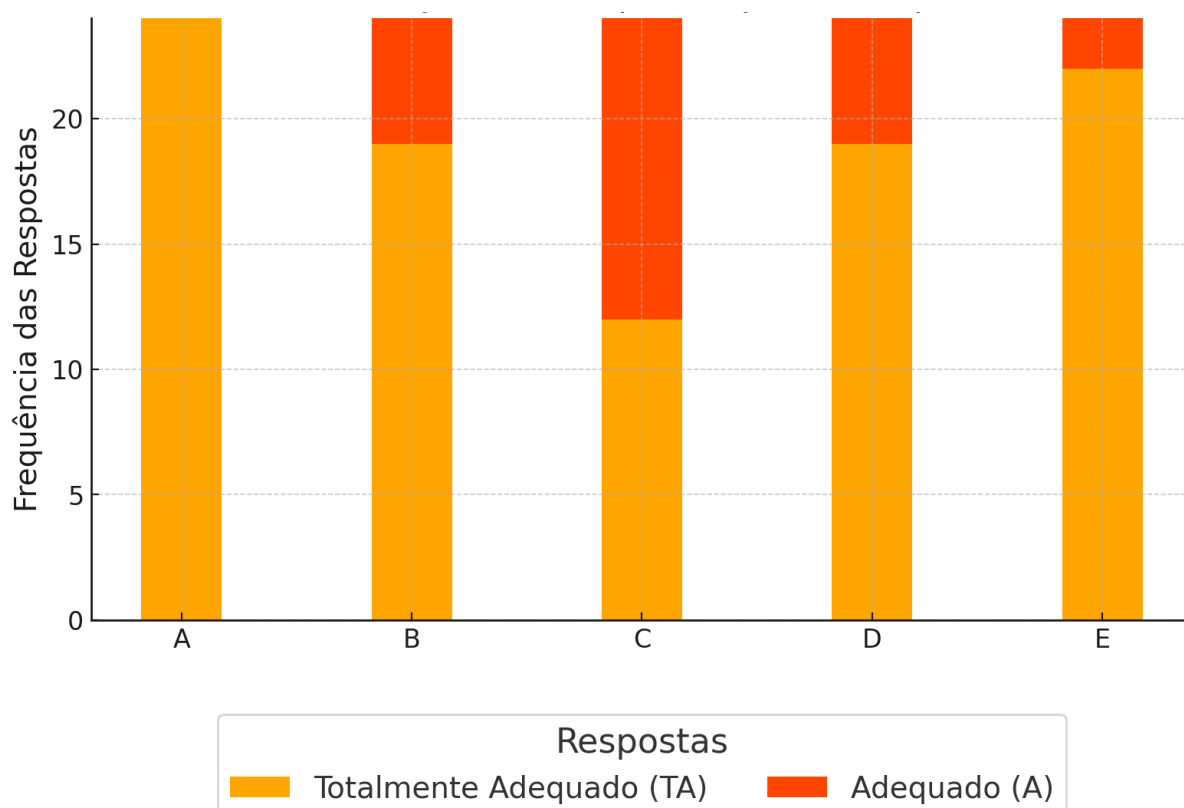
Os especialistas responderam ao formulário de avaliação, considerando as pontuações adotadas para julgamento do artefato tecnológico, seguindo escala contendo quatro graus de valoração: 1 - Totalmente Adequado (TA); 2 - Adequada (A); 3 - Parcialmente Adequado (PA) e 4 - Inadequada (IN).

Para preservar a identidade dos participantes da avaliação, foi-lhes atribuída a cada um a identificação neutra de “participante” A, B, C, D e E, representando assim todos os 5 avaliadores.

A organização dos itens presentes no questionário foi referente à avaliação do conteúdo e aparência do artefato tecnológico com itens distribuídos em três blocos, como citado por Teixeira e Mota (2011): *(i) objetivos*: avalia itens referentes a propósitos, metas ou fins que se deseja atingir com a utilização do artefato tecnológico. *(ii) estrutura e apresentação*: forma de organização, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação. *(iii) relevância*: mostra as características que avaliam o grau de significação do artefato tecnológico apresentado.

De acordo com as respostas coletadas no formulário direcionado aos especialistas sobre aspectos técnicos do artefato tecnológico já detalhados acima, os participantes da avaliação do Produto Educacional determinaram que o instrumento tecnológico satisfaz os requisitos efetivamente. Uma vez que, conforme a figura 31 todas as respostas coletadas se posicionaram entre TA - “Totalmente Adequado” e A - “Adequado”, não havendo respostas do tipo PA - “Parcialmente Adequado” e nem IN - “Inadequado”. Deste modo, o portal foi avaliado positivamente pelos especialistas nos aspectos referentes aos objetivos, a qualidade e usabilidade do artefato tecnológico. A figura 31 descreve em resumo a tabulação do resultado desta avaliação.

Figura 31 - Resultado da avaliação do portal pelos especialistas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

5.3.1 Análise dos resultados da avaliação dos egressos

A segunda parte da avaliação do artefato se deu mediante um questionário aplicado aos egressos que visitaram o portal do egresso e fizeram o cadastro no mesmo (apêndice X).

Após a avaliação positiva e conseqüentemente a validação do Produto educacional por parte dos especialistas, o link do portal foi encaminhado aos egressos da instituição. As instruções e os links de acesso ao portal, bem como o formulário de avaliação do mesmo foi enviado aos egressos mediante o compartilhamento pelos grupos de *WhatsApp*, que ainda continham egressos do campus.

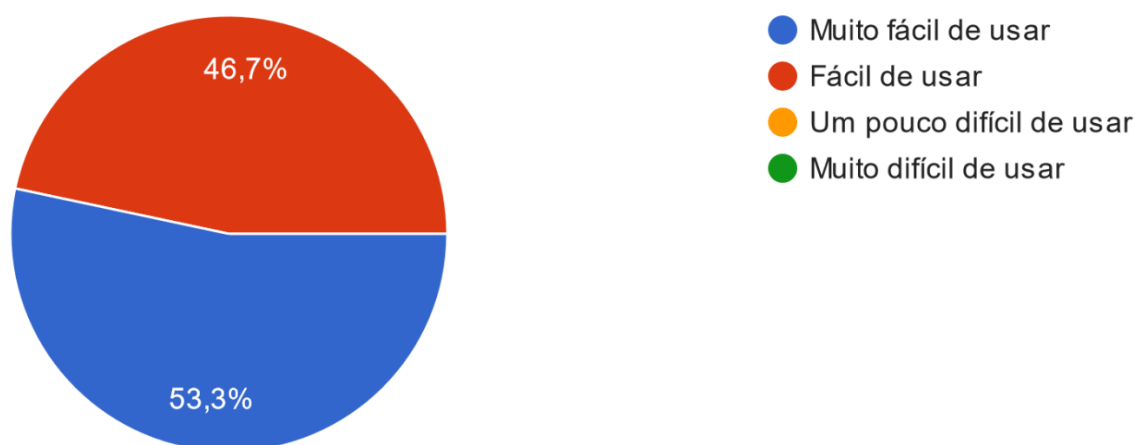
O questionário pretendeu avaliar os aspectos qualitativos do portal, traduzidos na experiência de contato com o portal, nas impressões por eles percebidas, quais elementos chamaram mais a atenção e por fim, a importância do portal para eles, como um meio de se manterem conectados à instituição na qual já fizeram parte. Além

disso, também foi possibilitado a oportunidade de darem possíveis sugestões de novas implementações no portal para melhoria do mesmo.

5.3.1.1 Usabilidade

Acerca da usabilidade do portal, as avaliações foram muito positivas, concentrando as respostas em “muito fácil de usar” e “fácil de usar”, conforme representado pelo gráfico 30.

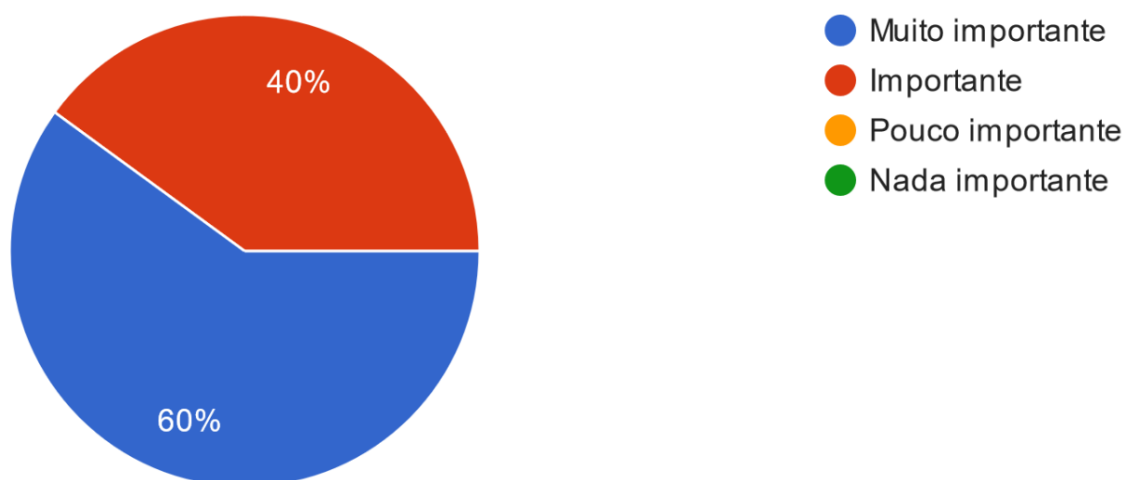
Gráfico 30 - Usabilidade do portal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Sobre a importância do portal como forma de conexão com a instituição, as respostas se concentraram em “muito importante” e “importante”. Isso mostra que, segundo a opinião dos egressos, o portal representa um importante instrumento de aproximação entre egresso e a instituição. Tal aproximação é positiva e benéfica para ambas as partes (figura 31).

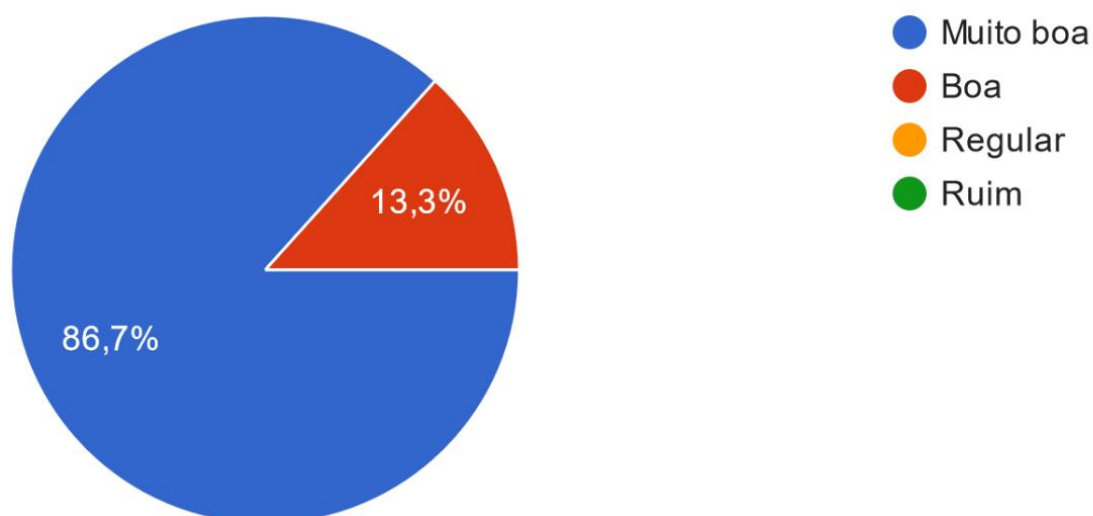
Gráfico 31 - Importância do portal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Com relação a proposta do portal, 86,7% dos participantes julgaram como “muito boa”. Somando este percentual com a segunda opção mais votada, “boa”, o percentual alcança a totalidade da opinião dos egressos. Tal constatação é muito importante pois aponta para a necessidade da existência de um portal com proposta percebida e com a finalidade já descrita, consolidando a integração e implementação do portal junto ao site oficial do campus (gráfico 32).

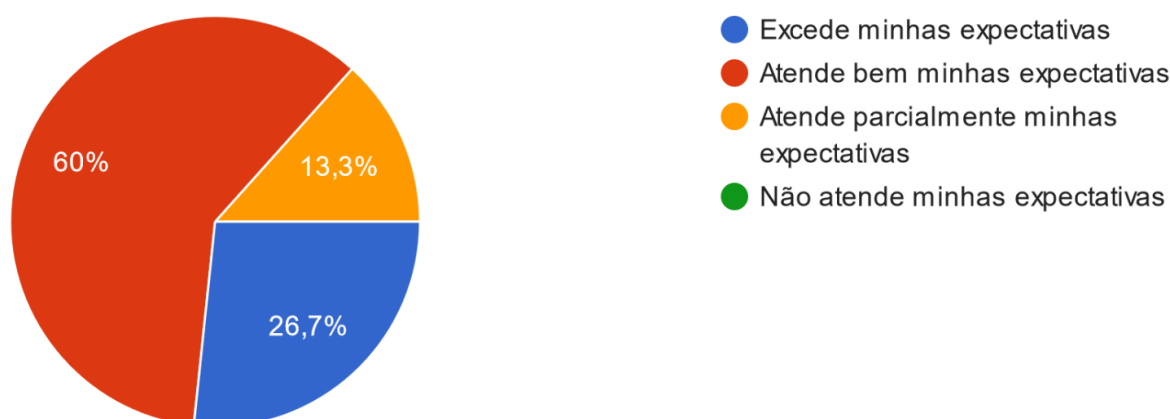
Gráfico 32 - Proposta do portal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Perguntados se o portal atende as expectativas dos egressos, 26,7% afirmaram que o portal excedeu suas expectativas, enquanto que a grande maioria, cerca de 60% julgaram que a mesma atende as expectativas. Apenas para 13,3% dos participantes, o portal atende apenas parcialmente as expectativas (gráfico 33). No entanto, para esses o formulário proporcionou um espaço para sugestões, onde parte já foi implementada e outras sugestões de melhoria ainda estão sendo analisadas e serão futuramente adicionadas ao portal. Dentre as sugestões já inseridas, a aba de oportunidades de emprego é um exemplo. E das que ainda não foram inseridas, destaca-se a criação de um chat interno exclusivo para bate papo entre os egressos cadastrados na plataforma.

Gráfico 33 - Expectativas sobre o portal

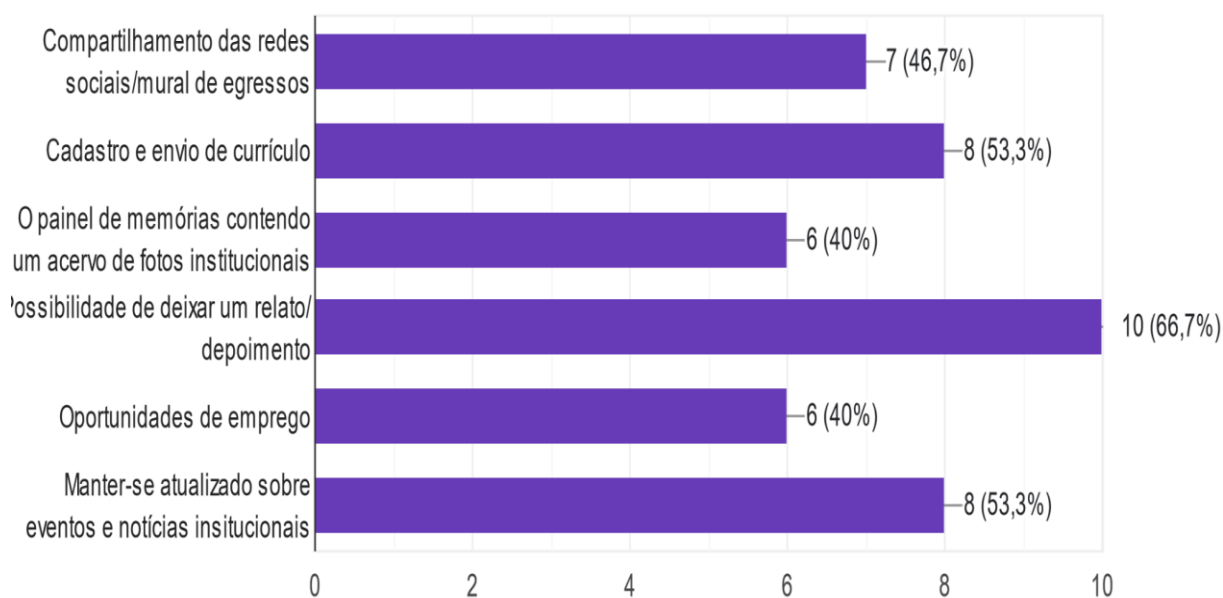


Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Ainda nos que se refere a quais recursos ou ferramentas disponíveis no portal mais chamaram a atenção dos participantes egressos, a possibilidade de deixar um depoimento foi a que mais se destacou dentre os demais com cerca de 66%, seguidas da possibilidade de envio de currículo e manter-se atualizado com informações do campus, ambos com 53%. Na sequência o compartilhamento das redes sociais alcançou 46,7%, e finalmente, o painel de memórias e a oportunidade de emprego somaram igualmente 40%.

Em geral pode-se inferir que todas as implementações dispostas no portal foram muito bem percebidas e bem vistas pelos participantes da pesquisa, apontando que as funções escolhidas para o portal tiveram boa aceitação entre o público-alvo (figura 34).

Gráfico 34 - Destaques do portal



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

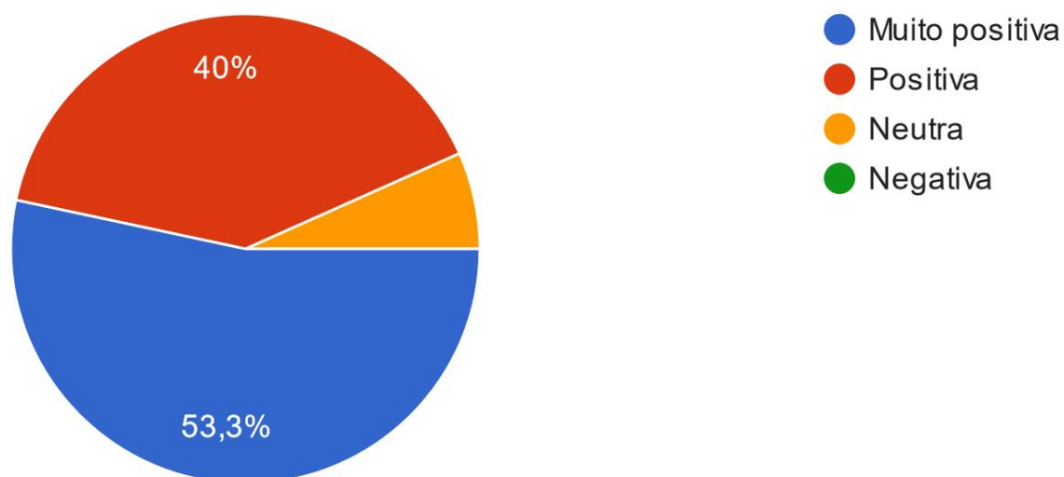
Uma das principais finalidades da do portal é manter um contato mais aproximado entre a instituição e o egresso. Para isso convencê-lo a se cadastrar e a responder os formulários não é uma tarefa simples. Uma vez que, boa parte dos portais verificados nesta pesquisa, pouco oferecem em contrapartida para os mesmos.

Nesta esteira, conseguir fazer com que os egressos se motivem a se cadastrar e ainda indicar para outros egressos seria um avanço considerável.

Finalmente abordados sobre a possibilidade de indicarem para outros egressos 80% responderam que com certeza indicariam para outros, e os 20% restantes responderam que provavelmente indicariam. Neste aspecto também não foram obtidas respostas neutras nem negativas. Tal fato mais uma vez atesta a

assertividade do produto educacional, na busca por estabelecer um contato mais aproximado entre a comunidade na forma de egressos e a instituição

Gráfico 35 - Recomendação para outros egressos



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal do Piauí, Campus Corrente, que completa 14 anos de existência, tem demonstrado um crescimento contínuo, superando desafios e consolidando sua presença na comunidade local. Desde o início de suas atividades, o campus tem se envolvido ativamente com a comunidade, fortalecendo essa interação de maneira progressiva e constante.

Ao longo desse período, a instituição conseguiu ampliar significativamente a oferta de vagas e a variedade de cursos disponíveis, impulsionada pelo projeto de construção de 10 novas salas de aula e pela contratação de novos servidores. Atualmente, mais de 1.000 estudantes frequentam diariamente o campus. Além disso, sua estrutura física, juntamente com seu belo espaço interno, tem servido não apenas

às atividades acadêmicas, mas também à sociedade de Corrente e região, que utiliza essas instalações para diversas atividades sempre que necessário.

Com um corpo docente engajado, composto por profissionais jovens e experientes em diversas áreas, o campus tem conseguido, gradualmente, romper as barreiras institucionais, integrando-se à comunidade por meio de projetos e parcerias, tanto públicas quanto privadas, que geram benefícios mútuos e promovem o desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, destaca-se o volume significativo de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo campus, o que tem estreitado os laços com a sociedade. Essas iniciativas abrangem uma ampla gama de áreas e temas, proporcionando aos estudantes uma formação abrangente que vai além do ensino tradicional em sala de aula.

A parceria estratégica com diferentes instituições e empresas locais e até multinacionais merece destaque, pois tem gerado renda e conhecimento aplicado para os alunos, proporcionando oportunidades de estágio, projetos de pesquisa aplicada e inserção no mundo de trabalho. Como resultado, as iniciativas desenvolvidas pelo campus têm contribuído para a formação de profissionais qualificados e conscientes de seu papel como cidadãos e agentes transformadores da sociedade, promovendo o desenvolvimento da região.

As evidências apresentadas neste estudo revelam que o Campus do Instituto Federal do Piauí em Corrente tem desempenhado um papel significativo no cumprimento de sua missão e função social, promovendo uma educação profissional alinhada às demandas sociais do município e da região. Suas ações estão em conformidade com os objetivos projetados para os Institutos Federais, conforme estabelecido em sua lei de criação.

Tal constatação vai ao encontro do objetivo principal deste estudo que visou compreender o modo como o IFPI Campus Corrente vem promovendo uma educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, direcionada às demandas sociais e aos arranjos produtivos, com vista ao desenvolvimento local e regional, compatível com sua missão institucional e função social.

O Produto Educacional desenvolvido no âmbito deste trabalho também merece destaque, pois, conforme demonstrado pelos resultados de sua avaliação, ele

se mostrou uma ferramenta assertiva para contribuir com o cumprimento da missão e função social do campus. Através da criação de pontes de conexão com a comunidade e, especialmente, com os egressos, o PE revelou-se uma fonte valiosa de feedback para a autoavaliação institucional, auxiliando na elaboração de ações estratégicas e corretivas, nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Contudo, é necessário reconhecer que ainda persistem desafios e fragilidades que demandam atenção por parte da instituição. Entre os principais, destaca-se a excessiva carga horária dedicada ao ensino, que, em muitos casos, restringe a disponibilidade dos professores para planejar e executar atividades de pesquisa e extensão, além de comprometer sua saúde e o desenvolvimento profissional contínuo.

Esse cenário evidencia um claro desequilíbrio entre as três dimensões — Ensino, Pesquisa e Extensão — que constituem os pilares fundamentais da identidade da Rede Federal de Ensino Técnico e Tecnológico.

Nesse contexto, torna-se imperativo que se busque, junto às instâncias competentes, uma regulamentação justa e adequada, visando uma distribuição mais equilibrada e proporcional do trabalho docente. Um caminho possível para essa regulamentação seria o aumento da força de trabalho, possibilitando aos docentes melhores condições tanto para seu desenvolvimento profissional quanto para a atuação integrada nos três eixos, sem que haja uma sobrecarga que comprometa sua saúde e bem-estar.

É sabido que essa sobrecarga de trabalho gera uma série de transtornos psicossociais, que colocam em risco a saúde docente, afetando não apenas sua vida profissional, mas também sua esfera pessoal e social. Esses fatores, inclusive, estão entre as principais causas de afastamento para tratamento médico, o que reforça a necessidade urgente de medidas que aliviem essa pressão e promovam um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado.

Outrossim, a comunicação interna no campus mostrou-se frágil e incipiente, dificultando a socialização das atividades desenvolvidas e a disseminação/assimilação dos objetivos do campus. Tais fragilidades prejudicam a integração e o alinhamento entre os diferentes setores e atores institucionais.

A falta de recursos financeiros para custeio e desenvolvimento de atividades estratégicas também apresentou uma limitação significativa, exigindo a busca por

alternativas de captação de recursos e otimização dos recursos disponíveis. Este cenário é agravado pelos constantes cortes no orçamento destinado à educação, cujos efeitos poderão impactar diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços oferecidos e inviabilizar a implementação de novas ações estratégicas.

A educação é, sem dúvida, um dos pilares essenciais para o desenvolvimento pleno do ser humano. Trata-se de um direito fundamental, amplamente amparado pela Constituição Federal. No entanto, para que seja oferecida com qualidade, é necessário um investimento constante, tanto na manutenção quanto na ampliação dos serviços educacionais.

Em um cenário de expansão dos Institutos Federais, combinado com os desafios impostos pela contenção de gastos públicos, o futuro se mostra árduo e preocupante, permeado de insegurança e incertezas, haja vista que os recursos atuais já não são suficientes para atender às demandas da Rede hoje.

Diante dos desafios identificados, é imprescindível que a comunidade acadêmica e administrativa trabalhe em conjunto para superá-los e fortalecer suas ações estratégicas. Isso envolve a implementação de medidas para otimizar a gestão de recursos humanos e financeiros, fortalecer os canais de comunicação interna, incentivar a participação e o engajamento de todos os envolvidos, e buscar novas parcerias e fontes de financiamento.

Com isso, o campus poderá ampliar sua contribuição na formação de cidadãos profissionais qualificados, e para o desenvolvimento socioeconômico da região, cumprindo plenamente sua missão institucional e função social.

Quanto ao Produto Educacional elaborado, infere-se que um de seus principais objetivos foi alcançado: a criação de uma ponte entre a instituição e seus egressos, até então inexistente. Essa ponte tem se mostrado positiva e vantajosa para ambas as partes, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais traduzidos em sua missão e visão. Os egressos representam uma fonte contínua de feedback, auxiliando na avaliação e na elaboração de ações estratégicas institucionais nas três dimensões de atuação. Do ponto de vista técnico, o Produto Educacional está plenamente apto para utilização, tendo sido duplamente avaliado e obtido ótimos resultados nas pesquisas, tanto por especialistas quanto pelos egressos, seus usuários finais. Contudo, propõe-se que ele seja incorporado ao site oficial do campus,

após a anuência da equipe gestora, para garantir a continuidade de sua implementação.

É imperativo que o Campus se mantenha em constante processo de reflexão e ação, buscando sempre a excelência em suas atividades, e o fortalecimento de sua inserção no contexto local e regional. Para tanto, é necessário investir em medidas que possibilitem a superação dos desafios identificados, como a ampliação da infraestrutura física e tecnológica; a difusão das ações desenvolvidas internamente aumentando o engajamento e a assimilação dos objetivos institucionais; aumento da força de trabalho, possibilitando a atuação nos demais eixos da pesquisa e extensão de modo harmonioso, sem gerar sobrecarga docente, que por sua vez oferece risco à saúde e bem estar físico e mental; a implementação de políticas de inclusão e permanência estudantil, além do estabelecimento de parcerias estratégicas com os setores produtivos locais e outros atores relevantes da sociedade civil e produtiva.

Ao perseguir a excelência e constantemente o aprimoramento de suas práticas e processos, o Instituto Federal do Piauí Campus Corrente poderá contribuir de forma ainda mais significativa para o desenvolvimento integral de seus estudantes, o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e a promoção de uma educação profissional verdadeiramente comprometida com as demandas sociais e econômicas da comunidade em que está inserido.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. C. **Quatro séculos de história econômica brasileira** (por) Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/aeae713b-b29e-420e-acad-b73de3659b44/content>. Acesso em: 27 fev. 2023

ANDRIOLA, W. B. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educar em Revista**, Curitiba. n. 54, p. 203- 220, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n54/a13n54.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. Disponível em: https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9788575592595_A26244112/preview-9788575592595_A26244112.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo, 2018.

BAALBAKI, A. A; SILVA, D. A; SANTOS, G. G; ANGELI, L. S; MENEZES, L. A; ROT, L.M. O aluno com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: considerações acerca do processo de inclusão. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**. São José dos Pinhais. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5351/3507>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BAILER, C; TOMITCH, L. M. B; D'ELY, R. C. S. F. O planejamento como processo dinâmico: A importância do estudo piloto para uma pesquisa experimental em linguística aplicada. **Intercâmbio**, [S. l.], v. 24, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/10118>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BARBOSA, M. A. C; MENDONÇA, J. R C. De; CASSUNDE, F. R. De S. A. A Interação entre o Papel de Professor-Gestor e Competências Gerenciais: percepções dos professores de uma Universidade Federal. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**. Mar del Plata – Argentina. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136199/102_00142?sequence=1. Acesso em 8 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. São Paulo. 2011.

BASTOS, C da S; VENÂNCIO, G. A; VIEIRA J, N. A função social dos Institutos Federais de Educação: um estudo sobre as ações de Pesquisa e Extensão do IFMG

Santa Luzia. **Revista Labor**, V. 2, N. 24. Fortaleza. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59582/1/2020_art_csbastosgavenancio.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

BEM, J. C. De. **O engajamento e o processo de relacionamento interno mediado pela comunicação nas organizações**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5489/1/000451399-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023

BLOISE, D. M; LOUREIRO, C.F.B. A dimensão educativa do trabalho em um grupo de agricultores familiares de base camponesa. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 4, p. 3449-3458. Curitiba. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/19266/15457>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Alvará de 1º de abril de 1808. Permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil. **Coleção das leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, 1891. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=ALV&numero=&ano=1808&ato=ae5geRRVTc74>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm Acesso em: 07 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília – DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12/07/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/100-novos-ifs/expansao>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da EPT, 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI: diretrizes para elaboração**. Brasília: MEC/SESu, jun. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi_sapiens.pdf Acesso em: 07 fev. 2023.

BRASIL. Planalto. **Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRITO, C. de A; MELO, S. B. de; CASTAMAN, A. S; VIEIRA, J. de A. Desafios na formação de professores na/para a educação profissional e tecnológica. **Revista Principia** - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, João Pessoa. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351540908_Desafios_na_formacao_de_professores_napara_a_educacao_profissional_e_tecnologica. Acesso em: 20 fev. 2023.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/8794/BVE20037825p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2023.

CAPES. **Diretrizes para qualificação de produtos técnicos e tecnológicos**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/DiretrizesparaqualificaodePTT.pdf> Acesso em 07 fev. 2023.

CAPES. **Documento de área** - Ensino. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, p. 34-45, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250987994_Sistemas_de_inovacao_e_desenvolvimento_as_implicacoes_de_politica. Acesso em: 15 fev. 2024.

CHEIBUB, Z; LOCKE, R. "Valores ou interesses? **Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas.**" Empresa, empresários e globalização. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ (2002). Disponível em: https://web.mit.edu/rlocke/www/documents/Research%20Papers/Locke,R%20&%20Cheibub,Z_Valores%20ou%20Interesses.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. Elsevier Brasil, Rio de Janeiro. 2003.

COSTA, F. J da. Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração. Rio de Janeiro: **Ciência Moderna**, p. 90-106, 2011. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhospdf/1012.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CUNHA, M. S; PIMENTEL, Á. Panorama Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Revista Vivências** | Erechim | v. 18 | n. 36 | p. 25-45 | 2022. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/issue/view/60> Acesso em: 28 dez. 2022.

DAL RI, M. N. e VIEITEZ, C. G. Trabalho como Princípio Educativo e Práxis Político-Pedagógica. In: Marx, Gramsci e Vigotski: Aproximações. MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima, SILVA, Vandeí, Pinto da, MILLER, Stela. (orgs). (p. 253 – 30). São Paulo. 2009.

DE LUCCA, N. **Da ética geral à ética empresarial**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009.

DIAS, V. E. M. A concepção de politecnia no pensamento educacional de Vladimir Lênin no contexto da revolução Russa. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 12, n. 2, p. 347-358, 2020.

DRUCKER, P. F. **Administração**: tarefas, responsabilidades, práticas. São Paulo: Pioneira, 1975.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 534-551, Brasília. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, Florianópolis. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GIAMBIAGI, I (orgs.). **Cotidiano diálogos sobre diálogos**. Rio de Janeiro, JDP & A Ed. 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M J. de F. Aspectos quantitativos da diversidade e da sobrecarga docente no IFRN campus Natal Cidade Alta. Universidade federal da paraíba. **Revista temas em educação**, v. 28, n. 2, p. 2, Natal. 2019. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/c4ef91123b8f6bc5032f74539cccc09e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOUVEIA, F. P de S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia**. Revista brasileira de geografia econômica. OpenEdition Journals. V 9 | 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>. Acesso em 28 dez. 2022.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. **Cidades**. Corrente - PI. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/corrente/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE. **História**. Corrente - PI. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/corrente/historico> Acesso em: 2 jan. 2023.

IFPI. **Exame Classificatório 2023.1**. Disponível em: https://selecao.ifpi.edu.br/media/exame-classificatorio-2023.1/arquivo/concorr%C3%Aancia_2022-12-07.pdf Acesso em: 20 jan. 2023.

IFPI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Relatório de Gestão 2019**. Teresina: IFPI, 2019.

IFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024)**. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view. Acesso em 02. fev 2023.

ITUASSU, C. T; TONELLI, M. J. Notas sobre o conceito de sucesso: sentidos e possíveis (re) significações. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, p. 197-224, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/SJR5pgrT8H7369fXWqRRNcp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

KUENZER, A. Z; RIOS, F. H; SANDRA, R. R. S. C; URBANETZ, S. T. (org): Educação profissional: desafios e debates [recurso eletrônico] Dados eletrônicos (1 arquivo: 454 kilobytes) – **Coleção formação pedagógica**; v. 1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LAUDARES, J. B e QUARESMA, A. G. A pedagogia da escola do trabalho e a formação integral do trabalhador. IN. MEC/INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 88, n. 220, p. 516 – 530, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335334417_A_pedagogia_da_Escola_do_Trabalho_e_a_formacao_integral_do_trabalhador> Acesso em 28 dez. 2022.

LEITE, G. B.; BRIGATTE, H; AGUILAR, E. B. Análise Multivariada de Indicadores Socioeconômicos dos Países do G-20. **Revista de Economia Mackenzie, [S. l.]**, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/513>. Acesso em: 23 maio. 2024.

MAGALHÃES, R. E; MELO, I. da P; MAGALHÃES, M. H. M; VASCONCELOS, L. S. M. C. de; SILVA, A. B. R. da; PEIXOTO, R. A. C; KUBRUSLY, M; PERDIGÃO, A. C. B; PEIXOTO JUNIOR, A. A. Egresso médico no Brasil: revisão integrativa. **Research, Society and Development, [S. l.]**, v. 11, n. 11, p. e163111133589, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33589>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MANACORDA, M. A. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna** / Mario Alighiero Manacorda; [tradução Newton Ramos de Oliveira]. Editora Alínea, Campinas, SP. 2007.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso** – Uma Estratégia de Pesquisa. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, L. P. de F. C. **A Política de Assistência ao Educando do IFMA: Uma Avaliação Política da Política**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1357/2/LucianaMartins.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MARTINS, S. A.; UBARTANEZ, S. T.; MACHADO, M. F. R. C; PINTO, L. R. Egressos dos cursos técnicos profissionalizantes da rede de ensino federal: o que as pesquisas e os relatórios expressam. In: QUEIROZ, Amilton José Freire de; SANTOS, Caue Camargo (Orgs). **Pesquisas no ensino básico, técnico e tecnológico: educação, artes e letras**. – Rio Branco: Stricto Sensu, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342087411_egressos_dos_cursos_tecnicos

_profissionalizantes_da_rede_de_ensino_federal_o_que_as_pesquisas_e_os_relato
rios_expressam. Acesso em 25 fev. 2024.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 7ª edição rev. e ampl. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas 2010.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTEIRO, C.; KUHL, M. R; ANGNES, J S. O processo de comunicação organizacional interna: um estudo realizado em uma Associação Comercial e Empresarial do Paraná. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, p. 26-56, Paraná. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/yhL5cnC49nFTxrFXRwNKRQv/?format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MOREIRA, A. F. **O estranho em nossas escolas: desafios para o que se ensina e o que se aprende**. In: GARCIA, R. L; ZACCUR, E; GIAMBIAGI, I. (Orgs.) Cotidiano: diálogos sobre diálogos. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

MOREIRA, D. Z; RODRIGUES, M. B. Saúde mental e trabalho docente. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 236-247, Natal, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MOURA, D. H. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: **limites e possibilidades**. In: OLIVEIRA, Ramon de. (Org.). Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate. 1. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 kilobytes). – Coleção formação pedagógica; v. 3. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/326/Trabalho%20e%20Formacao%20Docente%20-%20livro%20IFPR.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

NEVES, D. R; NASCIMENTO, R. P; FELIX Jr. M. S; SILVA, F. A. D. & ANDRADE, R. O. B. D. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos Ebape.Br**, 16, 318-330. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA. M. F. De. **A função social da escola**: educação e transformação. Brasil. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12470/1/MOliveira.pdf>. Acesso em 08 jun. 2024.

ORTENBLAD, A. Nossas Serras (13/25): **A Chapada das Mangabeiras**. 2021. Disponível em: <<https://altamontanha.com/nossas-serras-13-25-a-chapada-das-mangabeiras/>>. Acesso em: 20 mai.2024.

PACHANE, G. G. Desafios para a docência universitária frente às políticas de expansão da educação superior e outras demandas. In.: MELO, G. F.; MALUSÁ, S. (Orgs.). **Profissão docente na educação superior**: múltiplos enfoques. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

PACHECO, E. M; MORIGI, V. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania**. Porto Alegre, Teckné, 2012.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais**: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 28 dez. 2022.

PACHECO, E. M. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: Diretrizes para uma Educação Profissional e Tecnológica Transformadora. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PACHECO, E. M. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PACHECO, E. M. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Proposta de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: Moderna, 2012.

PNP - **Plataforma Nilo Peçanha**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRADO, D. P. F.; BRITO, V. L. F. de; NUNES, C. P. Concepções e perspectivas da Plataforma Nilo Peçanha: regulação e emancipação. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33. 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/7594>. Acesso em: 24 maio. 2024.

PRESTES, E.M., & FIALHO, M.G. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/reader/25be24d5cbae74f952ae20c060b6c588ecc83>. Acesso em: 24 maio. 2024.

PURCOTE, A. P; ALMEIDA, R. A. de; SILVA, R. A. da; ROLON, V. E. K. Z. Projetos de extensão para o desenvolvimento sustentável (peds) como componente curricular no curso de administração. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio**

Ambiente, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 99, 2021. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/rema/article/view/2667>. Acesso em: 27 jan. 2024.

QEDU. Corrente - PI: **Dados do município**. QEDU: Aprendizado em Foco. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2202901-corrente>. 2024 Acesso em: 28 jun. 2024.

QUEIROZ, T. P; De PAULA, C. P. A. O relacionamento com egressos como estratégia organizacional para o desenvolvimento das instituições de educação superior. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/O-RELACIONAMENTO-COM-EGRESSOS-COMO-ESTRAT%C3%89GICA-PARA-Queiroz-Paula/c0188d2357ed6fd1ea731a094eb6bcbaec8f5433>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RAMOS, M N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, n. 05, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Reis, E.A., Reis I.A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/RTE-02-2002.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Revista Evidência**, pg 124 - 148. v. 4, Araxá, 2008. Disponível em: <http://ojs.uniaraxa.edu.br/index.php/evidencia/article/view/806/858>. Acesso em: 08 mai. 2024.

RIZZATTI, I. M; MENDONÇA, A. P; MATTOS, F; RÔÇAS, G., da SILVA, M. A. B. V. de S; CAVALCANTI, R. J; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: docência em ciências**, 5(2), 1-17. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SAVIANI, D. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 3, 2001. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/sites/www.fe.unicamp.br/files/documents/2021/01/doc1_1.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpXrzCX5GYtgFpr7VbhG/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994. Disponível em: <https://abre.ai/kCjc>. Acesso em 25 mar. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 25 mar. 2024.

SEBRAE. **Missão, Visão e Valores**: O que sua Empresa Precisa Ter para Crescer. 2021. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia. Acesso em: 22 jun. 2024.

SEBRAE. **Perfil municipal**. Corrente - PI. Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/PI. 2024. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Corrente-2024.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SETEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

SILVA, R. D. Da; MASCIA, M. A. A.. O professor-gestor—uma análise entre administração e gestão no ensino superior. *Ensaio USF*, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ensaios.usf.emnuvens.com.br/ensaios/article/view/308>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados**. Métodos para análise de entrevistas, textos e interpretações. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, Aparecida Neri de. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: **SEMINARIO DE LA RED DE ESTUDIOS SOBRE TRABAJO DOCENTE**, 7., 2008, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Red Estrado, 2008.

SOUZA, L. K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2. 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SOUZA, M. B. De; FREITAS, M. A. C. De. A Função Social das Empresas na Geração de Empregos. **Caderno Científico da Escola de Negócios**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314398047_A_funcao_social_das_empresas_na_geracao_de_empregos. Acesso em: 18 mai. 2024.

STRAUSS, A; COBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª edição – Artmed, Porto Alegre. 2008.

TAKESKI, T; REZENDE, W., **Estratégia Empresarial: Tendências e Desafios** – um enfoque na realidade brasileira. São Paulo: Makron Books, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e Formação Profissional**. Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com 300 principais conceitos econômicos**. - 6. ed São Paulo: Atlas, 2015.

VIANA, E. M da C. **Função social da escola**. [Dissertação] Mestrado em educação. Évora. 2000. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14657>. Acesso em 17 set. 2023.

VIEIRA, E.P; SILVA, A.V. Parcerias entre o setor público e o setor privado: um estudo das mudanças na organização do trabalho pedagógico e no trabalho docente na educação infantil na rede municipal de ensino de Ilhéus. **Revista Educere Et Educare**. Paraná. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24189>. Acesso em: 8 jun. 2024.

WIKIPÉDIA, E. L. **Lista de mesorregiões e microrregiões do Piauí**. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Piau%C3%AD. Acesso em: 20 mai. 2024.

WIKIPÉDIA, E. L. **Corrente (Piauí)**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Corrente_\(Piau%C3%AD\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Corrente_(Piau%C3%AD)). Acesso em: 28 mai. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado Servidor (a):

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**MISSÃO E FUNÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: O CAMPUS CORRENTE NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DIRECIONADA ÀS DEMANDAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CORRENTE - PIAUÍ**” de responsabilidade de Ricardo José Ferreira de Brito, estudante de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, orientado pela Prof. ^a Dra. Keila Lima Sanches do Instituto Federal de Brasília.

O objetivo deste estudo é analisar o modo como o IFPI Campus Corrente está promovendo uma educação profissional técnica e tecnológica de nível médio, direcionada às demandas sociais e aos arranjos socioprodutivos, do município de corrente - Piauí. E dessa forma propor um produto educacional que contribua para otimização deste uso.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

I) Seu nome e dados pessoais não serão divulgados, sendo mantidos em sigilo mediante a omissão total das informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes da participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

II) A participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar sua participação. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você.

III) Os pesquisadores se comprometem a:

- Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em

prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro;

- Garantir a divulgação pública dos resultados, assegurando o sigilo.

IV) Como possíveis benefícios ao participar do estudo é destacado:

- Reflexão sobre o cumprimento e disseminação da missão, visão institucional entre todos os membros da comunidade interna e conscientização quanto ao cumprimento da função social do IFPI frente às demandas socioeconômicas locais.

V) Uma via do termo de consentimento livre e esclarecido (completo) será enviado ao seu e-mail. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato pelo e-mail.

VI) todas as páginas do TCLE deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável (ou pessoa por ele delegada e sob sua responsabilidade), com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IESB (CEP/IESB). O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas. Tel do CEP/IESB: (61) 3962-4682 Endereço: Setor de Grandes Áreas Norte 609 Quadra 609 Módulo D - Asa Norte, Brasília - DF, 70830-404 E-Mail: cep@iesb.br / daniele.prates@iesb.br.

O contato com o pesquisador responsável poderá ser realizado mediante o e-mail: ricardoadm@ifpi.edu.br e pelo Cel.: (89) 99940-9887.

O tempo de resposta para este questionário é de aproximadamente de 10 a 15 minutos.

Pesquisador responsável
(assinatura)

Participante da Pesquisa
(assinatura)

APÊNDICE II - Roteiro de entrevista com gestores locais e Pró-reitores

1. Nome completo
2. Concordo em participar do estudo

Perfil do entrevistado

3. Ano de ingresso na Instituição

- Anterior a 2008
- Entre 2009 a 2014
- Entre 2015 a 2018
- Entre 2019 a 2022

4. Gênero

- Masculino
- Feminino
- Não binário
- Prefiro não declarar

5. Qual é a sua cor ou raça? *

- Branca
- Parda
- Preta
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não declarar

6. Idade

7. Área de formação

8. Nível de escolaridade

9. Campus de lotação

10. Função desempenhada no IFPI

11. De que maneira seu departamento/função assimila e traduz os princípios norteadores expressos na lei de criação dos IFs em ações que corroborem para o alcance dos objetivos institucionais?

12. Quais ações já foram implementadas para promover o cumprimento da missão institucional e sua função social do IFPI no Ensino/Pesquisa/ Extensão/Campus Corrente?

13. Quais são os maiores desafios para o alcance desses objetivos?

14. Quais ações podem ser implementadas para que o IFPI alcance seus objetivos institucionais?

15. De que maneira a Instituição tem levado a conhecimento os objetivos institucionais e compartilhado sua missão institucional e função social entre todos os membros da comunidade interna?

16. Comentários gerais (sugestões, elogios e reclamações)

APÊNDICE III - Questionário direcionado aos docentes

1. E-mail
2. Nome completo
3. Declaro ter mais de 18 anos de idade
4. Concordo em participar do estudo

Perfil do entrevistado

5. Gênero

- Masculino
- Feminino
- Não binário
- Prefiro não declarar

6. Qual é a sua cor ou raça?

- Branca
- Parda
- Preta
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não declarar

7. Idade (anos)

- 18 a 20
- 21 a 25
- 26 a 30
- 31 a 35
- 36 a 40
- 41 a 45
- 46 a 50
- 51 a 55
- 56 a 60
- acima de 60

8. Área de atuação

- Ciências Exatas e da Terra
- Engenharias
- Ciências Biológicas
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- outro

9. Escolaridade

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

Experiência Docente

10. Há quanto tempo atua na docência? (no IFPI ou em outra (s) instituição (s) de Ensino)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Menos de 1 ano | <input type="checkbox"/> 5 a 10 anos |
| <input type="checkbox"/> 1 a 2 anos | <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos |
| <input type="checkbox"/> 3 a 4 anos | <input type="checkbox"/> mais de 15 anos |

11. Ano de ingresso na instituição (IFPI)

- | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Desde 2008 | <input type="checkbox"/> 2013 | <input type="checkbox"/> 2018 |
| <input type="checkbox"/> 2009 | <input type="checkbox"/> 2014 | <input type="checkbox"/> 2019 |
| <input type="checkbox"/> 2010 | <input type="checkbox"/> 2015 | <input type="checkbox"/> 2020 |
| <input type="checkbox"/> 2011 | <input type="checkbox"/> 2016 | <input type="checkbox"/> 2021 |
| <input type="checkbox"/> 2012 | <input type="checkbox"/> 2017 | <input type="checkbox"/> 2022 |

12. Qual (s) a(s) modalidade(s) de Ensino atua ou já atuou no IFPI?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> FIC | <input type="checkbox"/> Ensino técnico concomitante/subsequente |
| <input type="checkbox"/> Ensino técnico integrado ao médio | <input type="checkbox"/> Ensino superior (graduação) |
| <input type="checkbox"/> PROEJA | <input type="checkbox"/> Ensino superior (pós graduação) |

13. Em qual (s) curso (s) técnico(s) já atuou/ atua?

- Administração
- Informática
- Meio ambiente
- Não atuei

14. Caso ainda não tenha atuado no ensino integrado, qual alternativa melhor descreve o motivo?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Decisão da coordenação de curso/ colegiado | <input type="checkbox"/> Questões pessoais |
| <input type="checkbox"/> Carga horaria | <input type="checkbox"/> Falta de oportunidade |
| | <input type="checkbox"/> Outro |

15. Acumula alguma função na instituição?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim (coordenação de curso) | <input type="checkbox"/> Sim (demais coordenações ligadas ao ensino, pesquisa e extensão) |
|---|---|

- Sim (Direção Geral)
- Não (mas já atuei no passado)
- Sim (Direção de Ensino)
- Nunca atuei

16. Em sua trajetória docente já realizou algum curso de formação inicial e continuada para formação pedagógica na EPT?

- Sim (com duração de até 60h)
- Sim (com duração superior a 120h)
- Sim (com duração de até 120h)
- Ainda não realizei

17. A instituição a qual faz parte hoje já ofereceu algum curso de formação inicial e continuada após seu ingresso?

18. Como você avalia seu grau de conhecimento sobre os seguintes pontos descritos abaixo?

- Missão institucional
- Visão institucional
- Valores institucionais
- Função social institucional
- Não conheço
- Bastante insatisfatório
- Insatisfatório
- Satisfatório
- Bom
- Excelente

19. O que você considera como MISSÃO institucional do campus em que atua?
Marque todas que se aplicam.

- a. Oferecer educação de qualidade, com foco na formação integral dos alunos e na excelência acadêmica.
- b. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos, por meio da formação de profissionais qualificados e do estímulo ao empreendedorismo e à inovação.
- c. Estimular a internacionalização da instituição, por meio de parcerias e intercâmbios com instituições de outros países e da promoção da mobilidade acadêmica internacional.
- d. Promover programas de ensino que estejam cada vez mais alinhados com as necessidades mercadológicas e da indústria, capacitando os estudantes para atuarem nas mais diversas áreas profissionais.

20. O que você considera como VISÃO institucional do campus em que atua?
Marque todas que se aplicam.

- a. Oferecer cursos técnicos e de graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como tecnologia da informação, engenharias, biotecnologia, entre outras.
- b. Adotar práticas de ensino inovadoras e eficazes, que promovam a aprendizagem significativa e o desenvolvimento das competências dos estudantes.

c. Desenvolver programas de extensão que atendam às necessidades das comunidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das regiões onde os Institutos Federais estão localizados.

d. Investir na formação continuada e no desenvolvimento profissional dos servidores, garantindo a excelência dos serviços prestados pela instituição.

21. O que você considera como FUNÇÃO SOCIAL da escola?

Marque todas que se aplicam.

a. Desenvolver projetos de pesquisa aplicada que buscam soluções inovadoras para as demandas tecnológicas da sociedade, tais como projetos relacionados à biotecnologia, energia renovável, tecnologia da informação e automação.

b. Oferecer cursos técnicos e superiores gratuitos, que são direcionados para as áreas que têm mais demanda no mercado de trabalho.

c. Propor projetos e ações que buscam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico onde está inserida, isso inclui parcerias com empresas e organizações locais, incubadoras de negócios, projetos de desenvolvimento rural, entre outros.

d. Desenvolver projetos que não estejam alinhados com as necessidades da comunidade local ou que não levem em conta as demandas da população, como pesquisas que não resultem em benefícios tangíveis para a sociedade.

22. O que você considera como ações realizadas pelo IFPI campus Corrente que vão ao encontro do cumprimento dos objetivos institucionais?

23. De que maneira o campus em que atua cumpre sua missão institucional?

Não alcança

Bom

Bastante insatisfatório

Excelente

Insatisfatório

24. Qual sua opinião sobre o modo como o Campus cumpre sua função social?

1 2 3 4 5

Não alcança ○ ○ ○ ○ ○ Alcança plenamente

25. Cite alguma iniciativa com vista à promoção da missão institucional e sua função social entre a comunidade interna.

Prática Docente

26. Já promoveu/participou de Projetos de Ensino?

- Sim (já promovi e também participei)
- Sim (apenas promovi, mas não participei de outros)
- Sim (apenas participei, mas ainda não promovi)
- Não (nao participei e não promovi)
- Outros

27. Já promoveu/participou de Projetos de Pesquisa?

- Sim (já promovi e também participei)
- Sim (apenas promovi, mas não participei de outros)
- Sim (apenas participei, mas ainda não promovi)
- Não (nao participei e não promovi)
- Outros

28. Já promoveu/participou de Projetos de Extensão? *

- Sim (já promovi e também participei)
- Sim (apenas promovi, mas não participei de outros)
- Sim (apenas participei, mas ainda não promovi)
- Não (nao participei e não promovi)
- Outros

29. Atualmente, como está distribuída a sua carga horária semanal entre ensino, pesquisa e extensão?

- apenas ensino
- apenas extensão
- apenas pesquisa
- Ensino, pesquisa e extensão
- Outros

30. Nos últimos 3 anos qual o percentual em média tem sido dedicado ao ensino? (considerar um semestre antes da deflagração da pandemia da Covid-19)

- até 50%
- entre 51 e 70%
- entre 71 e 90%
- 100%

31. Nos últimos 3 anos qual o percentual em média tem sido dedicado à pesquisa? (considerar um semestre antes da deflagração da pandemia da Covid-19)

- 0%
- Menos de 10%
- entre 11 e 20%
- entre 21e 40%
- Entre 41 e 50%
- Mais de 50%

32. Nos últimos 3 anos qual o percentual em média tem sido dedicado à Extensão? (considerar um semestre antes da deflagração da pandemia da Covid-19)

- 0%
- Menos de 10%
- entre 11 e 20%
- entre 21 e 40%
- Entre 41 e 50%
- Mais de 50%

33. Em sua prática docente no campus, você busca adequar seu (s) plano (s) de ensino de modo a atender os objetivos e finalidades da instituição em termos de sua missão institucional e função social?

- Sim
- Não
- Sim, mas tenho dificuldades em transpor os objetivos e finalidades da instituição em termos de sua missão institucional e função social
- Não, mas foco meu planejamento nas estratégias para repassar todo o conteúdo da disciplina contida em sua ementa

34. Como descreveria a sua participação/contribuição como docente para o alcance da função social do campus em que atua? *

	1	2	3	4	5	
Não alcança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Alcança plenamente

35. Como descreveria a participação/contribuição do campus em que atua, para o desenvolvimento socioeconômico local? *

	1	2	3	4	5	
Não alcança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Alcança plenamente

36. Em sua opinião, o que poderia ser feito para potencializar o alcance desses objetivos?

37. Cite algum (s) exemplo (s) de atividade (s) desenvolvida pelo campus que você entende como uma ação que contribui para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

38. Comentários gerais (sugestões, elogios e reclamações) *

APÊNDICE IV - Questionário direcionado aos Egressos

1. E-mail
2. Nome completo
3. Declaro ter mais de 18 anos de idade
4. Concordo em participar do estudo

Perfil do entrevistado

5. Gênero

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Masculino | <input type="checkbox"/> Não binário |
| <input type="checkbox"/> Feminino | <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar |

6. Qual é a sua cor ou raça?

- | | |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Branca | <input type="checkbox"/> Amarela |
| <input type="checkbox"/> Parda | <input type="checkbox"/> Indígena |
| <input type="checkbox"/> Preta | <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar |

7. Idade (anos)

- | | |
|-----------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 18 | <input type="checkbox"/> 22 |
| <input type="checkbox"/> 19 | <input type="checkbox"/> 23 |
| <input type="checkbox"/> 20 | <input type="checkbox"/> Acima de 23 anos |
| <input type="checkbox"/> 21 | |

8. Quantas pessoas residem com você?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Moro sozinho | <input type="checkbox"/> 7 a 9 pessoas |
| <input type="checkbox"/> Mais 1 pessoa | <input type="checkbox"/> 10 a 12 pessoas |
| <input type="checkbox"/> 2 a 3 pessoas | <input type="checkbox"/> acima de 12 pessoas |
| <input type="checkbox"/> 4 a 6 pessoas | |

9. Qual a faixa de renda de sua família (considerar todos os membros)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo | <input type="checkbox"/> Acima de 10 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> 1 a 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Estou/estamos recebendo apenas auxílio do governo |
| <input type="checkbox"/> 3 a 5 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Não tenho/temos renda fixa |
| <input type="checkbox"/> 5 a 8 salários mínimos | |
| <input type="checkbox"/> 8 a 10 salários mínimos | |

10. Curso (s) realizado (s) no IFPI

Marque todas que se aplicam.

- Administração na modalidade integrada
- Agropecuária na modalidade integrada
- Meio Ambiente na modalidade integrada
- Informática na modalidade integrada

11. Ano de ingresso

- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020

12. Ano de conclusão

- 2018
- 2019
- 2020
- 2021
- 2022

13. Após a conclusão do curso no IFPI você:

- Iniciou algum curso oferecido pelo IFPI
- Iniciou algum curso superior oferecido por outra instituição de ensino
- Ingressou no mercado de trabalho
- Ingressou em cursos preparatórios para concurso ou pré vestibular
- Ficou temporariamente ocioso (sem estudar nem trabalhar)
- Outro

14. Em relação ao mercado de trabalho e ocupação profissional, você:

- Atua no setor público (remunerado)
- Atua no setor privado (remunerado)
- Atua em ONGs ou similares (remunerado)
- Trabalho voluntário
- No momento não estou trabalhando
- Outros

15. Marque opção que melhor descreve sua situação atualmente:

- Empreendendo (criei meu próprio negócio)
- Trabalhando formalmente (setor privado)
- Trabalhando formalmente (setor público)
- Trabalhando informalmente
- A procura de emprego

- Fazendo outro curso técnico
- Cursando alguma graduação
- Cursando uma pós graduação

16. Você considera que esse objetivo foi alcançado?

- Plenamente
- Parcialmente
- Ainda não alcançado

17. Sobre sua localização você atualmente:

- Mora em Corrente
- Mora em alguma cidade próxima ou interior (até 150km do município de Corrente)
- Reside em alguma outra cidade do Piauí (mais de 150km do município de Corrente)
- Reside em algum outro estado do Brasil Reside fora do Brasil

18. Quando ingressou no IFPI qual (s) era o (s) seu (s) principal (s) objetivo (s)?

- Estudar para ter acesso a alguma bolsa de auxílio financeiro
- Estudar para conseguir emprego formal no mercado de trabalho
- Estudar para conseguir passar para o Ensino superior
- Estudar para conseguir criar meu próprio negócio
- Estudar para ajudar e dar continuidade aos negócios da minha família
- Outros

19. Descreva brevemente algumas contribuições que o IFPI trouxe para você.

20. Em relação à forma como cada professor conduzia sua disciplina (forma de ministrar aulas e apresentar os conteúdos) e as demais atividades (correção de provas e trabalhos, lançamentos de notas e disponibilidade para atender os alunos) marque a opção que mais se aproxima da sua opinião:

- Todos sem exceção eram comprometidos e davam o melhor de si para a turma
- Apenas alguns professores se mostravam comprometidos com ensino e aprendizagem da turma
- A maioria era comprometida com ensino e aprendizagem da turma
- Praticamente todos não estavam comprometidos com ensino e aprendizagem da turma

21. Durante todo o período em que esteve como estudante no IFPI campus Corrente, quais ações abaixo o campus proporcionou a você?

Marque todas que se aplicam.

- Aulas de campo
- Visitas técnicas
- Eventos institucionais
- Atividades esportivas

- Atividades culturais
- Projetos de ensino
- Projetos de pesquisa
- Projetos de extensão

22. Durante todo o período em que esteve como estudante no IFPI campus Corrente, quais ações abaixo você participou?

Marque todas que se aplicam.

- Aulas de campo
- Visitas técnicas e
- Ventos institucionais
- Atividades esportivas
- Atividades culturais
- Projetos de ensino
- Projetos de pesquisa
- Projetos de extensão

23. Quais incentivos o IFPI possibilitou a você durante sua passagem pelo campus?

Marque todas que se aplicam.

- Almoço
- Transporte escolar
- Bolsas de iniciação científica Pibic Jr.
- Bolsa de monitorias
- Auxílio permanente
- Bolsa atleta
- Bolsa cultura
- Alojamento

24. Em sua opinião como definiria sua experiência de aprendizagem no IFPI?

	1	2	3	4	5	
Não alcança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Alcança plenamente

25. Comentários gerais (sugestões, elogios e reclamações)

APÊNDICE V - Atividades desempenhadas pela instituição

REUNIÃO TÉCNICA



IFPI e Éden consolidam parceria

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente

**IFPI - Campus Corrente
ITINERANTE**



Cristalândia do Piauí

Data: 30/09 (Sábado Letivo)
Horário: 8 - 12h
Local: Escola Pe. Eliseu Cavalcante

Campus Corrente
13 ANOS

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente



**CAMPUS CORRENTE E PREFEITURA MUNICIPAL
ASSINAM CONVÊNIO PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**



INTERVENÇÃO

15
INSTITUTOS
FEDERAIS



prefeituracorrentepi

Culminância do projeto Rede Ambiental na escola Justina de Freitas, na localidade Vereda da Porta, Corrente-PI


GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIAO E RECONSTRUÇÃO

INSTITUTO FEDERAL
Campus Corrente

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS
TECNOLOGIAS SOCIAIS E INTERVENÇÕES AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DO PIAUÍ

IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL: ESPAÇO LEITURA SUSTENTÁVEL NA ESCOLA SANTA MARIA, LOCALIDADE ARARAS, SÃO GONÇALO DO GURGUEIA/PI



Execução: INSTITUTO FEDERAL Piauí Campus Corrente

Patrocínio: FADEX enel

Parceria: SEMED

CURSO
OPERAÇÃO DE MICROTRATOR E IMPLEMENTOS PARA O MANEJO DO SOLO



INSCRIÇÕES:
Data: 12 e 13 de Julho de 2022
Local: Stand do IFPI na ExpoCorrente

DATA DO CURSO: 14 A 15 DE JULHO DE 2022

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente

PROJETO ESCOLAS SUSTENTÁVEIS
TECNOLOGIAS SOCIAIS E INTERVENÇÕES AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DO PIAUÍ

TECNOLOGIA SOCIAL PLANTIO DE ÁRVORES

VEREDA DA PORTA
Corrente-PI



IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL: PLANTIO DE ÁRVORES NA ESCOLA JUSTINA FREITAS

Execução: INSTITUTO FEDERAL Piauí Campus Corrente

Patrocínio: FADEX enel

Parceria: NUCLO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS SEMED



WORKSHOP
SAÚDE PÚBLICA E MEIO AMBIENTE



IFPI-CORRENTE

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIAS E RECONSTRUÇÃO

I Feira da Agricultura Familiar

Venha participar da nossa feira!

Comercialização de:

- ✓ Hortaliças
- ✓ Legumes
- ✓ Verduras
- ✓ Frutas

14/12 - 8:30 às 12h
Hall de entrada do campus

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente

**III SEMANA DE SAÚDE
E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**





04 a 09 de março de 2024

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIAS E RECONSTRUÇÃO

IFPI Campus Corrente


III CONCERTO SOLIDÁRIO

ORQUESTRA DE VIOLÕES DE CORRENTE

DATA: 09/12/2022
LOCAL: CASA DA CULTURA
Horário 18:30

ENTRADA 1 KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Corrente



APÊNDICE VI - Quadro comparativo de vagas 2010 - 2024

PRIMEIRA OFERTA DE VAGAS NO CAMPUS - 2010.1			
Curso	Modalidade	Nível	vagas
Agronegócio	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	40
Agronegócio	Concomitante/subsequente	Médio	40
Informática	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	40
Informática	Concomitante/subsequente	Médio	40
Matemática	Licenciatura	Superior	40
		Total	200

OFERTA DE VAGAS OFERTADAS NO CAMPUS - 2024.1			
Curso	Modalidade	Nível	vagas
Administração	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	40
Agropecuária	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	40
Informática	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	80
Meio Ambiente	Ensino Técnico Integrado ao Médio	Médio	40
Administração	Bacharelado	Superior	40
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	Superior	40
Física	Licenciatura	Superior	40
Gestão Ambiental	Tecnologia	Superior	40

Matemática	Licenciatura	Superior	40
Estudos Geoambientais e Licenciamento	Especialização	Pós-graduação	20
		Total	420

APÊNDICE VII - Lista das instituições de ensino pesquisadas

Instituição	Link de acesso
Instituto Federal Baiano	https://ifbaiano.edu.br/portal/egressos/
Instituto Federal de Goiás	https://www.ifg.edu.br/egresso
Instituto Federal Goiano	https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/egressos.html
Instituto Federal do Maranhão	https://proext.ifma.edu.br/acompanhamento-de-egressos/
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	https://www.ifms.edu.br/assuntos/extensao/egressos
Instituto Federal da Paraíba	https://ifpb.edu.br/egressos
Instituto Federal do Rio de Janeiro	https://portal.ifrj.edu.br/portal-ex-alunas-ex-alunos/apresentacao
Instituto Federal Fluminense	https://portal1.iff.edu.br/comunidade/relacionamento-com-egressos
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	https://alumni.ifrs.edu.br/
Instituto Federal Farroupilha	https://www.iffarroupilha.edu.br/egressos
Instituto federal do Piauí	https://www.ifpi.edu.br/egressos
Instituto Federal Catarinense	https://egresso.ifc.edu.br/
Instituto Federal de Sergipe	http://www.ifs.edu.br/egressos/
Universidade Federal do Pará	https://egressos.ufpa.br/
Universidade Federal de Pernambuco	https://sites.ufpe.br/portalegressos/
Universidade Federal de Rondônia	https://egressos.unir.br/homepage
Universidade Federal de São Paulo	https://egressos.unifesp.br/
Universidade Federal do Rio de Janeiro	https://www.unirio.br/egressos/portal-do-egresso
Universidade Federal do Espírito Santo	https://egresso.ufes.br/
Universidade Federal do Ceará	https://egressos.ufc.br/

Universidade Federal do Mato Grosso	https://www.ufmt.br/site/egresso
Universidade Católica de Brasília	https://ucb2.catolica.edu.br/portal/estudante/portal-do-egresso-2/
Universidade Estadual do Norte do Paraná	https://uenp.edu.br/egresso-questionario
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	https://egressos.uemasul.edu.br/
Faculdade Araguaia	https://www.faculdadearaguaia.edu.br/portal-do-egresso/
Faculdade FAMA	https://faculdadefama.edu.br/portal-do-egresso/
Faculdade Santa Inês	https://faculdadeunibras.com.br/santaines/portal-do-egresso/
Faculdade de Medicina de Barbacena	http://www.faculdademedicinabarbacena.edu.br/principal/egresso/
Ensino Superior Albert Sabin	https://faculdadeesas.com.br/portal-do-egresso/

APÊNDICE VIII - Questionário de Acompanhamento de Egressos

Caro Egresso!

Este é um grande momento de avaliação da instituição. Sua participação é fundamental para o avanço e sucesso do nosso campus! É rapidinho!

I – CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO

1. Idade
2. Gênero
3. Residência atual
 - a. - Aqui na mesma cidade da instituição
 - b. - Em outro Estado da federação
 - c. - Em outro país

II – CONTINUAÇÃO DOS ESTUDOS

4. Como está sua situação hoje?
 - a. - Trabalhando full-time
 - b. - Trabalhando meio-período
 - c. - Na busca por emprego
 - d. - Estudando full-time
 - e. - Estudando meio-período
 - f. - Nem trabalhando, nem estudando
5. Onde está estudando? (se estiver)
 - a. - Universidade
 - b. - Faculdade
 - c. - Instituto Federal
 - d. - Escola Técnica
 - e. - Cursos EAD de curta duração (até um ano)
 - f. Não estou estudando
6. qual modalidade?
 - a. Presencial
 - b. EAD
 - c. Híbrido
- 7 Qual tipo de curso?
 - a. Licenciatura
 - b. Bacharelado
 - c. Tecnologias
 - d. Curso de nível técnico
 - e. Cursos de aperfeiçoamento

III – SITUAÇÃO PROFISSIONAL

- 8 Está desenvolvendo alguma atividade empreendedora?
- Sim
 - Não
- 9 Onde está trabalhando?
- Setor privado
 - Setor público
 - Trabalho voluntário
 - Freelancer
 - Não estou trabalhando no momento
- 10 Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal de trabalho?
- até 20h
 - de 21 a 30h
 - de 31 a 39h
 - de 40 a 44h
 - não se aplica
- 11 Qual é o VÍNCULO EMPREGATÍCIO?
- Empregado com carteira assinada
 - Empregado sem carteira assinada
 - Funcionário público concursado
 - Autônomo/Prestador de serviços
 - Em contrato temporário
 - não se aplica
- 12 Acredita que seu curso contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho?
- Sim
 - Não
 - não se aplica
13. Caso não exerça atividade profissional na sua área de formação, qual principal motivo?
- Mercado de trabalho saturado
 - Melhor oportunidade em outra área
 - Ausência de demanda na minha localidade
 - por falta de vocação
14. Qual é, em sua visão, a perspectiva profissional na sua área?
- Ótima
 - Boa
 - Razoável
 - Desanimadora
 - Não tenho condições de avaliar
15. De 1 a 5, qual foi a importância do curso que fez aqui para sua vida cidadã?
- 1 - Não fez diferença nenhuma
 - 2 - Não foi lá essas coisas
 - 3 - Foi na média
 - 4 - Foi bem legal
 - 5 - Foi sensacional, mudou minha vida

IV - CONTRIBUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

16. Como você avalia, de modo geral, a instituição?

- a. Ótima
- b. Boa
- c. Regular
- d. Ruim
- e. Péssima

17. Como avalia a infraestrutura da instituição?

- a. Ótima
- b. Boa
- c. Regular
- d. Ruim
- e. Péssima

18. Como você avalia os conhecimentos teóricos adquiridos?

- a. Ótimos
- b. Bons
- c. Regulares
- d. Ruins
- e. Péssimos

19. Como você avalia os conhecimentos práticos adquiridos?

- a. Ótimos
- b. Bons
- c. Regulares
- d. Ruins
- e. Péssimos

20. Como você avalia o corpo docente do seu curso?

- a. Ótima
- b. Boa
- c. Regular
- d. Ruim
- e. Péssima

21. De 1 a 10 onde 1 significa "não indico de forma alguma" e 10 significa "indico totalmente", que nota você daria para quem deseja ingressar na instituição?

APÊNDICE IX - Questionário semiestruturado para especialistas

PARTE 1: Identificação dos Especialistas

1. E-mail
2. NOME COMPLETO
3. I - QUALIFICAÇÃO

Área de Formação/Graduação

4. Ano de Conclusão
5. Especialização
6. Especificar a área
7. Mestrado
8. Especificar a área
9. Doutorado
10. Especificar a área
11. Participação de grupos/projetos de pesquisa
12. Cursos na área de educação profissional

II - ATUAÇÃO PROFISSIONAL

13. Ocupação atual

- Docente
- TAE - pedagogia
- TAE - demais setores

14. Local de trabalho
15. Função/cargo na instituição
16. Tempo de trabalho

- menos de 1 ano
- entre 1 e 3 anos
- entre 3 e 5 anos
- entre 5 e 10 anos
- mais de 10 anos

17. Experiência com Docência
18. Qual Nível?
- ensino fundamental
 - ensino médio
 - ensino superior
19. Prática na área (Tempo em anos)
- menos de 1 ano
 - entre 1 e 3 anos
 - entre 3 e 5 anos
 - entre 5 e 10 anos
 - mais de 10 anos

III - PRODUÇÃO CIENTÍFICA

20. Defesa de tese ou dissertação na área de educação profissional e tecnológica
- sim
 - não, outra área
21. Autoria de publicação de resumo
22. Quantidade
23. Autoria de publicação de artigo completo
24. Quantidade
25. Participação em Eventos Científicos
26. Quantidade

PARTE 2 - Avaliação do Artefato

INSTRUÇÕES:

Analise o artefato tecnológico, atribuindo nota de 1 a 4 para cada afirmação abaixo. Dê sua opinião de acordo com a abreviação que melhor represente seu grau de concordância em cada critério a seguir. Não existem respostas certas ou erradas. O que importa é a sua opinião. Por favor, responda a todos os itens.

Valoração:

- 1- TA – (Totalmente adequado)
- 2- A – (Adequado)
- 3- PA – (Parcialmente Adequado)
- 4 – I – (Inadequado)

1 OBJETIVOS – Itens referentes a propósitos, metas ou fins que se deseja atingir com a utilização do artefato tecnológico (aplicativo).

27. O texto é compatível com o público-alvo, atendendo aos diferentes perfis profissionais?

1 2 3 4

28. As informações/conteúdos são adequadas para as demandas dos profissionais no gerenciamento e acompanhamento de egressos?

1 2 3 4

29. Provoca mudança de comportamento e atitudes? *

1 2 3 4

30. O conteúdo está motivador e incentiva prosseguir a navegação do aplicativo?

1 2 3 4

31. O conteúdo atende às demandas e orienta os profissionais quanto à elegibilidade para seu uso?

1 2 3 4

32. Apto para estar no meio científico na área de educação profissional e tecnológica?

1 2 3 4

33. Sugestões

2 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO – Forma de organização, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação

34. O produto educacional do tipo software web é adequado para auxiliar os profissionais na coleta e visualização de informações de egressos?

1 2 3 4

35. Todas as informações presentes no produto educacional estão corretas cientificamente?

1 2 3 4

36. O material apresentado está de acordo com o nível sociocultural do público- alvo?

1 2 3 4

37. Existe uma coerência lógica no conteúdo apresentado?

1 2 3 4

38. A escrita utilizada é atrativa?

1 2 3 4

39. A linguagem é clara e objetiva?

1 2 3 4

40.As informações dirigidas ao objeto de interesse são suficientes e adequadas?

1 2 3 4

41.As ilustrações (imagens, fotos e vídeos) são pertinentes com o conteúdo do material e elucidam o conteúdo?

1 2 3 4

42.As ilustrações (imagens, fotos e vídeos) são claras e transmitem facilidade de compreensão?

1 2 3 4

43. A quantidade de ilustrações está adequada para o conteúdo do material assistencial/educativo?

1 2 3 4

44. As legendas aplicadas estão adequadas e auxiliam o usuário compreender a imagem?

1 2 3 4

45. As cores aplicadas ao texto são pertinentes e facilitadoras para a leitura?

1 2 3 4

46. O tamanho das letras dos títulos, subtítulos e texto é adequado?

1 2 3 4

47. O tipo de letra utilizada facilita a leitura?

1 2 3 4

48. A quantidade de informações contidas no aplicativo é adequada?

1 2 3 4

49. Sugestões

3 RELEVÂNCIA – Mostra as características que avaliam o grau de significação do artefato tecnológico apresentado.

50. O produto auxilia os profissionais no acompanhamento de egressos?

1 2 3 4

51. O produto viabiliza a coleta de informações sobre o estudante egresso?

1 2 3 4

52. O material está adequado para utilização pelos profissionais da educação?

1 2 3 4

53. Sugestões

54. Comentários gerais e sugestões finais

APÊNDICE X - Questionário de avaliação do portal de egressos

Caro (a) egresso!

Como parte do procedimento para a avaliação do produto educacional, peço gentilmente que responda às perguntas abaixo:

PARTE I - ASPECTOS LEGAIS

1. Declaro ter mais de 18 anos de idade
2. Concordo em participar desta pesquisa

PARTE II - AVALIAÇÃO DO PORTAL

3. Como você avalia a usabilidade geral do portal?

- Muito fácil de usar
- Fácil de usar
- Um pouco difícil de usar
- Muito difícil de usar

4. A navegação pelas diferentes seções do portal foi: *

- Muito intuitiva
- Intuitiva
- Um pouco confusa
- Muito confusa

5. Como você avalia a importância do portal para sua conexão com a instituição?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante

6. O portal ajuda a manter você atualizado sobre eventos e oportunidades da instituição?

- Sim, de forma excelente
- Sim, de forma satisfatória
- Sim, mas de forma limitada
- Não ajuda

7. Você considera que a proposta do portal é:

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim

8. O portal atende suas expectativas como egresso? *

- Excedeu minhas expectativas
- Atende bem minhas expectativas
- Atende parcialmente minhas expectativas
- Não atende minhas expectativas

9. Qual (quais) aspectos trazidos no portal mais chamou (chamaram) a sua atenção?

Marque todas que se aplicam.

- Compartilhamento das redes sociais/mural de egressos
- Cadastro e envio de currículo
- Painel de memórias contendo um acervo de fotos institucionais
- Possibilidade de deixar um relato/depoimento
- Oportunidades de emprego
- Manter-se atualizado sobre eventos e notícias institucionais

10. Você recomendaria o portal para outros egressos? *

- Com certeza
- Provavelmente
- Talvez
- Não

11. Qual a sua impressão geral sobre o portal após o uso? *

- Muito positiva
- Positiva
- Neutra
- Negativa

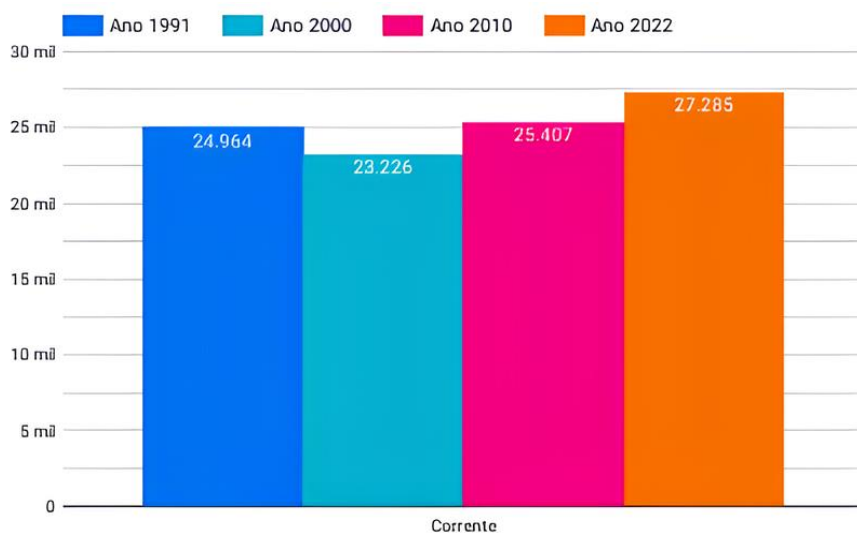
12. Você vê espaço para melhorias no portal?

- Não, está excelente
- Não, está satisfatório
- Sim, algumas melhorias
- Sim, muitas melhorias

13. Qual (is) sugestão (ões) você teria para melhorar o portal?

ANEXOS

ANEXO A - Evolução Populacional - Anos 1991 a 2022.



População por Gênero - ano 2022

Masculino -	Feminino
13.787	13.491

Censo 2022

Ranking de população no PI: 20
 Densidade Demográfica: 8,95 hab/km²
 Total de domicílios: 8.572
 Média de morador por domicílio: 3,17

População por Faixa Etária - ano 2022

0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 ou mais anos	Total -
2.124	2.046	2.176	2.464	4.408	4.141	3.669	2.598	1.890	1.127	635	27.285

Fonte: Sebrae, (2024)

ANEXO B - Mesorregião da Chapada das Mangabeiras



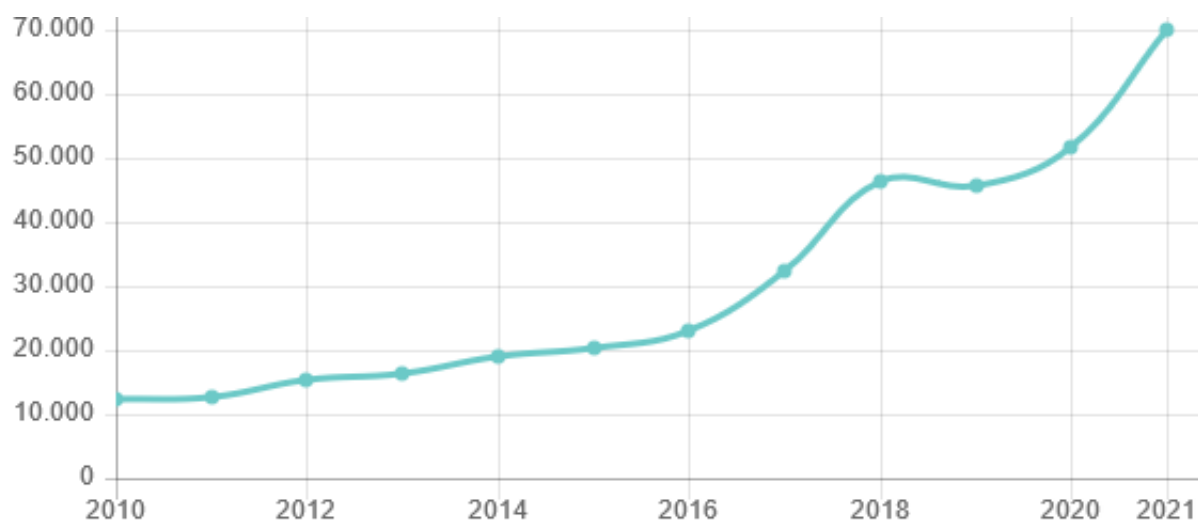
Fonte: Altamontanha, (2021)

ANEXO C - Microrregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense



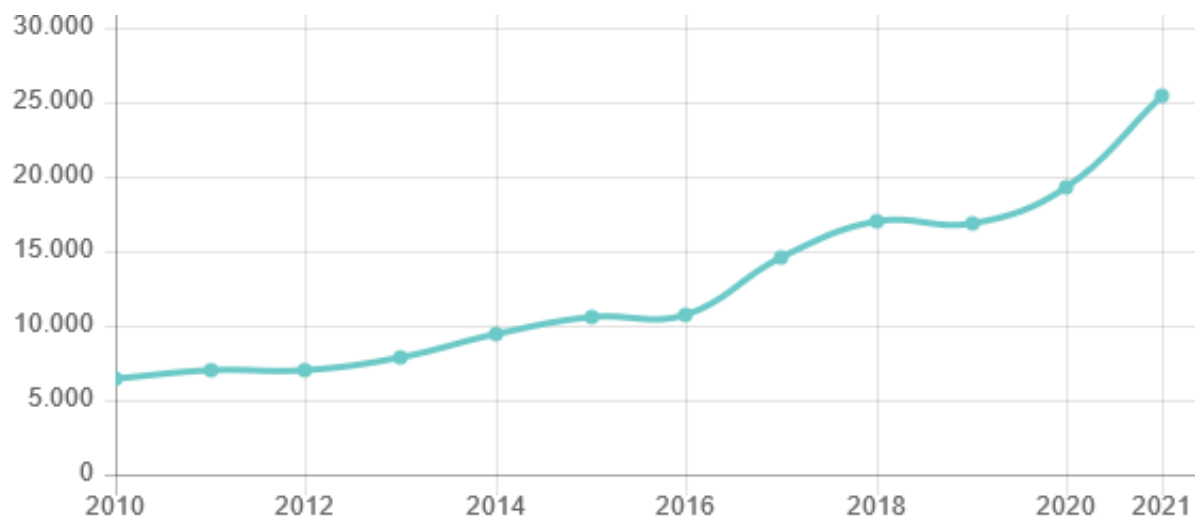
Fonte: Wikipédia, (2022)

ANEXO D - Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes



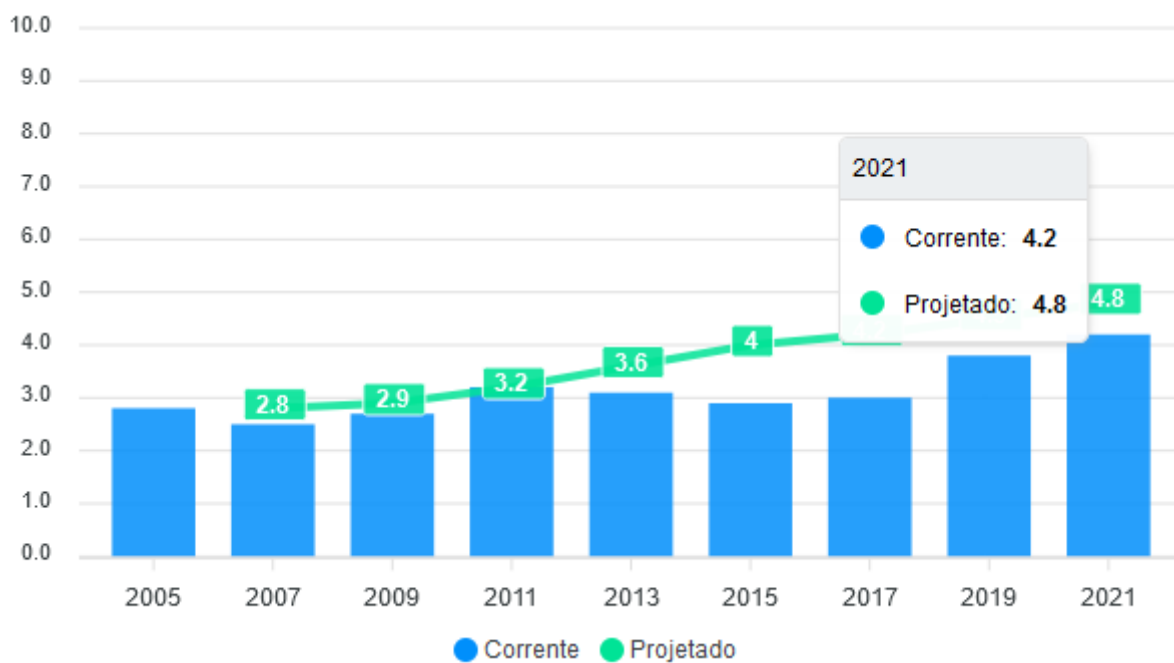
Fonte: IBGE Cidades, (2022)

ANEXO E - PIB per capita (Unidade: R\$)



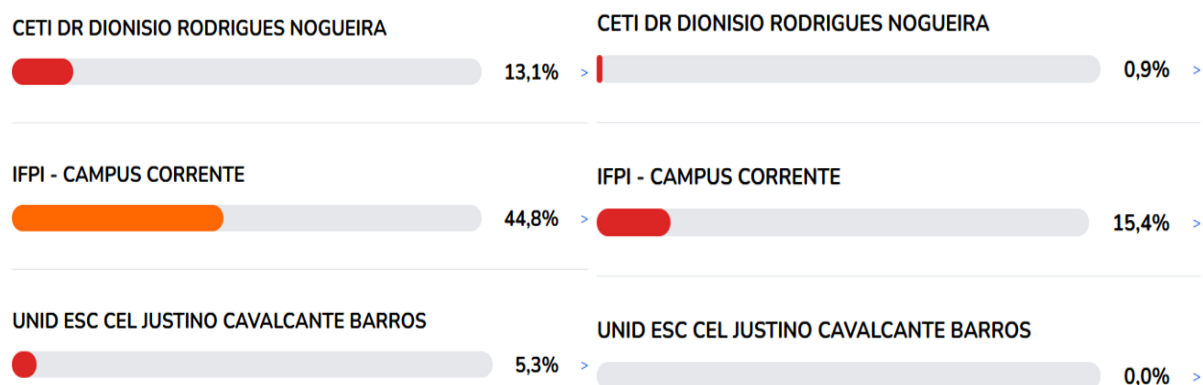
Fonte: IBGE Cidades, (2022)

ANEXO F - Índice de Educação Básica - IDEB /Corrente



Fonte: Qedu, (2024)

ANEXO G - IDEB IFPI Campus Corrente



Fonte: Qedu, (2024)